

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Tainara Fernandes Machado

**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: Análise de teses e
dissertações produzidas entre 2006 e 2014**

Porto Alegre
2017

Tainara Fernandes Machado

**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: Análise de teses e
dissertações produzidas entre 2006 e 2014**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Porto Alegre
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Tainara Fernandes

EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: Análise
de teses e dissertações produzidas entre 2006 e 2014
/ Tainara Fernandes Machado. -- 2017.
124 f.

Orientador: Maria Clara Bueno Fischer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Educação/Formação. 2. Economia Solidária. 3.
Estado da arte. I. Fischer, Maria Clara Bueno,
orient. II. Título.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa, que se situa no campo de estudos Trabalho e Educação, foi contribuir para a produção de um estado da arte sobre a educação/formação em Economia Popular Solidária. Para isso, analisou-se 7 teses e 14 dissertações defendidas entre 2006 e 2014, no Brasil e uma tese defendida em Portugal, com pesquisa realizada no Brasil. Realizou-se a caracterização dessas produções científicas considerando autor, título, ano de produção, universidade de origem, programa de pós-graduação, linha e/ou grupo de pesquisa, o objeto de pesquisa e a abordagem teórico-metodológica (considerando o paradigma, os principais conceitos e autores utilizados e a metodologia). Cinco desses trabalhos, que investigaram atividades de formação estruturadas, foram analisados em profundidade considerando a atividade/curso, os objetivos, a abordagem, a metodologia, presença e/ou tratamento dos saberes dos sujeitos, conteúdo, quem realiza, quem financia e, a relação com o movimento ou a política nacional da Economia Solidária. Utilizou-se como metodologia procedimentos de construção de estado da arte indicados por Ferreira (2002), Romanowski e Ens (2006) e Romanowski (2001). A maioria das produções foi produzida no ano de 2012 e com maior concentração na região Sudeste do Brasil. Predominam abordagens teórico-metodológicas numa perspectiva crítica. Isso é, tanto numa perspectiva da Teoria Crítica, quanto da crítica materialista de Karl Marx. Os autores mais citados, que têm estudado, a partir de diferentes áreas de conhecimento, a Economia Solidária são: Luiz Inácio Gaiger, Paul Singer, Cláudio Nascimento, Lia Tiriba. As produções científicas do *corpus* da pesquisa foram realizadas na grande área do conhecimento das Ciências Humanas, nas subáreas de Ciências Sociais, Educação, Geografia e Psicologia; e, na Área de Ciências Sociais Aplicadas na subárea de Administração. As metodologias de pesquisa utilizadas são, principalmente, a combinação de pesquisa de campo com revisão bibliográfica, utilizando como instrumentos entrevistas, formulários, observação participante e diário de campo. Em relação às cinco produções que pesquisaram atividades de formação mais estruturadas, identificou-se que são analisadas 8 incubadoras universitárias, um CFES, SENAC (um programa privado, com curso gratuito), 2 cooperativas (uma de formação e outra de produção) e uma associação nacional para ensino/assessoria de empreendimentos. As atividades de formação variam desde assessoria jurídica a formação econômico-política da ES, sendo que, em alguns casos, há a presença dos saberes dos sujeitos nos conteúdos e na abordagem das mesmas. Muitos desses cursos são possibilitados via editais de universidades ou de governos. Em relação aos processos metodológicos, têm-se desde autogestionários a conteúdos e dinâmicas pré-estabelecidos. Há uma preocupação em proporcionar um real processo educativo de conhecimentos técnicos, científicos e/ou sociais/culturais. Os trabalhos, em sua maioria, baseiam-se, fundamentalmente, na perspectiva histórico-crítica, orientando-se pela Teoria Crítica e pela crítica materialista. Como vocábulos em evidência de frequência, encontrou-se: economia solidária, formação, trabalho, autogestão, educação, educação popular, saber e emancipação.

Palavras-chave: Educação/Formação. Economia Solidária. Estado da Arte.

ABSTRACT:

The objective of this research, which is located in the field of studies Labor and Education, was to contribute to the production of a state of the art on education/formation in Solidary Popular Economy. For that, we analyzed 7 theses and 14 dissertations defended between 2006 and 2014 in Brazil and a thesis defended in Portugal, with research carried out in Brazil. The characterization of these scientific productions was carried out considering author, title, year of production, university of origin, postgraduate program, line and/or research group, research object and theoretical-methodological approach (considering the paradigm, the main concepts and authors used and the methodology). Five of these studies, which investigated structured training activities, were analyzed in depth considering the activity/course, objectives, approach, methodology, presence and/or treatment of subject knowledge, content, who performs, who finances and relation to the national Solidarity Economy movement or policy. State-of-the-art construction procedures indicated by Ferreira (2002), Romanowski and Ens (2006) and Romanowski (2001) were used as methodology. Most of the productions were produced in the year 2012 and with greater concentration in the Southeast region of Brazil. Predominate theoretical-methodological approaches in a critical perspective. This is, both from the perspective of Critical Theory, and from the materialist critique of Karl Marx. The most cited authors, who have studied, from different areas of knowledge, Solidary Economy are: Luiz Inácio Gaiger, Paul Singer, Cláudio Nascimento, Lia Tiriba. The scientific productions of the corpus of the research were carried out in the great area of the knowledge of the Human Sciences, in the subareas of Social Sciences, Education, Geography and Psychology; and in the Area of Applied Social Sciences in the Administration subarea. The research methodologies used are mainly the combination of field research with bibliographic review, using as instruments interviews, forms, participant observation and field diary. In relation to the five productions that searched for more structured training activities, it was identified that 8 university incubators, one CFES, SENAC (a private program with a free course), 2 cooperatives (one training and one production) national association for teaching / business consultancy. The training activities range from legal advice to the economic and political formation of the ES, and in some cases there is the presence of the subjects' knowledge in the contents and their approach. Many of these courses are made possible through university or government bids. In relation to methodological processes, we have from self-management to pre-established contents and dynamics. There is a concern to provide a real educational process of technical, scientific and / or social / cultural knowledge. The majority of the works are based on the historical-critical perspective, guided by the Critical Theory and the materialist critique. As words in evidence of frequency, we found: solidarity economy, formation, work, self-management, education, popular education, knowledge and emancipation.

Palavras-chave abstract: Education/Formation. Solidarity Economy. State-of-the-art.

AGRADECIMENTOS

Sempre me perguntei se este espaço de escrita para agradecimentos seria utilizado por mim, quando chegasse a hora para tal. Pois, como nós somos e fazemos na coletividade e na individualidade, num processo espiral de desenvolvimento e crescimento da e na vida, acredito que seja importante pontuar que não cheguei até aqui sozinha.

Resumidamente, desde que entrei na graduação de pedagogia e experienciei ser pedagoga, soube que almejava seguir a vida acadêmica (como educadora e pesquisadora) após a conclusão do curso. Embora saiba que ainda tenho muito por aprender, muito aprendi nesse período de imersão, que é o mestrado. Mas, realmente, isso não seria possível sem o apoio de próximos.

A escrita desta dissertação significou muito mais do que um esforço acadêmico que me propus. Foi uma mistura de muitos processos pessoais, experiências de pesquisa na iniciação científica¹, mudanças na política nacional que atingiram meu objeto de estudo e, também, minhas perspectivas de carreira profissional acadêmica. Significou um processo de amadurecimento pessoal e acadêmico vivido num período de mudanças significativas na sociedade brasileira. Tudo aconteceu misturado.

Meu objeto de estudo “entrou em vias de desmanche”, no meio do processo de escrita da dissertação. A importância de estudos que busquem fazer balanços ganha, neste contexto, peso ainda maior, pois eles visibilizam a relevância dessas experiências para a transformação das relações sociais de trabalho e de educação, numa perspectiva de classe.

Desde meu ingresso no Mestrado, em agosto de 2015, tornou-se doloroso acompanhar o desmonte federal, municipal e estadual dos direitos trabalhistas e a, inegável apesar de não formalizada, “extinção” das políticas públicas federais

¹ Como bolsista técnica AT-NS pelo CNPq participei da equipe de pesquisa coordenada pela professora Dra. Maria Clara Bueno Fischer, denominada “Pedagogias no e do trabalho associado: usos de si e circulação de valores e saberes de adultos trabalhadores” (2013-2015) e, atualmente, como mestranda, participo da pesquisa “Formação e Saberes do Trabalho Associado em Redes de Cooperação Solidária” (2017-2021), coordenada pela mesma professora.

relacionadas à economia solidária, via SENAES. Como resultado de luta dos movimentos sociais, a conquista de políticas públicas para a Economia Solidária é um pilar fundamental para o avanço de outras formas de trabalho e de educação.

Em meio a todo esse processo complexo e que, de resto, é a vida em si, finalizo a dissertação com a certeza de que a luta apenas começou. Agradeço, portanto:

Aos/às amigos/as que conseguiram compreender o processo de aprendizagem complexo e absorvente, pelo qual passei nesse curto espaço de dois anos em que estive distante; gostaria de agradecer pela permanência, pelo apoio e pela força.

À minha família onipresente, que mesmo sabendo respeitar os espaços de enclausuramento, sempre está comigo, ainda que só em pensamento. Obrigada mãe, mano, pai e Gladys; cada um, a sua maneira, me faz sentir acolhida.

Ao Guilherme, que há um ano tem me ensinado muito mais que estar junto nas lutas por uma sociedade igualitária em direitos econômico-sociais (quijá um novo projeto societário). Tem me ensinado a viver com companheirismo, reciprocidade, cuidado, ternura, análise crítica e, principalmente, com muito amor.

À minha orientadora, professora Maria Clara Bueno Fischer, que com sua sabedoria me orientou nesses processos de aprendizagem, no mestrado e no grupo de pesquisa. Desde 2013, me mostra que podemos pensar em uma outra organização de trabalho, educação e sociedade. Além de me ensinar o educativo em sala de aula, durante o estágio do mestrado, um dos momentos mais importantes para mim, nesse processo. Enfim, em possibilitar que essa etapa fosse vivida com muitas aprendizagens e superação de limites.

Agradeço aos meus colegas de orientação, de grupo de pesquisa e de pós-graduação. Contudo, principalmente a Betânia, uma pessoa tão doce e admirável que me auxiliou em muitas reflexões e muito contribuiu para que esta dissertação tenha sido concluída.

E, por fim, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela oportunidade de viver esse processo de aprendizagens com uma bolsa de estudos.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPES - Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária
ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
BB - Banco do Brasil
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CECAE – Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais
CEPED – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado da Bahia
CEPO – Centro de Educação Popular
CFES – Centro de Formação em Economia Solidária
CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
CONSUMOSOL – Grupo de Articulação Ética e Solidária para o Consumo Responsável
COOPEREI – Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda
COOPERSOLI/Barreiro – Cooperativa dos Recicladores e Grupos de Produtivos do Barreiro e Região
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ECOSOL – Economia Solidária
EES – Empreendimentos de Economia Solidária
EP – Educação Popular
EPS – Economia Popular Solidária
ES – Economia Solidária
EXTELAR – Grupo de Pesquisa em Extensão Popular
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GAPI/UNICAMP – Grupo de Análise de Política de Inovação da Universidade Estadual de Campinas
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCP/COPPE/UFRJ – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ITCP/UNEB – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia

ITCP/UNICAMP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas

ITCP/USP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo

ITES/UFBA – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão da Universidade Federal da Bahia

INCOOP/UFSCar – Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos

INCUBACOOOP/UFRPE – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco

INCUBES/UFPB - Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTTS – Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NEGP – Núcleo de Estudos de Gestão Pública

NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação

PAC – Projeto Alternativo Comunitário

PAPE – Programa de Associativismo para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

PLANFOR – Plano Nacional de Formação

PNE – Política Nacional de Economia Solidária

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

REDESOL/MG – Central Cooperativa Rede Solidária de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais

SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária

SINAES – Sistema Nacional de Economia Solidária

THABA – Programa de Tecnologia da Habitação

UBEE/IMS – União Brasileira de Educação e Ensino / Inst. Marista de Solidariedade

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR – Universidade de São Carlos

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

ULISBOA – Universidade de Lisboa

UPF – Universidade de Passo Fundo

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNISOL – Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

UNIVENS – Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos

USP – Universidade de São Paulo

VERSO – Verso Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Consultoria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	19
2.1 ALGUNS ANTECEDENTES.....	19
2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	21
3. A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	34
4 METODOLOGIA.....	46
5. ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES.....	56
5.1 CARACTERÍSTICAS E INFORMAÇÕES GERAIS	56
5.2 PERÍODO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS.....	61
5.3 CONCENTRAÇÃO DAS PESQUISAS POR REGIÕES.....	63
5.4 ÁREA E SUBÁREAS DE CONHECIMENTO, UNIVERSIDADE, FACULDADE OU INSTITUTO DE ORIGEM, LINHA DE PESQUISA/GRUPO DE PESQUISA	64
5.5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	71
5.6 CONCEITOS, REFERENCIAIS TEÓRICOS E PARADIGMAS.....	83
6. A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO NOS ESPAÇOS DE ECOSOL: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS CONCRETAS.....	92
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
8. CORPUS DA PESQUISA.....	113
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
10. ANEXOS	123

[...] é preciso trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente, é preciso saber lutar pelos ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem tréguas; é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto constitui o fundamento da autogestão (SHULGIN, *apud* WIRTH *et al*, 2013, p. 172)

1. INTRODUÇÃO

As formas de organização associativa de trabalho evidenciam-se, com força, no Brasil, na Argentina e em outros países da América Latina, nos anos de 1990, em momento de crise econômica e social. O desemprego, que surge no contexto do avanço de políticas neoliberais, manifestava-se intensamente. Como uma das alternativas, associações e cooperativas emergem, crescem numerosamente e se complexificam, desde então. De fábricas “recuperadas” a organizações de moradores, cresce, no Brasil, a Economia (Popular) Solidária, que acaba por se constituir em um movimento social que se organiza nacionalmente e que alcança conquistas no âmbito das políticas públicas. O Mapeamento da Economia Solidária (ECOSOL), de 2014 informou a existência de 19.708 empreendimentos econômicos solidários (EES), no Brasil. Grande parte destes organizada em torno do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Devido à conjuntura de crises econômicas e políticas, desde julho de 2014, o FBES discutia os rumos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); sendo tal preocupação formalizada em janeiro de 2016, segundo informações no site do FBES². Com o anúncio de uma reforma ministerial, em outubro de 2015, pela presidenta Dilma Rousseff, a Secretaria já se via ameaçada. Em maio de 2016, a partir do golpe midiático e ilegítimo contra a presidenta, o novo presidente interino, Michel Temer, anunciou mudanças nos ministérios, incluindo, por suposto, o Ministério do Trabalho e Emprego, ao qual está vinculada a SENAES. Em 9 de junho de 2016, é confirmada a saída de Paul Singer da direção da secretaria, após 13 anos de trabalho. Sua saída foi, surpreendentemente, pouco noticiada e pouco abordada por veículos de informação³. A reação do FBES foi de repúdio à nomeação do novo secretário interino

² Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8784&Itemid=62>. Acesso em: 05 jun 2016.

³ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-13-anos-paul-singer-deixa-secretaria-de-economia-solidaria/>>. Acesso em: 20 jun 2016.

– realizada pelo governo Temer – e ao afastamento ilegítimo da presidenta Dilma⁴. A partir dessa situação, há um ano o rumo da SENAES tornou-se incerto, comprometendo as políticas de economia solidária no Brasil, país que possui a maior Rede de Economia Solidária do mundo. Além disso, os recursos destinados a formações pela SENAES não foram renovados e, em abril de 2017, as atividades apoiadas pela secretaria foram sendo finalizadas. Em manifesto⁵, o movimento da ES repudia os retrocessos da política nacional, exigindo sua continuidade e seu fortalecimento, afirmando que a ES é uma possibilidade e uma ferramenta de enfrentamento à crise (ambiental, social, econômica e política). Além disso, exige a permanência dos acordos realizados pelo governo federal.

Desde o início, a educação/formação⁶ é constitutiva do movimento da Economia Solidária. Trata-se de uma de suas diretrizes estratégicas e faz parte, também, dos marcos referenciais das políticas públicas em ES. Paul Singer (2005) afirma que a ES é, ela mesma, um “ato pedagógico” sendo, portanto, a educação um elemento constitutivo da Economia Solidária, na qual características de uma nova cultura do

4

Disponível

em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8806&Itemid=62>. Acesso em: 20 jun 2016.

⁵Fonte: < <http://fbes.org.br/2017/04/26/manifesto-do-movimento-de-economia-solidaria/> >. Acesso em: 15 jun 2017.

⁶ Os vocábulos educação e formação aparecem alternadamente ou na forma combinada educação/formação, nos documentos da ECOSOL. Não encontramos uma explicação, propriamente dita, para os dois termos aparecerem assim. Pode-se dizer, a grosso modo, que concorreram para os “encontros” entre educação e formação diferentes matrizes e práticas que compõem a rica elaboração prático-teórica do campo da ECOSOL. Para a denominação *formação*, a formação política ideológica utilizada nos movimentos sociais e também a matriz relacionada com *formação* humana (trabalho como princípio educativo). No caso do vocábulo *educação*, temos a matriz da *educação* popular. Por outro lado, as exigências e os diálogos com agências governamentais para a elaboração de políticas públicas que possuem o seu vocabulário próprio, como é o caso do MEC, também podem explicar tal junção, pois, neste caso em que os trabalhos científicos/políticas de educação em Economia Solidária que com este órgão demandam orientar-se por suas formulações nos termos de referência, ou em outros documentos, necessitam associar-se ao seu campo de abrangência e aos seus vocábulos próprio. Veja-se o caso da *educação* de jovens e adultos, por exemplo, que remete à educação escolar (diferentemente da educação popular). O documento “Referenciais Metodológicos de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária”, de 2016, denomina “A educação em economia solidária” (AMORIN *et al*, 2016) para descrever os pressupostos da mesma, indicando possível tendência do vocábulo “educação” como o mais amplo (FISCHER, 2017). De qualquer forma, optou-se por utilizar os dois termos juntos, tanto pela identificação da presença dos mesmos de forma alternada ou combinada em vários documentos do movimento e da política pública da ECOSOL, como também nos trabalhos analisados.

trabalho são experienciadas. Para Nascimento (2013), nos anos 90, o campo de convergência entre Trabalho e Educação passa por profundas mutações, decorrentes das transformações econômico, políticas e sociais em curso. Os vários campos da Educação, por exemplo, a formação sindical, a qualificação sócio-profissional, a educação formal, a educação popular (nos movimentos sociais e nas ONGs), são atingidos por essas mutações. Alguns campos perdem suas consistências, outros renascem e outros surgem como novos espaços para educação. Neste sentido, um novo campo da educação popular está em processo no Brasil: aquele em constituição no campo da Economia Solidária.

O mesmo autor informa sobre a herança histórica das experiências da Política Nacional de Formação da Central Única dos trabalhadores (CUT), destacando os seminários e as reflexões em torno da metodologia da educação popular envolvendo várias instituições, para a produção das elaborações de formação em Economia Solidária. Tal herança, encontrar-se-á com outras e, em recente sistematização dos referenciais metodológicos da educação em Economia Solidária.

A educação popular, os estudos críticos sobre relações entre trabalho e educação – trabalho como princípio educativo – e as teorizações sobre pedagogia da autogestão estão na base dos referenciais metodológicos (AMORIN *et al*, 2016) da ECOSOL. Como política pública, a recomendação nº 8, de 04 de julho de 2012, da SENAES/Conselho Nacional de Economia Solidária, define as diretrizes político metodológicas da educação em economia solidária.

Alguns números evidenciados no Atlas Digital da Economia Solidária (SENAES, 2013)⁷, em anexo, demonstram a presença de atividades associadas à educação. De um total de 19.708 EES, 7070 informaram realizar, à época, qualificação profissional técnico-gerencial e 4.166 formação sócio-política (autogestão, cooperativismo e Economia Solidária). Tanto o acúmulo de elaborações teórico-metodológicas e políticas, como a presença efetiva de inúmeras e variadas atividades de formação informam sobre o escopo e a relevância da educação em Economia Solidária.

⁷ Quadro disponível no Anexo 2. Na web, o mapa está disponível no endereço eletrônico: <<http://api.sies.org.br/questoes/apo143/0/macrorregioes?format=jsonld>>. Acesso em: 22 jun 2017.

Muitas têm sido as formas de realização da educação em Economia Solidária. Entre elas: a criação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES); o trabalho de formação realizado pelas Redes de Economia Solidária e as atividades promovidas pelos próprios EES. Conforme afirma Singer (2009), a institucionalização da ES, no governo federal, teve como política mais importante a educação. Mas muitas dessas atividades estão sofrendo impacto das mudanças políticas, sociais e econômicas em curso, no Brasil. Em particular em relação à descontinuidade dos recursos públicos para a Economia Solidária.

Esses fatos evidenciam a importância de mapear e analisar o conhecimento científico produzido sobre experiências de ES. Analisar tal produção intelectual traz elementos para se pensar o que já foi realizado no campo da educação/formação na Economia Solidária e, desse modo, colabora com projeções acerca dessa prática social e a correspondente política pública. Além disso, contribui para a visibilidade desse campo, particularmente, em um momento de incertezas quanto a sua continuidade. Esta dissertação é uma pequena contribuição nessa direção.

A relevância deste estudo está, por conseguinte, tanto no mapeamento de parte das produções científicas (dissertações e teses), para que se realize um aprofundamento teórico-metodológico sobre a educação/formação em espaços de Economia (Popular) Solidária, quanto na afirmação da importância da Economia Solidária, no Brasil como experiência de exercitar, na prática, possibilidades de outra economia, cuja centralidade é o trabalho e não a valorização do capital. Entendemos que

[...] as experiências de trabalho associado são um fenômeno importante que precisa ser analisado também à luz dos processos econômicos e políticos que reconfiguram o mundo do trabalho, principalmente na relação entre trabalho e educação, ou mais precisamente, o aprendizado pela autogestão e suas relações com a educação 'formal' e 'informal'. Ao mesmo tempo essas relações não nos parecem ser simples reflexos de um processo mais geral. Mesmo que elas não tenham por si só o poder de subverter a complexa teia de exploração à qual estão submetidas, enxergamos nessas experiências algumas potencialidades, o que nos aproxima da perspectiva da economia popular, e principalmente da vertente da autogestão (WIRTH *et al*, 2013, p. 177).

Por entender que o trabalho é princípio educativo e por, cada vez mais, encontrar sentido nos estudos de uma outra economia possível e contra-hegemônica, decidiu-se investigar esse tema para o campo Trabalho-Educação. Nesse sentido, pretende-se realizar um mapeamento parcial (o que chamaremos, de uma contribuição ao estado da arte) de produções científicas (dissertações e teses) sobre educação/formação em organizações que se autoidentificam como fazendo parte da Economia Solidária. O recorte para seleção das dissertações e teses é o período de 2006 a 2014, disponíveis no período de dezembro 2015 a janeiro de 2016, no banco de dados da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD), a qual é gerenciada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Novaes (2009) realizou uma pesquisa bibliográfica analisando 23 trabalhos científicos (teses e dissertações) sobre a relação entre trabalho associado e educação⁸. Estudo, este, muito próximo do que se pretendeu nesta dissertação. Pinheiro (2016)⁹, da área da administração, fez uma análise, em forma de artigo, sobre pesquisas sobre gestão em Economia Solidária. Não se encontrou uma sistematização específica com características dos programas e atividades de educação/formação realizadas nos EES, em âmbito nacional, oferecidas por instâncias do movimento, apoiadas ou não pela SENAES.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é contribuir com a produção de um estado da arte sobre educação/formação em economia solidária, tendo como base de análise teses e dissertações defendidas entre 2006 e 2014, disponíveis no banco de dados da BDTD. E, como objetivos específicos temos:

a) Categorizar 23 teses e dissertações, produzidas entre 2006-2014, sobre formação em economia solidária considerando: título; autor/a; ano de produção; universidade de origem; programa, linha e/ou grupo de pesquisa; objeto de pesquisa; abordagem teórico-metodológica (paradigma, conceitos centrais, autores, procedimentos metodológicos);

⁸ Os trabalhos de POLI (2006) e SILVA (2006), que foram analisados nesta dissertação, também o foram pelo autor.

⁹ Fonte: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41359>>. Acesso em: 18 jun 2016.

b) Identificar em cinco (do *corpus* de 23) trabalhos científicos as características gerais dos programas e/ou atividades de formação realizadas pelos ou para empreendimentos econômicos solidários analisados pelos/as pesquisadores/as, observando: programa e/ou atividade; objetivos; abordagem de formação; presença e/ou tratamento do tema dos saberes dos sujeitos; metodologia de formação; conteúdos trabalhados; quem realiza a formação; quem financia; relação com o movimento e/ou política nacional de economia solidária;

c) realizar inferências exploratórias acerca das informações encontradas.

Apóia-se, teoricamente, nos autores Tiriba (2001), Fischer (2009, 2013), Adams (2010) e Singer (2009; 2014) em relação à Economia (Popular) Solidária e formação; em Nascimento (2008, 2011) sobre a perspectiva histórica da ES e da autogestão e, em materiais de políticas públicas federais, assim como sites do movimento. Sobre estudos do tipo “estado da arte”, baseia-se em Ferreira (2002), Romanowski (2002), Romanowski e Ens (2006), Minayo (1994) e Cordeiro (2015) e para auxílio nas análises das produções acadêmicas, utiliza-se ideias de análise de documento (SÁ-SILVA, *et al*, 2009), de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e em Novaes (2009).

Em relação à estrutura do trabalho, primeiro é realizada uma breve contextualização histórica do movimento cooperativo e autogestionário, na Europa, na América Latina e no Brasil, adentrando no movimento da Economia Popular Solidária (EPS). Após esse capítulo, descreve-se o surgimento da Economia Popular e Solidária no Brasil e, a visão do movimento e da SENAES, da educação/formação em Economia Solidária (no âmbito das políticas públicas e de sua gênese conceitual e histórica), com o intuito de contextualizar o campo de estudo dos trabalhos que foram selecionados. Ou seja, a partir de qual contexto político-social esses empreendimentos estudados se encontravam na época das pesquisas científicas.

Descreve-se, a seguir, a metodologia utilizada para coleta dos materiais analisados. As análises serão expostas em dois capítulos: um, contempla as características gerais das produções científicas e, outro, traz um estudo específico de cinco pesquisas que investigaram experiências de educação/formação mais

estruturadas. Por fim, apresentam-se considerações finais.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

2.1 ALGUNS ANTECEDENTES

A primeira Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, caracteriza-se por vários fatores, mas, neste contexto, como uma das primeiras reações da classe trabalhadora à exploração capitalista. A resistência à introdução das máquinas fabris foi uma luta árdua, pois elas eliminavam os postos de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras. Contudo, não houve como brecar o avanço tecnológico (SOUZA, 2003). Nos anos 30, do século XIX, já no processo da segunda Revolução Industrial, na Inglaterra, surgiu um movimento de massas denominado “Owenismo”. O seu principal objetivo era a formação de cooperativas baseadas nos sindicatos originários das antigas corporações de ofício de artesãos. Robert Owen é reconhecido como o pai das cooperativas de produção e de consumo e afirmava que o sistema fabril poderia ser um ponto de partida para experimentos, além de um ponto de partida para a revolução social (MARX, 2013).

Nessa conjuntura, surge a primeira cooperativa de consumo, formada por operários do setor têxtil, militantes do movimento cartista e sob influência dos primeiros intelectuais socialistas. Fundada em 1844, em Rochdale, cidade da Inglaterra, tinha a intenção de melhorar as condições de consumo de alimentos e, também, de baixar os custos com alimentação dos cooperados que, para isso, criaram um grande armazém.

[...] Estabeleceram oito princípios para o funcionamento de sua cooperativa: 1) haveria democracia na sociedade, sendo para cada sócio reservado o direito a um voto nas assembleias gerais; 2) a sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a quota de capital mínima igual para todos; 3) qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4) o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios, em proporção às compras que fizessem na cooperativa; 5) as vendas seriam à vista; 6) os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade; 7) a sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; 8) a sociedade seria neutra política e religiosamente (SOUZA, 2003, p. 36).

Deu-se, então, segundo o autor, o início do cooperativismo moderno. Esses princípios ainda permanecem como base do cooperativismo mundial. Apesar da rápida

expansão (chegando a milhares de sócios), com a crise capitalista na Inglaterra, ainda no século passado, e, também, com alguns problemas internos, a experiência acabou desfazendo-se. Mas, “pode-se dizer que seu exemplo ficou para inspirar o surgimento de outras cooperativas em diversos países da Europa, sobretudo na França, também ligadas ao movimento operário” (SOUZA, 2003, p. 36). E, em 1895, cria-se a Aliança Cooperativa Internacional¹⁰, unindo cooperativas de todos os países do mundo. Ela existe até hoje.

Com a necessidade de regulamentação do trabalho nas fábricas (tanto pelos interesses dos empresários capitalistas de eliminar a concorrência de fábricas menores, quanto pela necessidade de se repensar as condições de trabalho dos trabalhadores), surge a lei fabril, elaborada em 1872. Quando a lei foi estendida

[...] a todos os ramos se tornou indispensável para proteger mental e fisicamente a classe trabalhadora. Ela generaliza e acelera, conforme já vimos, a transformação dos processos de trabalho dispersos e de diminuta escala em processos de trabalho combinados que operam em grande escala social; em consequência, acelera a concentração do capital e o domínio exclusivo do sistema fabril. Ela destrói todas as formas antigas e transitórias, atrás das quais ainda se esconde parcialmente o capital, e as substitui pelo domínio direto e franco do capital. Com isso, generalizam também a luta direta contra esse domínio. Ao impor, em cada estabelecimento, isoladamente considerado, a uniformidade, a regularidade, a ordem e a economia, aumenta, com o imenso estímulo que a limitação e a regulamentação da jornada de trabalho dão ao progresso técnico, a anarquia e as catástrofes da produção capitalista em seu conjunto, a intensidade do trabalho e a competição entre a maquinaria e o trabalhador. Ao arruinar a pequena indústria e o trabalho a domicílio, destrói os últimos refúgios dos trabalhadores supérfluos e, portanto, a válvula de segurança que até agora tem preservado todo o mecanismo social. Ao favorecer as condições materiais e as combinações sociais do processo de produção, aguça as contradições e os antagonismos da forma capitalista de produção, amadurecendo, ao mesmo tempo, os elementos formadores de uma sociedade nova e os destruidores da sociedade antiga (MARX, 2013, p. 567 e 568).

No século XX, há um desenvolvimento de cooperativas de produção, como também de comercialização. Ainda se guiam pelos princípios de Rochdale, porém também surgem cooperativas que têm poucos donos e um número grande de empregados, como em qualquer empresa capitalista, ou ainda, aquelas que precarizam o trabalho dos cooperados, não garantindo os direitos trabalhistas dos “cooperados”

¹⁰ Site: <<http://ica.coop/en/whats-co-op/history-co-operative-movement>>. Acesso em: 11 jun 2016.

e/ou remunerando precariamente os trabalhadores subcontratados. “Uma cooperativa tida como autêntica é aquela que surge da livre iniciativa dos seus membros e prevê em seu estatuto um sistema próprio de remuneração adicional e garantias que substituem a produção legal de um emprego formal” (BIRCHALL *apud* SOUZA, 2003, p. 36 e 37).

A vivência de uma crise salarial e a mudança das relações do mercado e de produção (globalização dos mercados – ou seja, a importação do que antes se produzia), a partir da terceira Revolução Industrial, cria campo para o processo de ampliação de novas alternativas e formas de organização popular, muitas relacionadas ao movimento operário, para sustento desse contingente de trabalhadores desempregados; mas, também, como um local de legitimação dos saberes desses/as trabalhadores/as.

Processos de “revoluções ativas de massa” (NASCIMENTO, 2011) são evidenciados em outros locais da Europa e da América Latina. A experiência da Comuna de Paris, em 1871, “quando as fábricas passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores” (NASCIMENTO, 2011, p. 26), foi a experiência que “influenciou todas as lutas revolucionárias que a sucederam” (NASCIMENTO, 2011, p. 26), inclusive a Revolução Russa de 1917. Mais tarde, na década de 1980, na Polônia, houve um “movimento autogestionário que controlava as 3.000 maiores empresas do país” (NASCIMENTO, 2011, p.27), articulando o “Sindicato Livre Solidariedade” e a eleição do programa máximo da “República Autogestionária” da Polônia.

Na América Latina, movimentos para a conquista do poder popular pelos/as trabalhadores/as datam de 1910, com a Revolução Mexicana, na qual “o zapatismo instituía a chamada ‘Comuna de Morelos’” (NASCIMENTO, 2011, p. 26). Já na década de 1970, o Chile da época de Allende também foi marcado pelos órgãos do poder popular: os Cordões Industriais, redes que articulavam fábricas geridas pelos operários, e Juntas de bairros. Inclusive pronunciando uma Assembleia Popular, que se reuniu em Assunción.

2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia popular solidária¹¹, no contexto brasileiro, emerge na década de 1990, a partir da recuperação das empresas que estavam em vias de fechamento e falência (devido à desindustrialização e ao desemprego estrutural). Os/as trabalhadores/as começam a se apropriar do ambiente de trabalho e de produção. Nesse contexto, criam-se novas formas de relações e de organizações populares, por meio

das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formada com auxílio das incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pelas Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil. Com a mobilização da Igreja, dos sindicatos e das universidades, as iniciativas dispersas de combate à fome e à miséria começaram a se aglutinar, processo poderosamente impulsionado pelas reuniões do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre a partir de 2001 (SINGER, 2009, p. 43).

Além disso, as cooperativas autogestionárias, ideologicamente orientadas, se proclamam como integrantes do novo cooperativismo que, por sua vez, se pretende distinto do cooperativismo tradicional, devido à burocratização e à degeneração que este teria sofrido (SOUZA, 2003).

Adams (2010) apresenta o histórico da “economia solidária” ou “economia popular solidária” no Brasil, a partir da perspectiva de estudos sobre iniciativas populares, de Luiz Razeto (1990; 1993), no Chile. Os PACs, que são os Projetos Alternativos Comunitários, passaram a ser considerados e denominados assim apenas em 1996, no ambiente da Cáritas Brasileira¹². Os PACs se caracterizavam por práticas de geração de trabalho e renda para determinada região, na qual havia desemprego de

¹¹ De acordo com o segundo mapeamento da ES no Brasil, realizado sob coordenação de GAIGER (2014), o EES mais antigo registrado no país teve início em 1885, na Região Nordeste em uma pequena comunidade quilombola, que hoje é formada por “um pequeno grupo informal de mulheres jovens, dedicadas à produção de artigos de artesanato”. Em nota de rodapé é salientado que, provavelmente, a data de 1885 “se refira à história da comunidade quilombola, não ao grupo de mulheres em si, o que não invalidaria a resposta do ponto de vista da origem imemorial e do contexto comunitário indissociável daquela atividade econômica” (GAIGER, 2014, p. 95).

¹² “A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.” Informações disponíveis em <<http://caritas.org.br/>>. Acesso em: 26 jun 2016.

trabalhadores/as¹³. Conforme Adams, Razeto identifica formas diferentes de se fazer economia nas experiências populares. Ele denomina esse processo diferenciado de “fator C”, que seria “produzir, distribuir recursos e bens, consumir e desenvolver como uma alternativa aos modos econômicos capitalista e estatista” (ADAMS, 2010, p. 60). Tal processo se manifesta no plano da produção, “pela cooperação no trabalho, no uso compartilhado de conhecimentos e informações, na gestão coletiva, na satisfação de necessidades de convivência e participação, no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos” (ADAMS, 2010, p. 60).

A caracterização dos conceitos de Economia Popular (EP), como iniciativas ligadas aos setores populares: oficinas, negócios familiares, microempresas, formais ou informais e de Economia Solidária (ECOSOL), como conjunto significativo de experiências populares, foi elaborada por Razeto. Conforme Adams (2010),

para Tiriba (2004), a economia popular envolve todas as pessoas que não conseguem usufruir da economia capitalista. A partir daí, [...] uma parte daquelas pessoas que se organizam, formal ou informalmente, de maneira associativa, em pelo menos um dos processos da cadeia produtiva direta, compõe a economia popular solidária (ADAMS, 2010, p. 60).

Utilizamos a sistematização, realizada por Telmo Adams (2010), das contribuições de Razeto e de Tiriba sobre a inter-relação entre os conceitos de Economia Popular e de Economia Solidária. Conforme o autor, as principais características da Economia Popular Solidária (EPS) indicadas por Razeto são:

- a) Desenvolvem-se nos setores populares, entre os pobres da cidade e do campo;
- b) Envolvem um grupo de pessoas, em forma associativa;
- c) Constituem-se organizações populares com algum tipo de estruturação;
- d) Assumem a finalidade de enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas (alimentação, moradia, saúde, educação, trabalho, rendimentos, poupanças, etc.);
- e) Buscam potencializar os próprios recursos em vista da conquista de crescente economia;
- f) Implicam relações e valores solidários de ajuda mútua, cooperação, comunidade ou solidariedade;

¹³ Apesar das mudanças na sociedade brasileira, a criação de EES ainda é citada como uma alternativa ao desemprego (66% analisando os dois períodos em questão – até 1999 e após os anos 2000), porém “apontar essa motivação não implica, necessariamente, uma situação real de desemprego, mas sim uma preocupação com essa possibilidade ou um propósito de livrar-se da instabilidade laboral” (GAIGER, 2014, p. 126).

- g) Têm como horizonte serem organizações participativas, democráticas, autogestionárias;
- h) Não se fecham a um só tipo de atividade, mas tendem a ser integrais, combinando atividades econômicas, sociais, educativas, de desenvolvimento pessoal e grupal, de solidariedade, às vezes de ação política e pastoral;
- i) Pretendem criar espaços para ser diferentes, alternativos, com respeito ao sistema imperante e, ainda que em pequena escala, almejam a mudança, a emancipação social;
- j) Tendem a se articular com outras instâncias, formando redes horizontais entre elas e com entidades de apoio, em torno de demandas de formação acessória e acesso a outros recursos sociais e técnicos (ADAMS, 2010, p. 61).

É importante ressaltar que a EPS encontra-se entre (no meio) a EP e a ECOSOL, convivendo num contexto de hegemonia da economia capitalista. Para estender a compreensão do conceito de “Popular” à ECOSOL, Adams incorpora as argumentações de Tiriba:

- a) Se todas as pessoas de determinada sociedade estivessem contempladas em uma mesma economia, ‘não haveria a mínima necessidade de usar a expressão ‘economia popular’” (Tiriba, 2004, p. 91);
- b) O popular na economia se caracteriza pelo fato de os trabalhadores utilizarem sua própria força de trabalho, participando do processo de reprodução ampliada da vida¹⁴ (e não do capital);
- c) O sistema econômico capitalista, ao contrário da economia popular solidária, não valoriza atividades produtivas domésticas ou de subsistência, a não ser que sejam rentáveis para o ‘deus mercado’;
- d) Reivindicar o ‘popular’, por uma questão de classe, significa não abrir mão de ‘uma economia que favoreça a maioria da população planetária, que sem dúvida pertence aos setores populares’ (TIRIBA, 2004, p. 95);
- e) Para que os trabalhadores, além de apreender e apoderar-se de sua cultura, possam avançar no processo de transformação da realidade é necessário enfrentar, igualmente, o desafio da disputa epistemológica para conquistar o reconhecimento científico das práticas sociais consideradas como realidades ‘inexistentes’ pela ‘razão metonímica’ própria da ciência positivista ainda hegemônica;
- f) E, por último, a qualificação da economia solidária como ‘popular’ deve-se ao fato de que os empreendimentos solidários – em que pese a variedade de sentidos, formas de organização e tipo de atividades exercidas – têm sido assumidos, em muitos casos, como espaços estratégicos de educação popular (ADAMS, 2010, p. 62 e 63).

Paul Singer, intelectual militante que, em companhia de outros, contribuiu decisivamente para implementar, através de políticas públicas de regulamentação e de

¹⁴ Para maior desenvolvimento da expressão “reprodução ampliada da vida”, ver Tiriba (2017).

apoio, a Economia Solidária no Brasil¹⁵, utiliza a denominação Economia Solidária (ECOSOL), a qual tem, conforme Adams (2010), mais congruência com a denominação de Razeto. Esta foi consagrada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) – movimento social – e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – espaço no âmbito da política pública federal.

Como movimento social, a ECOSOL é fruto da união de trabalhadores/as para a organização e a construção de novas práticas, econômicas e sociais, baseadas em fundamentos de relações de colaboração solidárias. Privilegia-se o trabalho coletivo e autogestionário, apoiando-se, como valor cultural, no deslocamento do/a trabalhador/a para o lugar de sujeito e de finalidade da produção e do trabalho, em contrapartida à lógica capitalista de exploração do trabalho e acumulação privada de riqueza. Além de orientar-se pela promoção da justiça social e pelo desenvolvimento local, sustentável e solidário. Abrange os seguintes campos: da produção, de serviços, de organização do consumo, finanças solidárias, trocas solidárias e redes e cadeias de produção e consumo solidárias.

O FBES¹⁶ nasce no I Fórum Social Mundial, em 2001, em Porto Alegre (RS). Fruto de um processo histórico de movimentos populares, na oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão”, onde se debateu as perspectivas em relação à autogestão, à renda, a políticas públicas, que abrangem a ECOSOL. Culminando, à época, na criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária,

composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais [...].

¹⁵ Conforme Adams (2010, p. 63): “No Rio Grande do Sul, o Fórum Gaúcho assume igualmente a expressão Economia Popular Solidária. O acento no ‘popular’, no estado gaúcho, traz uma conotação de opção pelos segmentos mais empobrecidos da população sinalizando a forte influência de instituições que inspiravam sua mística e metodologia de ação na Teologia da Libertação, bem como na ideologia socialista. Esta última valorizava, especialmente, as concepções e práticas do Partido dos Trabalhadores.”

¹⁶ Conforme GAIGER (2014), pode-se considerar que em relação à inserção em movimentos sociais, os trabalhadores/as de EESs que têm uma participação ativa, parecem manterem-se estabilizados, sem sofrer com impactos da conjuntura econômica. O autor destaca a queda de participação do movimento sindical, comparando o período até 1999 e após os anos 2000 (28,4% x 16,8%); já o oposto ocorre com os movimentos de catadores (11,7% x 19,7%), “segmento com maior presença na Economia Solidária e com grandes avanços organizativos na última década” (GAIGER, 2014, p.127).

Em junho de 2003, realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, que contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A SENAES foi constituída pouco antes deste evento. O FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de se definir a composição e funcionamento do FBES, foi iniciado um processo de interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. Outro fruto decorrente daquele evento foi o desencadeamento da criação dos fóruns estaduais e regionais que puderam garantir, por sua vez, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadoras/es advindos de todos os estados¹⁷.

A SENAES foi criada em 2003, no início da gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em cumprimento de seu programa de governo e tendo em vista a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro, com a execução da meta prioritária de então: o Programa Fome Zero. A partir disso, o movimento de economia solidária rapidamente se alastrou e se tornou nacional.

Em associação à instalação da Secretaria, em junho de 2003, foram criados o FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. [...] O objetivo era precisamente ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizar em cooperativas, obviamente autênticas. Solução para trabalhadores cooperados sem direitos trabalhistas (SINGER, 2014, p. 90).

O papel da SENAES, neste momento, foi desempenhar, a partir da mobilização e do auxílio à solicitação de apoio a agências públicas, o endodesenvolvimento. Este consiste em ser um desenvolvimento produzido pela própria comunidade que se beneficia dele. Ou seja, a partir da união igualitária de seus membros, com apoio do poder público e com mobilização de toda a comunidade e de agentes de desenvolvimento – que são membros pertencentes a uma comunidade marginalizada, que se responsabilizam pelo oferecimento de uma formação política e técnica.

A mobilização da comunidade é executada por meio de atividades de formação

¹⁷ Retirado do site: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 21 jun 2016.

em economia solidária. Sua visão fundamental é que a redenção da classe trabalhadora só pode ser obra da organização dos próprios trabalhadores em diferentes tipos de associação que, unidas por laços de solidariedade, constituem empreendimentos capazes de produzir bens e serviços com qualidade para disputar a demanda em mercados e assim alcançar renda suficiente para resgatar da pobreza todos os membros da comunidade (SINGER, 2014, p. 92).

Entre outras políticas empreendidas pela SENAES, destacamos o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Originado em 1998, pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), a partir do Movimento de Ação pela Cidadania, contra a Fome, a Miséria e pela Vida iniciado pelo sociólogo Hebert de Souza (Betinho) e que, em 2003, fica sob responsabilidade da SENAES. É uma invenção brasileira que pode ser tanto adaptada a incubadoras que abrigam empreendimentos (de professores/as e alunos/as) para explorar alguma invenção tecnológica descoberta por eles/as na própria universidade, como para “incubar gente pobre que se associa, para criar em conjunto fontes de trabalho e renda, seguindo os princípios da economia solidária” (SINGER, 2009, p. 46).

O Projeto de Lei (PL) nº 4685/2012 (BRASIL, 2012b), que foi elaborado a partir de 2010 por parlamentares e representantes da ECOSOL, teve apresentação na Câmara dos Deputados, em novembro de 2012, e segue em tramitação até este momento. Esse projeto de lei diz respeito à Política Nacional de Economia Solidária (PNE) e versa sobre os empreendimentos solidários, além de outros tópicos, e sobre a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES)¹⁸. De acordo com o projeto de lei, as atividades e os princípios da ECOSOL, são:

Art. 2º Considera-se compatível com os princípios da Economia Solidária as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente, a valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes¹⁹.

¹⁸ Fonte: <<http://www.unisolbrasil.org.br/lei-da-economia-solidaria-aprovada-em-comissao-da-camara-em-brasilia/>>. Acesso em: 24 jun 2016.

¹⁹ Em tramitação na Câmara dos Deputados, em Brasília, foi aprovado sem manifestação pela Comissão

Já os princípios norteadores que envolvem essas iniciativas estão dispostos no Artigo 3º, do mesmo PL:

- I - administração democrática, soberania assemblear;
- II - garantia da adesão livre e voluntária;
- III - estabelecimento de condições de trabalho decente;
- IV - desenvolvimento das atividades de forma ambientalmente sustentável;
- V - desenvolvimento das atividades em cooperação entre empreendimentos e redes da mesma natureza;
- VI - busca da inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania;
- VII - prática de preços justos, de acordo com os princípios do Comércio Justo e Solidário;
- VIII - respeito às diferenças e promoção da equidade de direitos de gênero, geração, raça, etnia, orientação sexual;
- IX - exercício e demonstração da transparência na gestão dos recursos e na justa distribuição dos resultados; e
- X - estímulo à participação efetiva dos associados no fortalecimento de seus empreendimentos.

Acreditamos que a institucionalização das cooperativas, além de uma garantia dos direitos trabalhistas, é objeto de luta. Isto porque algumas cooperativas autodenominadas EES são,

frequentemente, autuadas pela fiscalização do MTE ou pela Procuradoria Pública do Trabalho como 'falsas cooperativas', que abrigam negócios privados que usam esta cobertura legal para negar aos seus empregados, de fato, os benefícios da legislação do trabalho. Não há como negar que são muitas as falsas cooperativas, que espoliam seus trabalhadores ou que servem de fachada para que terceiros possam fazê-lo (SINGER, 2009, p. 48).

O movimento da ECOSOL afirma que a Economia Solidária é uma outra forma de produzir, vender e comercializar o que é necessário para viver, respeitando o meio ambiente e sem a lógica capitalista de ganhar mais que o/a outro/a ou tirar vantagem. Utiliza-se de relações de cooperação para fortalecer o grupo envolvido, qualificando o bem viver e estar de todos. Segundo a Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL, com base em Brasília, o movimento possui como características:

de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em 10/06/2016, seguindo agora para aprovação do Senado. O texto do PL nº 4685/2012 pode ser acessado em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 06 jun 2016.

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc.); clubes de troca, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

- **Autogestão:** Os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

- **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

- **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.²⁰

Considerando essas características a ECOSOL, aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Objetiva que seus resultados econômicos, políticos e culturais sejam compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Essas ações implicam em uma reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade, como sujeito e como finalidade da atividade econômica.

A autogestão é um conceito central para se entender a Economia Solidária. Para

²⁰ Informações retiradas do site da ECOSOL Base Brasília. Disponível em: <<http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/caracteristicas/>>. Acesso em: 12 jun 2016.

Nascimento (2008, p. 27), autogestão é “uma palavra [que] no sentido etimológico estrito [significa]: [...] a gestão por si mesmo”. Para o autor, o exercício de autogestão, no atual contexto, contribui para a emancipação social dos/as trabalhadores/as, além de, a partir da apropriação dos recursos e dos produtos consumidos e produzidos, promove uma melhor defesa contra as imposições do capital. Segundo Nascimento (2008, p. 28), “a palavra 'autogestão' foi introduzida na França, para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo”.

A autogestão é, antes de tudo, uma relação socioeconômica entre os homens que se funda no princípio de distribuição segundo o trabalho e não sobre a base do capital, dos meios de produção. A autogestão é, de um modo eloquente, uma categoria socialista. A mesma só pode desenvolver-se no campo da propriedade social, isto é, em relações de propriedade em que os meios de produção e o capital social não são propriedade privada do capitalista nem de grupos de trabalhadores de determinadas empresas, nem objeto de gestão monopólica do aparato burocrático ou tecnocrático do Estado.

Ainda hoje, um termo relativamente recente e pouco disseminado fora dos campos da ECOSOL, sua ideia é tão antiga quanto o movimento operário. “A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação” (NASCIMENTO, 2008, p. 28), surgindo nos “pontos frágeis” da sociedade atual, ou seja, nas lacunas que o Estado tenta esconder. Dessa forma, torna-se um dispositivo para ocorrência de novos fatos, num campo onde as forças sociais conseguem intervir para que se crie, assim, “pontos fortes” ou “outra coisa” (NASCIMENTO, 2008).

Para Lefebvre, a autogestão não surge em qualquer lugar, conjuntura ou momento. É necessária uma conjuntura, um lugar privilegiado. Onde e quando ela surge porta, necessariamente, seus elementos ‘possíveis’: a tendência à ‘generalização’ e à ‘radicalização’. Para que a autogestão se consolide, se amplie, ela deve ocupar os ‘pontos fortes’ da estrutura social que operam contra ela. A principal contradição que a autogestão introduz e suscita, é sua própria contradição com o Estado; ela põe em questão o Estado [...]. (NASCIMENTO, 2008, p. 31).

Contudo, o “simples fato de [trabalhadores organizados de forma associada] negarem o trabalho assalariado e até projetarem seu ideal autogestionário para toda a sociedade, não significa a superação automática do sistema capitalista hegemônico”

(ADAMS, 2010, p. 84). Ou seja, há uma relação contraditória no sentido de que as iniciativas econômico-solidárias fomentam uma outra forma de organização da produção e do consumo, mas, “coexistem” – ao menos por enquanto – com o modo de produção capitalista. E, de certa forma, precisam “disputar” com esse modelo econômico hegemônico, seu espaço. Acreditamos ser esse um fator importante que dificulta uma maior adesão das classes populares a essas formas associativas e solidárias de trabalho, devido às contradições e ao esforço que se produzem aí. Conforme explicita Tiriba (2001, p. 279), citando Gramsci

uma disciplina voluntária e autônoma exige do trabalhador uma sólida disciplina; no entanto a autonomia pode ser confundida com liberdade de satisfazer o que é meramente individual, em detrimento do que é coletivo. [...] Embora busquem a liberdade individual, contraditoriamente, sentem-se pressionados quando têm de opinar e decidir sem a ajuda de um ‘pai’ ou uma ‘mãe’, ou seja, sem que nestes momentos se estabeleça uma relação de dominação [...]. Na verdade, muitos trabalhadores e trabalhadoras seguem culturalmente impregnados pela lógica de ter alguém que decida, que seja responsável para dizer o que é o que os outros têm de fazer, como devem comportar-se, etc.

Portanto, não são poucas as dificuldades em vivenciar a autogestão; além de superar a heterogestão (aprendida socialmente no capitalismo), é preciso, ao mesmo tempo, superar a tensão de desejar liberdade, mas também de ter alguém no comando.

Consideramos que, as experiências que se situam no campo da Economia Solidária, se constituem numa grande forma de educação, num processo histórico para uma a construção de outra economia e de outra organização societária, na qual o centro seja o trabalho e a reprodução ampliada da vida, e não o capital. Por isso, concordamos com Nascimento que “a autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como ‘meio de luta’, abrindo caminho, e, como ‘meio de reorganização da sociedade’, a transformação ‘de baixo para cima’ da vida cotidiana e do Estado” (NASCIMENTO, 2008, p. 32).

Sabendo que a Economia Solidária realizada no Brasil, tornou-se referência mundial, por ser a maior rede solidária do mundo, conquanto seu espaço de visibilidade na sociedade e seu significado no (ou como um outro modelo de) cenário econômico ainda estão por ser conquistados. Telmo Adams, em seu parecer do projeto de

dissertação que originou essa pesquisa, afirmou que Antunes (2009), ao discutir as tendências das metamorfoses do trabalho, não teria citado a ECOSOL como uma dessas tendências, contudo – conforme já exposto – esta surge, também, como uma nova forma de organização frente à crise e às mudanças das relações de trabalho do capitalismo. Questiona Adams (2016) se essa ausência da ECOSOL, em algumas análises como a citada, como uma possibilidade de metamorfose contra-hegemônica do trabalho indicaria, entre outras possíveis análises, a invisibilidade que essa tendência de outra economia ainda carrega, apesar de seu processo histórico-cultural de criação e de conquista de espaço no território brasileiro.

Com base no segundo mapeamento nacional realizado por GAIGER (2014) e equipe do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), por meio da SENAES (Convênio SENAES/MTE nº 752598/2010), entre o período de 2009 e 2013, informamos alguns dados gerais sobre a ECOSOL, que dão uma ideia de sua dimensão e de seu perfil. Esse mapeamento registrou EES em 2.804 municípios do país. Os números por estados, por ordem de maior quantidade são: Rio Grande do Sul (281), Bahia (222), São Paulo (201), Santa Catarina (191), Minas Gerais (188), Ceará e Pernambuco (ambos com 162 municípios). Contudo, por regiões do Brasil, a concentração de EES se reconfigura: o nordeste é a região com mais EES, sendo 40% do total, a região Centro-Oeste 10%, e as demais, entre 15% e 20%.

Assim, no plano regional é perceptível uma correlação entre espaço de atuação e forma de organização. Sucintamente, na Região Nordeste prevalecem amplamente o rural e as associações. No extremo oposto, está a Região Sudeste, na qual os EES são majoritariamente urbanos e informais. Em meio caminho, pendendo mais para o perfil Nordeste, encontra-se a Região Norte, com certa predominância do espaço rural e das associações, traços similares aos da Região Centro-Oeste. A Região equidistante é a Sul, com pesos idênticos do rural e do urbano e com a menor desigualdade percentual entre as formas de organização (GAIGER, 2014, p.47).

Em relação à principal atividade econômica, predomina, em todas as regiões, os EES de produção (56,2%).

A partir desses dados gerais de caracterização histórico-social do cooperativismo e da consolidação da ECOSOL no Brasil, abordaremos, no próximo capítulo, a

fundamentação das práticas educativas na Economia Solidária. Além disso, é dado um breve histórico sobre a implementação e a consolidação da política pública de educação na Economia Solidária.

3. A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo, desenvolvemos dois elementos centrais: a) o movimento de elaboração e consolidação da educação/formação, na política pública da Economia Solidária; b) os fundamentos da educação/formação em Economia Solidária.

Desde 2012, após 8 anos da implementação da SENAES, foram sendo elaborados documentos que surgiram a partir de Conferências, Oficinas e Congressos do movimento de Economia Solidária e da SENAES, que contavam com a participação de trabalhadores dos EESs. Tratava-se de momentos de discussão e reflexão sobre avanços e desafios (entre outros aspectos e esferas) da ECOSOL e da política pública de educação desta, além de regulamentações quanto aos princípios, aos objetivos e às diretrizes.

A SENAES traçava dois caminhos: disseminação, sensibilização e articulação da ES em relação aos demais órgãos do governo federal, principalmente de gestores de educação/formação; e apoio ao fortalecimento das iniciativas de educação/formação já existentes e promovidas. Tendo essas frentes como primeira estratégia para o processo de consolidação da educação, foram realizadas formações de gestores públicos federais, municipais e estaduais. Sendo esta considerada a “política mais importante para institucionalizar a economia solidária no governo federal” (SINGER, 2009, p. 44).

Em relação à qualificação profissional e social dos/as trabalhadores/as associados/as, baseada no Plano Nacional de Qualificação (PNQ) – que substituiu e superou o Plano Nacional de Formação (PLANFOR) – foi implementado o “Termo de Referência em Economia Solidária no Plano Nacional de Qualificação 2003 – 2007”. Tal implementação possibilitou a integração (fundamentada na ECOSOL) das políticas públicas de qualificação social e profissional às políticas de trabalho, renda e desenvolvimento. Assim, essas foram as bases para os projetos de formação específicos na ECOSOL, no período.

Entre 2006 e 2010, foram implementados dois planos setoriais: o Planseq Ecosol 2006/2008, que tinha por objetivo o fortalecimento da ECOSOL em redes e cadeias produtivas, e o Planseq 2008/2010, que abrangeu questões de comercialização e de

comércio justo e solidário, na organização das cadeias e redes de produção. Com isso, integraram-se cooperativas e empreendimentos solidários de diversas regiões do país, a partir do segmento econômico. Esses planos foram realizados através de formações e seminários com os envolvidos e seus representantes.

Há outras diretrizes de formação em ECOSOL, como, por exemplo, ECOSOL e EJA, para qualificação dos/as trabalhadores/as que frequentam a Modalidade EJA²¹; formação de agentes em ECOSOL, para a qualificação de formadores/as e educadores/as que assessoram, acompanham e apóiam EESs. Para desenvolvimento e organização das atividades formativas, foram criados os Centros de Formação em Economia Solidária (CFEs), um de referência nacional e cinco de referência regional, que faziam parte da Plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, constituindo, assim, o Grupo de Trabalho Nacional de Formação, com representantes da SENAES e do FBES.

A partir de 2007, o objetivo geral desses centros passou a ser: “a formação de formadores(as), educadores(as) e gestores(as) públicos que atuam com economia solidária, contribuindo para fortalecer seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como sua dimensão emancipatória” (BRASIL, 2012a, p. 148).

Diante de todas essas iniciativas de estratégias de formação em ES propostas pela SENAES, percebeu-se a necessidade de criação de uma política nacional de formação, que seria a base desses processos formativos nacionalmente.

A ES caracteriza-se, sobretudo, pelas práticas autogestionárias nos processos econômicos de produção, beneficiamento, comercialização, crédito e consumo. Essas práticas envolvem mudanças culturais profundas de valores e princípios que orientam os comportamentos e práticas políticas dos sujeitos sociais da ES. Por outro lado, essas iniciativas também precisam ser viabilizadas economicamente, combinando a busca da eficiência econômica com as práticas solidárias (BRASIL, 2012a, p. 150).

²¹ Salvo melhor juízo, não há dados detalhados a respeito do tema. Pelo menos, o último mapeamento da Economia Solidária (GAIGER, 2014) não oferece informação acerca da escolaridade do público da ECOSOL. Mas o perfil do público que frequenta a EJA, especialmente os adultos se assemelha ao da ECOSOL. Não é sem razão que houve um investimento do governo federal na oferta de formação de professores da EJA para trabalharem com ECOSOL.

Os debates em torno da criação da política conduzem a um consenso sobre um princípio básico: a política pública nacional de formação em ECOSOL deverá ser articulada ao processo permanente de fortalecimento e emancipação:

- dos EESs e seus sócios (fortalecimento econômico, social e político e cultural);
- do movimento de ES (articulação e estruturação dos fóruns e demais mecanismos de mobilização);
- da política da ES com sua incorporação na agenda política do país e implementação de programas de apoio massivo, bem como reconhecimento legal que valorize suas especificidades (BRASIL, 2012a, p.151).

Sendo a formação o elemento central para o fortalecimento da ECOSOL, foi elaborado, após várias reuniões de trabalho do GT – Formação e a partir dos princípios básicos mencionados, as diretrizes para uma Política Nacional de Formação em Economia Solidária:

- a) O acesso às políticas públicas de formação e assessoria técnica em ES é considerado direito do trabalhador associado, cabendo ao Estado garantir recursos permanentes para o financiamento de ações voltadas para o desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas dos empreendimentos econômicos solidários e para processos formativos continuados e sua universalização;
- b) Articulação das ações de educação em economia solidária com outras políticas de fortalecimento do trabalho associado tais como: crédito orientado, marco jurídico, comercialização, consumo ético, desenvolvimento local, saneamento básico, agricultura familiar, segurança alimentar, meio ambiente, dentre outros, com os programas que ofertam atividades de assessoria técnica e/ou tecnológica ao trabalho associado;
- c) Participação e controle social. Política democrática e institucionalização da participação ativa dos sujeitos da Economia Solidária nos processos de decisão, implementação, acompanhamento monitoramento e avaliação da política de formação. Exercer controle social participativo da execução com o envolvimento efetivo dos fóruns de Economia Solidária;
- d) Fortalecimento da experiência histórica de formação em Economia Solidária tendo como base a constituição de uma Rede Nacional de Formadores com acúmulo na formação em Economia Solidária;
- e) Implementação de processos específicos para a formação em Economia Solidária incluindo a formação de formadores, a sistematização e socialização de metodologias e materiais pedagógicos;
- f) Articulação com outras políticas de educação, formação e ciência e tecnologia tais como: alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional e social, incubagem e tecnologia social, extensão rural, entre outros;
- g) Incorporação da Economia Solidária nas políticas de educação e de qualificação social e profissional (básica a superior), em especial, nos programas de alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante e qualificação social e profissional;
- h) Ampliação e potencialização dos instrumentos e políticas públicas para a

formação e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários, inclusive prevendo-se o acesso aos fundos públicos existentes, tendo em vista a construção de ações permanentes e sistemáticas de assessoria técnico e tecnológico, em conformidade com os princípios e diretrizes aqui estabelecidos;

i) As ações de pesquisa e a experimentação devem estar acompanhadas do compromisso de devolução dos conhecimentos resultantes dos processos investigativos;

j) Ao considerar os empreendimentos como sujeitos da política pública, o “fazer com” e não o “fazer para”, os mesmos devem ser considerados como educadores e educadoras na realização de processos estruturados e planejados de troca de experiências entre empreendimentos econômicos solidários, assim como a interação de saberes com as instituições de apoio e fomento à economia solidária e os gestores públicos (BRASIL, 2012b, p. 18 e 19).

Essa elaboração das diretrizes talvez possa ser considerada o ponto de culminância desse processo, do FBES e da SENAES, de busca de um aperfeiçoamento crescente.

Surge, então, o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015/2019) para promover o direito de produzir e de viver de forma associativa e sustentável. Ele foi elaborado em 2014, após a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAE), que tinha como tema a construção do plano. As conferências públicas (Nacionais, Territoriais e Regionais) têm por objetivo uma consulta pública, através de um debate caracterizado por um momento ímpar de participação da sociedade na discussão e na reflexão de questões de interesse de cada segmento. Tendo por base as pautas e os acúmulos de conferências anteriores, é formulado o plano, com vistas ao futuro (a partir de objetivos, estratégias e linhas de ação para formulação e execução de projetos e ações) e com os seguintes eixos:

EIXO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental, nacional e internacional.

EIXO II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO: definições estratégicas, considerando a análise do contexto e as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária.

EIXO III - LINHAS DE AÇÃO E DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PLANO: elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 4 e 5).

Esse plano nacional, para o período de 2015 a 2019, foi elaborado no sentido de dar mais concretude e organização às ações já desenvolvidas, tanto na política pública, quanto nos EESs. Em seu texto, contempla, especificamente, a formação/educação na ECOSOL e traça alguns objetivos para seu período de vigência. Por sua vez, o Termo de Referência da Política Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2013), que definia oficialmente a política pública para a implementação de ações integradas de promoção de Economia Solidária, também apresenta alguns objetivos concernentes à educação e à formação:

- a) Ofertar ações de formação para a autogestão e fortalecimento institucional do associativismo e do cooperativismo na cadeia produtiva da reciclagem e/ou mobilizar e encaminhar os beneficiários para participarem de cursos de alfabetização, elevação de escolaridade junto aos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou programas estaduais de educação profissional e tecnológica;
- b) Ofertar atividades de formação aos beneficiários considerando a pedagogia da autogestão e da educação popular;
- c) Viabilizar a participação dos beneficiários e suas organizações nas agendas territoriais de Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- d) Mobilizar, organizar e encaminhar os beneficiários para as políticas de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas redes estaduais e municipais de educação;
- e) Desenvolver atividades voltadas ao diagnóstico, definição de oferta, mobilização dos beneficiários, seleção e efetuar a pré-matricula dos mesmos para o acesso ao Bolsa Formação Trabalhador (Pronatec – Formação Inicial e Continuada), com metodologia adequada ao público;
- f) Promover o acesso dos beneficiários aos demais cursos do PRONATEC ou programas (BRASIL, 2013, p. 9-10).

Como diretrizes desse mesmo plano nacional, ou seja, os elementos estruturantes da ação pedagógica, nos processos de educação em Economia Solidária, estão assim descritos:

- Considerar, no processo educativo, as necessidades de públicos específicos tais como populações indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, juventudes, mulheres, LGBTTS, usuários da rede de atenção psicossocial e rede de saúde (pessoas com transtornos mentais e uso abusivo de álcool e outras drogas, pessoas com deficiência) e egressos do sistema penitenciário.
- Ações educativas interdisciplinares, continuadas e sistematizadas que possibilitem a construção gradual e permanente da identidade grupal, o fortalecimento das relações e da autogestão dos empreendimentos, partindo da realidade local vivenciada e fortalecendo sua identidade.
- Reafirmação de todas as diretrizes político-metodológicas contidas na Recomendação nº 08 do Conselho Nacional de Economia Solidária, de 04 de

junho de 2012.

- Educação Popular, Território/Territorialidade e Autogestão como elementos estruturantes da ação pedagógica nos processos educativos em economia solidária.
- Ensino, pesquisa e extensão universitária amplamente articulados com o Movimento de Economia Solidária e com as políticas públicas de economia solidária com foco na Tecnologia Social, com metodologia autogestionária, a partir da identificação e avaliação das experiências em educação alternativa no meio rural e urbano.
- Pedagogia da alternância nos processos da educação no campo e em contextos urbanos nos princípios da pedagogia da autogestão em economia solidária.
- Participação igualitária das mulheres em todos os espaços de formação em economia solidária, tendo a questão de gênero e feminismo como parte da formação, promovendo assim a autonomia e a superação da divisão sexual do trabalho, na construção do protagonismo nos espaços de poder e decisão.
- Participação igualitária dos jovens nos espaços de educação em economia solidária.
- Garantir no âmbito de todos os processos de educação em economia solidária o ensino de 'História e Cultura afrobrasileira e africana', conforme estabelecido na lei 10.639/2003.
- Melhoria da comunicação e do intercâmbio entre comunidades, órgãos governamentais e as instituições parceiras.
- Fortalecimento da articulação de Educadores/as da Economia Solidária em redes.
- Cumprimento do Art. 41 da LDB 9394/96 que 'define que o conhecimento adquirido na Educação Profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e de certificação para o prosseguimento ou conclusão de estudos', possibilitando também desta forma que os trabalhadores da Economia Solidária participem de processos seletivos para educação popular em Economia Solidária.
- Contribuir na implementação de um novo conceito de relação entre seres humanos e natureza promovendo a cultura do bem viver (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 30).

Pensamos que, a partir do que foi exposto, a necessidade ampla de reflexão da prática e da formação como socialização, pode ser um indicador da escolha pelo uso concomitante ou alternado dos dois termos: "educação/formação". Silvestre (s/d) complementa afirmando que são dois termos complexos, que se cruzam, havendo uma dificuldade em estabelecer fronteiras entre eles. Conforme Canário (2000, p. 36), há uma flutuação terminológica em comum entre educação e formação.

A distinção entre 'educação' e 'formação' remetendo para tradições e campos sociais distintos, coexiste com a sobreposição, na sua amplitude e na sua abrangência, dos conceitos de 'educação permanente' e de 'formação permanente', o que conduz a uma, também frequente, utilização dos vocábulos 'educação' e 'formação' como palavras sinônimas.

Há um movimento do conceito de educação que acompanha as transformações norteadoras da sociedade. Assim como “[...] os objetivos e conteúdos da educação não são sempre idênticos e imutáveis, antes variam ao longo da história e são determinados conforme o desdobramento concreto das relações sociais, das formas econômicas da produção, das lutas sociais” (LIBÂNEO, 1998, p. 72).

Silvestre (s/d, p. 42) destaca que

[...] a vocação da educação e da formação deveria ser a de passar a dar à ciência e à cultura actual e vindoura as respectivas dimensões formativas e educativas. [...] Com a educação e a formação, poderíamos projectar a ciência, a tecnologia, a cultura, os valores... em todo o lado onde se concretizam (dentro e fora do sistema educativo/formativo e do trabalho), (re)formulando as suas planificações: objectivos, conteúdos, métodos, estratégias, actividades, avaliações, materiais...; [...] Isto é, pensamos que o primeiro (educação/formação permanente) é mais abrangente e englobante, em termos de educação e formação integral do homem, que o segundo, pois, abarca as três faces (ser, estar e fazer) podendo abarcar o saber aprender e o saber desaprender [...], enquanto o segundo (educação/formação ao longo da vida) enfoca mais o saber-fazer.

Desta forma, pode indicar que a utilização da terminologia educação/formação abrange mais possibilidades de práticas pedagógicas e não só as formalmente determinadas, fato esse que é uma das características de estudos dos “saberes do trabalho associado”, que são aprendizagens que se dão na prática do trabalho associado²². O que muda não são as definições de cada modalidade e, sim, seu intercruzamento numa sociedade em que as coisas estão cada vez mais interligadas. “Isto é, está com as próprias pessoas e surge das interações destas com o meio, com as situações vividas e todas as aprendizagens que se fazem” (SILVESTRE, s/d, p. 48).

A SENAES, ao colocar a educação/formação como um princípio fundamental do desenvolvimento das políticas públicas para ECOSOL e para o desenvolvimento dos EES, legitima esse carácter de movimento do conceito de educação, que afirma Libâneo (1998). Isso porque, como será exposto a seguir, a educação/formação se faz na práxis do trabalho associado e autogestionário. Novaes (2009, p. 01) afirma que

a autogestão é a magnífica escola, pois é por meio dela que a classe trabalhadora enfrenta verdadeiros desafios: desnaturalizar a separação entre

²² Para saber mais sobre o conceito de saberes do trabalho associado: FISCHER; TIRIBA (2009) e FISCHER; FRANZOI (2015).

dirigentes e dirigidos; lutar de forma coletiva; dividir o trabalho de uma nova forma, fazer rodízios de cargos; concentrar as decisões estratégicas em assembléias democráticas; questionar a hierarquia salarial capitalista; gerando um processo coletivo de aprendizagem.

A educação/formação nos espaços de ECOSOL, se dá na constante contradição com o modo de produção e de sociedade capitalista e, também, na multiplicidade de diretrizes de formação, como por exemplo, ECOSOL e EJA, para qualificação dos/as trabalhadores/as que frequentam a modalidade EJA, e formação de agentes em ECOSOL, para a qualificação de formadores/as e educadores/as para assessoria, acompanhamento e apoio das unidades de ECOSOL. Aparentemente, a união dos dois conceitos indica que se pretende abranger as múltiplas ações educativas, nos processos de educação e formação que estão regulamentados e indicados na política pública para a prática nos EES e CFES. Ou seja, nos espaços de formação, contudo também nos espaços de trabalho, onde o trabalho torna-se um princípio educativo para os/as trabalhadores/as.

Na obra "Referenciais Metodológicos de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária" (Brasil, 2016), encontramos a mais recente sistematização teórico-metodológica sobre Educação em Economia Solidária. Nota-se que nessa elaboração o termo que intitula tal sistematização é somente Educação. Ele já não vem acompanhado da palavra "formação". Em duas décadas de construção dos EESs e da identidade da Economia Solidária, não foi possível a consolidação de um Programa Nacional de Economia Solidária. Entretanto, esse período foi tempo suficiente para reunir diversas experiências com os/as trabalhadores/as que permitem apontar limitações, possibilidades, avanços e desafios.

A educação em Economia Solidária trata de um processo pedagógico que parte da construção coletiva propiciando conhecimentos organizados, analíticos e críticos sobre as experiências. Conhecimentos que permitiram, tanto em Oficinas e Plenárias do Movimento da Economia Solidária, como em Seminários e Conferências das Políticas Públicas para a Economia Solidária, construir e afirmar referências sobre a compreensão da Educação em Economia Solidária, que integra, numa mesma concepção político-pedagógica, a formação e assessoria técnica (Brasil, 2016, p.10).

As elaborações de sínteses e reflexões sobre a educação na ECOSOL

possibilitam uma consistência nos processos de ampliação e de criação de novas experiências das atividades realizadas. Em consonância a isso, firmar as ideias de que trabalho associado é um princípio educativo e de que os empreendimentos têm como objetivo principal “o exercício da liberdade e autonomia possível, com a construção de relações sociais de convivência solidária” (BRASIL, 20126, p. 22), sendo a principal finalidade desses “a cooperação em vista da satisfação das necessidades humanas fundamentais. [...] O trabalho associado pressupõe um conjunto de ações de caráter associativo e solidário, uma organização intencional dentro das concepções e sentidos da autogestão” (BRASIL, 2016, p. 22). Por meio da práxis (esta como uma ação intencional e um processo de reflexão crítica), mobiliza a necessidade de aprendizagens, caracterizando a prática do trabalho como um processo educativo.

A pedagogia da autogestão compreende que o processo formativo se dá na atividade do trabalho, na troca de saberes para compreender e decidir pela melhor forma de como organizar a produção e o modo de trabalho. Isso pressupõe aprendizado técnico, definição e redefinição de um projeto político relativo à possibilidade de estabelecer novas relações sociais e econômicas, mesmo sabendo que se está ainda imerso na lógica da sociedade capitalista. Por isso, uma pedagogia da autogestão ou pedagogia da produção associada compreende que o trabalho torna-se não apenas um princípio educativo, mas também um fim educativo na luta permanente por uma vida digna (BRASIL, 2016, p. 23).

O território aparece como uma política fundamental para pensar a relação que ele estabelece com as práticas educacionais realizadas e, também, com as organizações governamentais ou não. No debate da educação em Economia Solidária, “é importante considerar a territorialidade produzida pela articulação do movimento em diálogo com tais organizações de base territorial, visto que, por vezes, muitas delas atuam com os mesmos grupos de pessoas” (BRASIL, 2016, p. 37). Mas, além disso, o território é responsável pelo sentimento de identidade e de pertença a um local pelo indivíduo ou grupo; não sendo apenas um espaço físico. Uma das reflexões das experiências educativas “é a forma como refletem e que ações indicam em relação ao território e à construção de identidades e do desenvolvimento territorial no conjunto das atividades educativas” (BRASIL, 2016, p. 41).

Em relação às políticas pedagógicas, é afirmado, no documento síntese dos

referenciais metodológicos para a educação na ECOSOL, que nos espaços educativos há condições para criação de um processo pedagógico que produza uma nova cultura do trabalho (TIRIBA, 2011), sendo essa dinâmica a prática de um processo educativo. A educação popular é considerada uma educação produzida no diálogo com o povo, como uma prática de educação emancipatória que se constituiu e está se constituindo nas experiências de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Entende-se a educação popular, como “um novo ideário e uma nova metodologia para as práticas educativas populares” (PALUDO, 2001, p. 65), ou seja, um processo de formação e de capacitação com o objetivo de criar, através da ação-organização das pessoas, uma sociedade nova de acordo com os seus interesses, um novo projeto societário que coexiste com o modelo tradicional de educação.

Esta prática social e histórica se faz mediada por sujeitos políticos e recursos, que articulam em torno de si diferentes campos de forças políticas e culturais. Estas forças disputam entre si a direção para as práticas educativas (fins e meios) e articulam-se de forma orgânica com a perspectiva de determinados direcionamentos (projetos) econômico, político, e cultural da sociedade no seu conjunto. A esfera da educação – qualificação humana –, deste modo, é entendida como um espaço de disputa de hegemonia, assim como as esferas da política e da economia [...] (PALUDO, 2001, p. 65).

A interdependência dos conceitos de educação e pedagogia é explicitada no documento (BRASIL, 2016, p. 45) da seguinte forma: “[...] a pedagogia se constitui num campo de conhecimento em constante movimento, não de concepções estáticas e fechadas. A educação e a pedagogia, como práticas sociais históricas, são parte do movimento dialético de disputa de projetos de sociedade”. Essas afirmações corroboram com Libâneo (1998), que afirma que o conceito de educação tem um movimento, que acompanha os movimentos da sociedade, e com as afirmações de Paludo (2001) sobre a gênese da EP. Corroborando para uma educação política-social, proposta pelo movimento da ECOSOL e pela SENAES, para a prática educativa nos EESs. “Portanto, como prática educativa e corrente pedagógica, a educação popular compõe-se por uma multiplicidade de práticas e propostas teórico-metodológicas com características diversas e complexas, mas que tem em comum a intencionalidade transformadora” (BRASIL, 2016, p. 46).

Reforça-se, portanto, que

[...] é a dimensão produtiva que (re)valoriza o trabalho como princípio educativo - é a intervenção educativa histórica própria da Economia Solidária que desafia os educadores à reflexão permanente sobre os referenciais político-pedagógicos da Educação Popular. [...] Desse modo, o trabalhador pode superar sua condição de mercadoria, resgatar o direito de ser proprietário coletivo dos meios de vida, superar a desvinculação entre si e seu produto, controlando o ritmo e o tempo de trabalho. Assim caminha em direção à utopia baseada em outros modos de construção do conhecimento, outro padrão tecnológico e outra visão de desenvolvimento e de futuro (BRASIL, 2016, p. 48).

A concepção de Educação em Economia Solidária (Brasil, 2016, p. 49), então, define-se como uma construção social, “que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política”. Considera-se o trabalho como um princípio educativo que se dá, tanto na construção de conhecimentos, aprendizagens e interações no espaço de trabalho, quanto nas relações sociais vividas pelos/as trabalhadores/as. Sendo as ações político-pedagógicas “inovadoras, autogestionárias e solidárias” e que se fundamentam “na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade” (BRASIL, 2016, p. 49). Essas estão em consonância com o princípio educativo do trabalho, sendo este um dos fundamentos da educação em Economia Solidária.

A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à Economia Solidária, tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento das cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação (BRASIL, 2016, p. 49).

O documento ainda traz que a sistematização é considerada como um “princípio político-pedagógico da prática educativa” (BRASIL, 2016, p. 58) em ECOSOL, pois esta possibilita que a autocrítica e o conhecimento sejam elaborados de forma coletiva pelos sujeitos que vivem a experiência, baseando-se nas aprendizagens de cada um. Pela perspectiva da educação popular, para um avanço da consciência crítica organizativa dos/as trabalhadores/as para um exercício do poder, considera-se necessário “um processo de educação com intencionalidade concreta e planejada, que parta da

realidade dos sujeitos, mulheres e homens envolvidos e que seja construído coletivamente” (BRASIL, 2016, p. 59). Educação, esta, que fomenta a articulação “e a mobilização para a organização e transformação social”, que se dão no meio da luta popular, sendo “a própria Educação Popular na sua aplicabilidade” (BRASIL, 2016, p. 59).

Tentamos delinear o campo da educação em Economia Solidária, expressando a visão do movimento e que está expressa nas políticas públicas da SENAES. Essas elaborações serviram de apoio para as análises das dissertações e teses, que se seguem. Atualmente a SENAES encontra-se estagnada, o que implica falta de recursos e descontinuidade de programas variados de apoio e incentivo da Economia Solidária.

A exposição geral da história do cooperativismo (na Europa e na América Latina), do surgimento da Economia Popular e Solidária no Brasil e, de uma visão da educação em Economia Solidária (no âmbito das políticas públicas e de sua gênese conceitual e histórica), auxiliam na compreensão de que o mapeamento de dados gerais e específicos sobre as produções científicas e sobre esta educação/formação (que está sendo realizada dentro dos espaços educativos da EPS) são importantes para elucidar esse processo em desenvolvimento para e nos EES no sentido de compreender os avanços, os desafios que podem surgir e as lacunas a serem preenchidas. Muitas outras dissertações e teses estão sendo desenvolvidas no campo Trabalho-Educação e contribuirão com dados mais específicos acerca dessas experiências. Nosso esforço, neste trabalho, é trazer uma contribuição para visibilidade dessas experiências.

4 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo estado da arte, que analisa pesquisas de mestrado e doutorado sobre educação/formação em Economia Solidária. Tendo em vista a dimensão e a complexidade do tema, acrescido dos limites de uma pesquisa em nível de mestrado, houve necessidade de circunscrever um determinado número de trabalhos para análise, não se alcançando uma análise ampla e exaustiva que um efetivo estado da arte demandaria. Além disso, o esforço maior foi empreender uma sistematização dos dados e, na medida do possível, fazer algumas inferências.

Conforme Ferreira (2002, p. 258), o desafio desse tipo de pesquisa está em “mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento”, com o intuito de evidenciar os aspectos e as dimensões abordadas em um determinado tempo/espaço/época em produções acadêmicas. A partir disso, facilitar a identificação da direção de estudos de um determinado conceito ou campo teórico, auxiliando na evidenciação de lacunas, semelhanças e discrepâncias, assim como, de caminhos metodológicos percorridos pelas pesquisas.

Utilizamos, também, a análise de documentos, característica de uma pesquisa documental (SÁ-SILVA *et al*, 2009). Entendemos por pesquisa documental a base de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como por exemplo, gravações, fotografias, relatórios, reportagens de jornais, revistas, filmes, etc. Ressaltamos a diferença entre a pesquisa bibliográfica, esta que se “remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias” (SÁ-SILVA *et al*, p. 06). Nesta pesquisa, temos como dados primários fundamentais para o estudo as produções científicas (dissertações de mestrado e teses de doutorado). Houve também o estudo de documentos do movimento ECOSOL e governamentais relativos às políticas em Economia Solidária, no sentido de contextualizar e apoiar as análises.

Outro aspecto que as teorizações sobre estado da arte ressaltam, são os tipos de metodologias utilizados nas investigações, ou seja, se os materiais empíricos estão apoiados em análise de depoimento, estudos de caso, estudos descritivos exploratórios, pesquisa-ação, na pesquisa ação-colaborativa, história de vida, autobiografia, análise de práticas discursivas, na pesquisa teórica, na pesquisa bibliográfica. E, além disso, chamam a atenção sobre a importância da identificação de técnicas mais utilizadas nas pesquisas selecionadas para análise (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Para Ferreira (2002, p. 256), há dois momentos no processo de construção do estado da arte:

Um, primeiro, que é aquele em que ele (pesquisador) interage com a produção acadêmica através da quantificação e da identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. [...] Um segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. Aqui, ele deve buscar responder, além das perguntas 'quando', 'onde' e 'quem' produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a 'o quê' e 'o como' dos trabalhos.

O foco deste trabalho é a formação/educação em economia solidária. Para isso, com apoio de literatura pertinente, foi feita a definição dos descritores, o que configura o primeiro procedimento a ser realizado (ROMANOWSKI; ENS *apud* ROMANOWSKI, 2002) e auxilia na seleção do material empírico. Os descritores selecionados foram: saberes, trabalho associado, autogestão, economia solidária, educação popular, formação.

A identificação das produções científicas se deu por esses descritores, isolados ou combinados entre eles. A base de dados inicialmente escolhida foi o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, contudo, no momento de pesquisa das produções científicas essa plataforma não estava disponível. Assim, a busca foi realizada no banco de dados da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD), a qual é gerenciada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foram realizadas duas pesquisas no banco de dados, a primeira com caráter "piloto",

em 12 dezembro de 2015, para compreensão do uso da ferramenta de busca. Após revisão e seleção final dos descritores de pesquisa, realizou-se a seleção definitiva em janeiro de 2016. Assim, as combinações dos descritores culminaram em 37 produções acadêmicas – sendo 10 teses de doutorado e 27 dissertações de mestrado. Pelo resultado²³ da busca ter gerado um *corpus* numericamente significativo para o estudo proposto, não houve retorno ao banco de dados da CAPES. Isto é, tínhamos material suficiente e significativo para cumprir com o objetivo de “contribuir” com um estado da arte acerca do tema em questão, acrescentando elementos aos poucos estudos nesta direção, como é o caso de Novaes (2009), mencionado anteriormente.

Neste primeiro momento, as subáreas de conhecimento do material identificadas foram: Administração, Engenharia de Produção, Educação, Geografia, Psicologia e Sociologia. As produções são de diversas regiões e Estados do país: Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina; além de uma tese sobre a experiência brasileira, defendida em Portugal.

O próximo passo, como critério de corte, foi mapear dentre essas 37 pesquisas, com base na leitura das palavras-chave e do resumo de cada trabalho, as que indicavam relação mais direta com os conceitos e as experiências de formação/educação em Economia Solidária. Selecionou-se, finalmente, 27 trabalhos – 19 dissertações e 8 teses. Sendo este o primeiro resultado do estudo do material empírico selecionado. As pesquisas contemplavam as seguintes subáreas do conhecimento: Educação, Psicologia, Ciências Sociais, Geografia e Administração.

Na defesa do projeto de pesquisa, o qual continha a seleção do primeiro resultado de pesquisa, em 31/07/2016, os avaliadores sugeriram a retirada de um trabalho do material empírico por não corresponder ao objetivo geral da pesquisa, totalizando, então, 26 trabalhos (18 dissertações e 8 teses). Por fim, após o processo de qualificação do projeto e seu aceite, foi realizada a leitura, agora completa, dessas produções, e decidimos pela exclusão de outros três trabalhos; os quais não

²³ As produções de Brandão (2012), Giroto (2012) e Polini (2011) foram solicitadas via e-mail às autoras, pois no banco de dados havia apenas a ficha cadastral e não o pdf do trabalho.

abordavam, diretamente, a temática da educação/formação nos EES. O *corpus* da pesquisa limitou-se, então, a 23 trabalhos, sendo 15 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado defendidos no período entre 2006 e 2014. As subáreas do conhecimento compreendidas pelos Programas de Pós-Graduação do *corpus* da pesquisa são: Administração, Educação, Geografia, Psicologia e Sociologia.

O processo total de análise se resume nas quatro fases básicas de análise de conteúdo, que de acordo com Minayo (1994, p. 75) são a pré-análise, a exploração do material, o tratamento do material obtido e a interpretação. Nesta perspectiva, a estrutura da dissertação consiste em: **1) pré-análise**: inserção do material empírico nos quadros de características gerais pré-selecionadas nos objetivos desta pesquisa, assim como a realização do que chamamos de “anotações aleatórias” (que será explicado posteriormente); **2) exploração do material**: leitura e evidência das primeiras características e das possíveis categorias. Nessa fase, identificamos que havia dois tipos de abordagens de educação/formação, culminando na segunda seleção do material para aprofundamento do objetivo de identificação de programas, oficinas, cursos realizados nos EES; **3) tratamento do material obtido**: elaboração de instrumentos de análise (gráficos, quadros, tabelas, frequência de palavras, categorizações); **4) interpretação**: que corresponde aos dois capítulos de análise desta pesquisa. Além dessas quatro fases indicadas por Minayo, identificou-se os/as principais referenciais teóricos utilizados pelos/as autores dos trabalhos analisados.

Assim, após a seleção do material empírico foi elaborado o quadro abaixo com fins de sistematização dos dados para posterior análise.

Título:
Autor/a:
Ano de produção: Estado: Cidade:
Orientador/a:
Universidade de origem:
Programa:

Linha e/ou grupo de pesquisa:
Objeto de pesquisa:
Abordagem teórico-metodológica (paradigma, conceitos centrais, autores, proc. metodológicos): <u>Metodologia:</u> <u>Autores:</u> <u>Palavras-chave do resumo:</u>

Essa etapa é complementar ao primeiro momento de interação com o material empírico, conforme orientação de Ferreira (2002, p. 256). Na medida em que era feita a leitura e os quadros eram completados, também eram registradas as “anotações aleatórias”, relativas às ideias suscitadas pela leitura. Nessa etapa, as características gerais do universo do material empírico ficaram claras.

A análise dos documentos da Política Nacional e do Movimento da Economia Solidária teve suporte em estudos de análise documental (SÁ-SILVA *et al*, 2009). Os autores entendem documento como qualquer tipo de material que tenha informação registrada formando uma unidade que possibilite servir como consulta, prova ou estudo. A análise qualitativa do conteúdo dos documentos começa com a ideia de processo, ou contexto social, e vê o autor como autoconsciente, dirigindo-se a um público em circunstâncias particulares (SÁ-SILVA *et al*, 2009, p. 11). A leitura dessas sistematizações, documentos e mapeamentos produzidos pela SENAES e suas parcerias, com apoio do Governo Federal/MTE, foi primordial para dar consistência à elaboração da contextualização histórica da educação/formação realizada nos EES. Os resultados dessa etapa da pesquisa estão no capítulo 2 e também são retomados na análise das produções.

Em relação à análise e ao mapeamento das características gerais dos trabalhos, realizou-se a produção de alguns procedimentos e instrumentos que facilitaram a visualização dos dados e sua interpretação, assim como a amostragem do que foi evidenciado. Em relação aos dados de origem e ao período de produção do material empírico, foram produzidos dois gráficos para facilitar tanto a visualização, como o

agrupamento realizado por região e ano de produção. Realizou-se também, quadros e tabelas para as análises.

O quadro abaixo auxiliou a visualização e a análise das metodologias e dos procedimentos utilizados pelos/as autores/as das produções científicas, possibilitando identificar a concentração de uso de determinados instrumentos de pesquisa.

	Autor/Área	Metodologia	Procedimentos
<u>Administração</u>			
<u>Ciências Sociais</u>			
<u>Educação</u>			
<u>Geografia</u>			
<u>Psicologia</u>			

Já em relação à análise dos objetivos e a sua categorização, utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), a qual permite um agrupamento e um desagrupamento do conteúdo estudado. Foi realizada uma contagem de palavras identificadas como conceitos chaves, com base nos objetivos principais e na “leitura flutuante” de cada um

dos 23 trabalhos analisados. Esse processo analítico possibilitou evidenciar, no todo (principais conceitos) dos trabalhos, o que sustenta os objetivos (partes) de cada pesquisa; em forma de categorias. Nesse sentido, elaborou-se o quadro abaixo:

OBJETIVO	CATEGORIA TEÓRICA	FREQUÊNCIA DE PALAVRAS

Para facilitar o mapeamento dos conceitos, referenciais teóricos e paradigmas, nos quais as produções científicas dizem se orientar e, também, a concentração destas em algumas perspectivas teóricas, elaborou-se o quadro abaixo.

	Autor/Área	Conceitos	Referencial teórico	Paradigma
<u>Administração</u>				
<u>Ciências Sociais</u>				
<u>Educação</u>				
<u>Geografia</u>				
<u>Psicologia</u>				

--	--	--	--	--

Concomitante a essa etapa de caracterização geral, houve uma outra seleção de trabalhos científicos para fins de análise. Evidenciou-se que havia dois tipos de produções: a) as pesquisas que tinham como objeto de estudo a educação/formação que acontece *no* trabalho – formação como socialização; b) os trabalhos que traziam experiências de educação/formação com níveis de estruturação desenvolvidos, ou seja, formações, oficinas e/ou atividades que tinham uma metodologia orientadora; do tipo, portanto, de formação *para* o trabalho. Optou-se por estudar, por uma questão de viabilidade de aprofundamento de análise dos trabalhos *vis-à-vis* o tempo disponível para a pesquisa, as produções científicas que classificadas no item “b”. Portanto, foram cinco os trabalhos selecionados e analisados com base nos itens do quadro a seguir.

Autor:
Programa, oficina, atividade + objetivos:
Abordagem de formação:
Presença ou tratamento dos saberes dos sujeitos:
Metodologia da formação:
Conteúdos trabalhados:
Quem realiza?
Quem financia?
Relação com o movimento e/ou política nacional de ES:

Desse *corpus*, nos casos das autoras Neves (2009) e Santana (2012), que analisam mais de uma experiência ou curso/atividade, todas estas foram inseridas no mesmo quadro. Neves (2009) se propôs a analisar as estruturas metodológicas de 6 cursos destinados à ou realizados por trabalhadores/as de EES e Santana (2012) buscou verificar os componentes educativos que estão presentes nas extensões de 4

Incubadoras Universitárias. Desta forma, por exemplo, no item “Metodologia da formação”, criou-se subitens com os nomes das entidades abordadas pelas autoras e aí foi inserida a metodologia de cada uma das instituições analisadas. Acreditamos que esse método de preenchimento do quadro facilitou a visualização do todo analisado pelas autoras e a realização de comparações e reflexões particulares acerca de cada trabalho e deles como um todo.

Com o intuito de identificar as características dos programas e/ou atividades de formação realizadas nas produções selecionadas, observando: programa e/ou atividade; objetivos; abordagem de formação; presença e/ou tratamento do tema dos saberes dos sujeitos; metodologia de formação; conteúdos trabalhados; quem realiza a formação; quem financia; relação com o movimento e/ou política nacional de economia solidária; esses itens foram agrupados em quatro grupos temáticos de análise. São elas: **a)** programas, oficinas e/ou atividades e objetivos, quem realiza a formação, quem financia e a relação com o movimento; **b)** metodologia de formação; **c)** abordagem de formação, presença e/ou tratamento do tema dos saberes dos sujeitos; **d)** conteúdos trabalhados.

Para a construção dessa análise, nos baseamos na estrutura de estudo do artigo de NOVAES (2009, p. 26), no qual o autor analisa publicações de teses e dissertações com foco em na

[...] relação entre trabalho associado e educação autogestionária ou, em outros termos, o processo educativo engendrado em cooperativas populares (com destaque para as cooperativas de catadores), assentamentos de reforma agrária e pequenas unidades de produção rural.

A análise do autor é voltada para o processo educativo (formal, informal, não-formal), diferenciando-se da análise proposta neste estudo. Entretanto, alguns levantamentos do estudo bibliográfico do autor, como lacunas de processos históricos e apontamentos de diferentes vertentes conceituais para a Economia Solidária, por exemplo, colaboraram para o processo de reflexão dos dados analisados nesta pesquisa. O estudo realizado por ele contempla pesquisas nas subáreas de Educação, Serviço Social e Ciências Sociais, produzidas entre 1999 e 2006 e faz parte do Projeto “Educação não escolar de adultos: um balanço da produção de conhecimentos”,

coordenado por Sérgio Haddad.

Enfim, a afirmação de Cordeiro (2015, p. 20), de que “as múltiplas associações e os diversos recortes possíveis fazem com que os estados da arte sejam um processo em construção podendo ser revisitado, redimensionado, por isso eles não terminam em si mesmos”, explicita que esse estudo, que culmina nesta dissertação, é apenas uma das possibilidades de elaboração e reflexão dos dados do material empírico definido. Além disso, destaca-se o fato de que há inúmeras possibilidades de leitura e recortes dos estados da arte, reafirmando o caráter “maléavel” e processual deste tipo de procedimento metodológico. Portanto, esta dissertação é apenas um recorte possível frente às inúmeras possibilidades de sistematização e de análise, a partir do material empírico.

5. ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES

5.1 CARACTERÍSTICAS E INFORMAÇÕES GERAIS

Neste capítulo, é feita a análise, propriamente dita, do material empírico selecionado. Primeiro, as características gerais das produções científicas são apresentadas. Aspectos como ano, região, universidade de origem, abordagem teórico-metodológica são indicados. Antes da análise das características gerais, faz-se necessário apresentar, de forma breve, para compreensão do leitor, informações²⁴ sobre cada trabalho científico, listados por subárea do conhecimento e por ano de produção.

Informações gerais dos trabalhos:

Educação – Dissertações

- **SILVA (2006):** A autora tem como objetivo analisar a dimensão educativa e os aspectos subjetivos presentes na organização e realização da Feira Agroecológica, que é administrada pelos trabalhadores de áreas de assentamento da reforma agrária da região da Várzea paraibana e que acontece na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus I, em João Pessoa. Sugere a Feira como uma alternativa de vida, diferenciada da lógica do desenvolvimento dominante na sociedade, sustentada pela presença da EPS e orientada por princípios de humanização das relações, como solidariedade, igualdade e cooperação.

- **SILVA (2007):** O autor propõe compreender a formação humana no processo de trabalho, buscando analisar que elementos, indicativos de novas relações sociais e de trabalho, estão presentes nas experiências autogestionárias da EPS e que processos formativos contribuem para uma nova cultura do trabalho. Afirma ser

²⁴ Informações e sistematizações retiradas de anotações realizadas na análise.

perceptível a gestação de uma nova cultura do trabalho nos grupos abordados na pesquisa, presente no esforço de produzir uma cultura de cooperação ou de identidade contrária ao capitalismo.

- **MASCARENHAS (2010):** A pesquisadora examina como os processos educativos, presentes nas experiências de ES e baseados em princípios e práticas da EP, influenciam o desenvolvimento. Este é entendido pela autora, como a expansão das liberdades. Afirma que, mesmo com dificuldades, o caráter educativo da experiência está presente a todo momento, explícita ou implicitamente, misturando educação e trabalho e incentivando a criação e a recriação participativa dos caminhos do desenvolvimento.

- **POLINI (2011):** realiza um estudo de caso no distrito de Progresso, em Tangará da Serra (MT), com seis mulheres artesãs que se dedicam à modelagem do barro, numa perspectiva da solidariedade, de divisão do trabalho para a produção e a criação de artefatos culturais e peças ornamentais. O objetivo da pesquisa é compreender os fios que tecem as relações entre trabalho e educação. A autora afirma que percebeu a vivência de um processo de disputa por legitimação e validação social desse modo de produção da existência, vinculado à reprodução ampliada da vida. E que a experiência dessas artesãs surge como possibilidade de reivindicação de seus direitos, de compreensão das relações sociais construídas nos “espaços aprendentes” e da função que elas desempenham. É, portanto, segundo a autora, trabalho educativo.

- **OLIVEIRA (2012a):** seu objetivo foi sistematizar e analisar o processo de conversão do conhecimento, no âmbito da Incubadora Regional de Cooperativas Populares, da Universidade Federal de São Carlos. O modelo de conversão do conhecimento²⁵, utilizado pela autora, foi proposto por Nonaka e Takeuchi (socialização, externalização, combinação e internalização).

²⁵ Oliveira (2012a, p. 22 e 23) explica que utiliza as “[...] conversões do conhecimento propostas por Nonaka e Takeuchi (1997), por meio da aplicação deste procedimento nas atividades dos coordenadores executivos da incubadora. Para estes autores a construção do conhecimento é conseguida quando se reconhece o relacionamento sinérgico entre os conhecimentos que classificam como: conhecimento tácito e conhecimento explícito, sendo que a partir desta interação é que ocorre a conversão do conhecimento.”

- **GIROTTO (2012)**: faz um estudo sobre a Educação Popular e a ECOSOL, tendo como referência empírica a atuação do Centro de Educação Popular (CEPO), junto aos catadores de Erechim (RS), que são organizados em três entidades. Ou seja, estudou a pedagogia utilizada pelo CEPO na assessoria dos movimentos, que resultaram na organização das associações. O eixo norteador centra-se na prática educativa que foi acontecendo a partir da reflexão da ação, visando qualificá-la em vista da transformação das relações de opressão, preconceitos e exclusão.

- **OLIVEIRA (2012b)**: objetivou analisar a pedagogicidade e a perspectiva de emancipação do trabalho coletivo e solidário desenvolvido na UNIVENS, que faz parte da cadeia produtiva do algodão solidário, denominada Justa Trama, procurando perceber como as trabalhadoras encontram estratégias e ações, com vistas à emancipação humana.

- **COELHO (2013)**: O foco do trabalho está em verificar como a formação tem contribuído para a prática da autogestão dos trabalhadores e, ainda, se há alguma relação entre a formação e a permanência desses trabalhadores no sistema econômico solidário. Além disso, a pesquisa procurou identificar, na prática dos trabalhadores membros da Coopersoli – Barreiro, localizada em Belo Horizonte/MG –, o que os aproxima e o que os distancia da prática capitalista.

Educação – Teses

- **POLI (2006)**: investiga como os agricultores familiares, envolvidos na criação de agroindústrias familiares associativas no oeste catarinense, vêm reelaborando sua experiência de vida e de trabalho, a partir da implantação de EES. Procura observar, em que medida, os ideais políticos que estiveram presentes na origem desses EES permanecem no imaginário desses trabalhadores e no seu cotidiano de trabalho.

- **ADAMS (2007)**: A questão orientadora busca investigar as mediações pedagógicas favoráveis à formação de um *ethos* emancipador. Foi realizada na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos (RS).

- **SILVA (2009)**: o autor teve como objeto de estudo o trabalho e os processos

educativos ocorridos no interior do associativismo e cooperativismo popular, na Região do Vale do Aço, Minas Gerais. A pesquisa foi desenvolvida numa cooperativa de trabalhadores artesãos em aço inoxidável.

- **SCHMITZ (2009)**: a autora teve como objeto de estudo a (auto)gestão e os saberes produzidos pelos trabalhadores, em situação de trabalho associado. Trabalhou sob a perspectiva da ergologia, com vistas a contribuir com a consolidação desse campo de conhecimento na ES. Para tal, foi realizado um estudo de caso na Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda – COOPEREI, uma cooperativa autogestionária originada da antiga indústria metalúrgica Carlos Augusto Meyer S/A – Alumínio Econômico, de São Leopoldo (RS).

- **BERGONSI (2011)**: a autora refere-se aos obstáculos à internalização de valores e princípios da ES, nas práticas cotidianas de pessoas associadas aos empreendimentos autogestionários. A autora realizou um estudo de caso com participantes do grupo associativo Sabor Natural, orientado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, do Programa de Extensão Universitária, da UFPR.

- **SANTANA (2012)**: A pesquisa procurou responder a seguinte questão: “que componentes educativos encontram-se presentes na extensão desenvolvida por incubadoras de empreendimentos solidários populares?” (p. 20). Fizeram parte do campo empírico da pesquisa quatro incubadoras: INCUBACOOOP/UFRPE, ITCP/COPPE/UFRJ, ITCP/USP e INCUBES/UFPB.

- **LINS (2013)**: Partiu das experiências e iniciativas organizativas de assentados vinculados ao MST/PB, destacando suas potencialidades e limitações, enquanto processo educativo constituidor de uma práxis que se propõe a ajudar na emancipação econômica e política dos sujeitos coletivos.

Psicologia – Dissertações

- **BRANDÃO (2012)**: propôs conhecer, no processo de trabalho dos trabalhadores da cooperativa estudada, “como as normas antecedentes e os valores

dimensionados do movimento da Economia Solidária se efetivam na organização de trabalho, considerando a dimensão que habita toda a atividade” (p. 115). Utilizou conceitos da Ergologia.

- **GIRELLI (2012)**: Objetiva compreender como se caracterizam as relações de saber/poder em uma cooperativa de costureiras inserida no movimento de ES, na cidade de Chapecó (SC), a partir de um estudo de caso.

Sociologia - Dissertação

- **LORENZETTI (2011)**: Esta dissertação trata das potencialidades locais, que são ou podem vir a ser utilizadas para o desenvolvimento da ES, tendo em vista o contexto da região de Sinop, no norte do estado do Mato Grosso. Busca alternativas para a superação de dificuldades e limites do modelo econômico instaurado na região, apresentando a trajetória histórico-social econômica desta, desde a colonização, realizada na década de 1970. Apresenta também as potencialidades do discurso hegemônico que se consolidaram.

Sociologia – Tese

- **LEÃO (2014)**: Pesquisa a necessidade de novas referências pedagógicas, conforme o caráter emancipador das práticas de autogestão do trabalho evidenciado nas articulações dos trabalhadores e trabalhadoras do movimento social da Economia Solidária, no Brasil. Afirma a necessidade de reunir os elementos que configurem a Pedagogia da Autogestão, na Educação Popular em Economia Solidária.

Geografia - Dissertações

- **ALBUQUERQUE (2007)**: Os temas da pesquisa envolvem o saber-fazer e o fazer-saber cooperativos, em um grupo e em quatro dos seus subgrupos praticantes, em pequena escala, de ES, com características sustentáveis para o ecossistema do

Cerrado, denominado “Chico Fulô”, e busca alternativas populares e viáveis frente às políticas e práticas econômicas vigentes na economia do mercado. Estão localizados no município de Buritizeiro, no Noroeste de Minas Gerais, e em comunidades situadas nas proximidades das margens do rio São Francisco. As comunidades são apoiadas e assessoradas por uma organização não-governamental, o Graal.

- **NEVES (2009)**: analisa algumas capacitações para os EES. A partir desta análise, sugere linhas gerais que podem nortear a elaboração de cursos de capacitação para os EES. Para a autora, a capacitação para trabalhadores de EES deve prepará-los tanto para a gestão imediata, quanto para o entendimento das questões políticas subjacentes à realidade dos empreendimentos.

Administração – Dissertações

- **PINHEIRO (2010)**: o objetivo central do autor é compreender em que condições se situam os trabalhos de educação política e de repasse de conhecimentos técnico-administrativos e políticos realizados pelas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP's), sendo estas: ITCP/UNEB, ITES/UFBA e INCOOP/UFSCar.

- **GONTIJO (2012)**: o autor estudou um curso de Formação de Formadores em ES que parte de uma política pública do governo federal, com o intuito de entender as potências e as limitações desse curso para disseminação e/ou reflexão nos termos propostos pelo movimento de ECOSOL. Propôs relacionar e comparar os três espaços/momentos considerados relevantes para tal análise: a “pré-concepção”, a concepção e a implementação do curso.

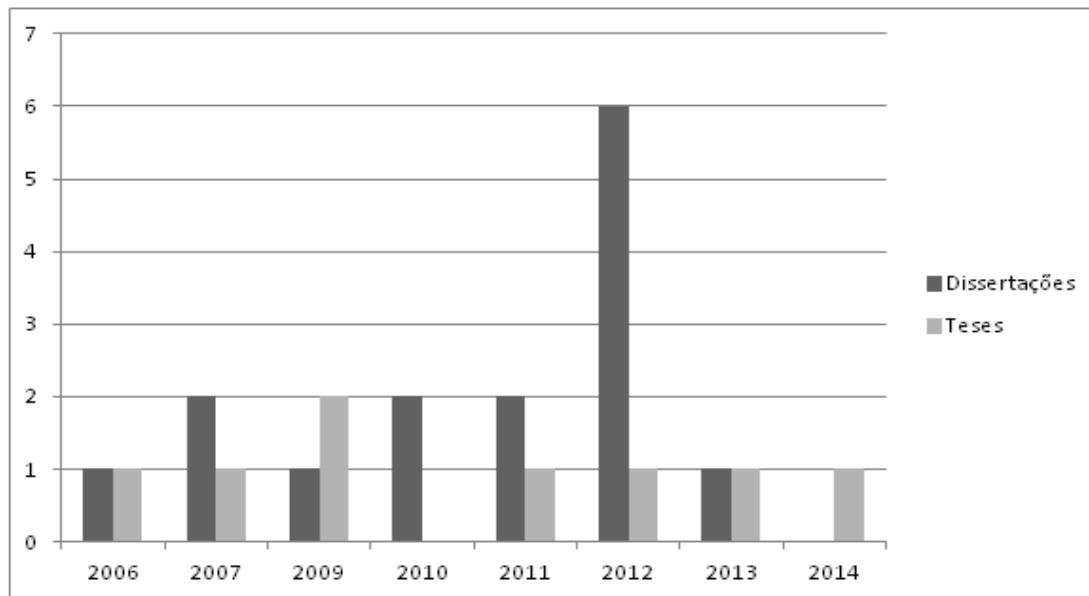
Dado esse panorama geral das produções científicas, passamos às características das mesmas.

5.2 PERÍODO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

As dissertações (15) e as teses (8), que compõem o universo dos 23 trabalhos

deste estudo, foram produzidas entre 2006 e 2014; sendo 2012 o ano de maior concentração da produção de dissertações de nosso universo. Podemos observar no gráfico a seguir as produções científicas por período e quantidade:

Gráfico 1 – Período e quantidade das produções acadêmicas entre 2006 e 2014



Fonte: produzido pela autora.

A produção científica é constante nesse período tendo ocorrido, como já mencionado, o pico de produções no ano de 2012. Como as produções de 2012, são predominantemente dissertações, o ano de início de seus estudos situa-se pelo menos dois anos antes de sua conclusão. As regras determinadas pela Capes para os PPGs, exigem a conclusão dos mestrados em 24 meses para alunos/as bolsistas e 30 meses para não bolsistas. Assim, o ano de ingresso desses pesquisadores na pós-graduação ocorreu no ano de 2010. Este ano correspondeu a um momento de eferevescência do movimento de economia solidária e de criação de políticas públicas da Ecosol no país²⁶. Além das atividades verificadas no Brasil, no âmbito internacional, realizou-se o

²⁶ O movimento da Economia Solidária no ano de 2010, registrou consolidação de políticas e disseminação de feiras pelo Brasil. Em janeiro, aconteceram o 1º Fórum Mundial Social e a 1ª Feira

Encontro Latino-Americano de Economia Solidária e Comércio Justo em Medellín na Colômbia, no decorrer do qual foram firmadas parcerias e estratégias do movimento em nível latinoamericano e caribenho. Com base nisso, acredita-se que a efervescência de movimentações na Ecosol tenha influenciado no número de produções científicas defendidas no ano de 2012.

5.3 CONCENTRAÇÃO DAS PESQUISAS POR REGIÕES

Tomando-se as cinco regiões e os estados que compõem o Brasil, conforme definição do IBGE (2017), tem-se a seguinte distribuição das pesquisas:

Tabela 1 – Pesquisas por estado e região

Região	Estado	Produção científica/ quantidade	Total por Estado	Total por Região
Norte	0	0	0	0
Sul	Paraná	Dissertações - 0 Teses- 1	1	6
	Rio Grande do Sul	Dissertações – 2 Teses- 2	4	
	Santa Catarina	Dissertações – 1 Teses – 0	1	

Mundial de Economia Solidária em Santa Maria (RS); em fevereiro, houve elaborações e discussões sobre o “Selo da Economia Solidária”; em maio, a construção do “Encontro de Diálogos e Convergências para 2011”; em junho, a II CONAES (Conferência Nacional da Economia Solidária), além de deliberação e entrega da Lei pela Política Nacional de Economia Solidária pelo Ministério da Economia Solidária; em julho, ocorreu a 6ª Feira de Economia Solidária do Mercosul em Santa Maria (RS); em outubro, eleições presidenciais com vitória da Presidenta Dilma Rousseff e de parlamentares apoiadores e parceiros da Economia Solidária; em novembro, a Reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária, a I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura, Encontros Regionais do FBES do Sul, Centro-Oeste, Norte e Sudeste e a assinatura dos Decretos do SNCJ e do Proninc; e, em dezembro, durante a II Mostra Nacional de Economia Solidária em Salvador, estabelece-se o dia 15 de dezembro como “Dia Nacional da Economia Solidárias” e há a votação no Congresso do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº93/2007, que dispõe sobre a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias.

Nordeste	Paraíba	Dissertações – 1 Teses – 2	3	3
Centro-Oeste	Mato Grosso	Dissertações – 2 Teses – 0	2	2
Sudeste	Espírito Santo	Dissertações – 1 Teses – 0	1	11
	Minas Gerais	Dissertações – 5 Teses – 1	6	
	São Paulo	Dissertações – 3 Teses – 1	4	

Fonte: elaborado pela autora.

As regiões que concentram o maior número dos trabalhos²⁷ são Sudeste e Sul, com destaque para os estados de Minas Gerais (6), Rio Grande do Sul (4) e São Paulo (4). Não foi localizada nenhuma produção na Região Norte. Essa abrangência de trabalhos, em quase todo o Brasil, não surpreende dada a dimensão nacional do movimento da ECOSOL – incluindo parcerias com Universidades – e a existência de política pública federal (SENAES). Os CFES, por exemplo, são sete: um nacional (em Brasília) e seis regionais, sendo estes nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Amazonas I e Amazonas II²⁸. Contatou-se que as regiões que têm maior produção (Sudeste e Sul) são as que possuem CFES localizados ou experiências de incubagem e prática da Ecosol mais antigas (casos de São Paulo e Rio Grande do Sul).

5.4 ÁREA E SUBÁREAS DE CONHECIMENTO, UNIVERSIDADE, FACULDADE OU INSTITUTO DE ORIGEM, LINHA DE PESQUISA/GRUPO DE PESQUISA

Em relação à origem acadêmica, o quadro abaixo faz um resumo acerca da área e das subáreas do conhecimento, do PPG, da Linha de Pesquisa e do Grupo de

²⁷ Além disso, foi encontrada uma tese, produzida por uma brasileira sobre uma experiência em ECOSOL no Brasil, porém vinculada a uma universidade portuguesa. Esta não foi incluída no gráfico.

²⁸ Fonte: <http://caritas.org.br/centro-de-formacao-em-economia-solidaria-sera-lancado-nesta-quarta-feira/14231>>. Acesso em: 12 jun 2017.

Pesquisa aos quais os trabalhos pesquisados se vinculam.

Tabela 2 – Características Acadêmicas

Área do Conhecimento	Subárea do conhecimento	PPG	Linha de Pesquisa	Grupo de Pesquisa
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	<p><u>2 dissertações:</u></p> <p>Programa de Pós-Graduação em Administração/UFMG: PINHEIRO (2010), GONTIJO (2012).</p>	<p><u>Dissertações:</u></p> <p>- Não citam: PINHEIRO (2010), GONTIJO (2012).</p>	<p><u>Dissertações:</u></p> <p>PINHEIRO (2010) e GONTIJO (2012) - Grupo de Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas, vinculado ao Núcleo de Estudos de Gestão Pública.</p>
Ciências Humanas	Educação	<p><u>8 dissertações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade - Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCAR: OLIVEIRA (2012a) - dissertação - Programas de Pós-Graduação em Educação: <ul style="list-style-type: none"> UFPB – SILVA (2006); UFMG – SILVA (2007); USP – MASCARENHAS (2010); UFMT – POLINI (2011); UPF – GIROTTO (2012); UNEMAT – OLIVEIRA (2012b). - Programa de Pós -Graduação 	<p><u>Dissertações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Não citam: SILVA (2006), SILVA (2007), GIROTTO (2012), OLIVEIRA (2012a), OLIVEIRA (2012b). - MASCARENHAS (2010): Sociologia da Educação. - POLINI (2011): Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. - COELHO (2013): Política, Trabalho e Formação Humana. 	<p><u>Dissertações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Não citam: GIROTTO (2012), OLIVEIRA (2012), COELHO (2013), OLIVEIRA (2012b). - SILVA (2006): Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar). - SILVA (2007): NETE – Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. - POLINI (2011) - Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Educação. <p><u>Teses:</u></p>

		<p>em Educação e Inclusão Social: UFMG – COELHO (2013).</p> <p><u>7 teses:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Programas de Pós-Graduação em Educação: Centro de Ciências da Educação - UNICAMP – POLI (2006); UNISINOS – ADAMS (2007), SCHMITZ (2009); UFMG – SILVA (2009); UFP – BERGONSI (2011); UFPB – SANTANA (2012), LINS (2013); 	<p><u>Teses:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Não cita: POLI (2006). - ADAMS (2007), SCHMITZ (2009): Educação e processos de exclusão. - SILVA (2009): Conhecimento e Inclusão Social. - BERGONSI (2011): Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. - SANTANA (2012), LINS (2013): Educação Popular. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não citam: POLI (2006), ADAMS (2007), SILVA (2009), BERGONSI (2011). - SCHMITZ (2009): Grupo de Pesquisa Trabalho-Educação. - SANTANA (2012), LINS (2013): Grupo de Extensão Popular (Extelar).
	Geografia	<p><u>2 dissertações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNU: ALBUQUERQUE (2007). - Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica - Instituto de Geociências – UNICAMP: NEVES (2009). 	<ul style="list-style-type: none"> - Não cita: NEVES (2009). - ALBUQUERQUE (2007): Geografia e Gestão do Território. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não citam: ALBUQUERQUE (2007), NEVES (2009).
	Psicologia	<p><u>2 dissertações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional – Centro de Ciências Humanas e Sociais – UFES: BRANDÃO 	<ul style="list-style-type: none"> - Não cita: BRANDÃO (2012). - GIRELLI (2012): Práticas sociais e constituição do sujeito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não citam: BRANDÃO (2012), GIRELLI (2012).

		(2012). - Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC: GIRELLI (2012).		
	Sociologia	<u>1 dissertação:</u> - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UNISINOS: LORENZETTI (2011). <u>1 tese:</u> Programa de Pós-Graduação em Sociologia Econômica e das Organizações – Internacional – ULISBOA: LEÃO (2014).	<u>1 dissertação:</u> - Não cita: LORENZETTI (2011). <u>Tese:</u> - Não cita: LEÃO (2014).	<u>1 dissertação:</u> - Não cita: LORENZETTI (2011). <u>Tese:</u> - Não cita: LEÃO (2014).

Fonte: Elaborado pela autora

Com base no quadro apresentado, podemos identificar que:

a) Identificamos 8 universidades públicas, 3 universidades estaduais e 3 universidades privadas. Há, ainda, uma desenvolvida em Portugal, com empiria no Brasil e autoria brasileira;

b) O CNPq define 8 grandes áreas do conhecimento²⁹: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, e Linguística, Letras e Artes. Pelos descritores estarem diretamente relacionados à educação, a concentração dos trabalhos se dá, como esperado, na área das Ciências Humanas. Esta grande área está subdividida em 10 subáreas: Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política, Teologia. A concentração de trabalhos científicos, conforme os Programas de Pós-Graduação, se dá na subárea da Educação, também como esperado. Contudo, a existência de alguns trabalhos nas áreas de Administração (subárea da área de Ciências Sociais Aplicadas), Geografia, Psicologia e Sociologia (subáreas da área de Ciências Humanas) chamou a atenção pelo fato de alguns deles discutirem a educação/formação em EES. Chama mais atenção ainda, o fato de, não necessariamente, focarem o estudo de conteúdos de suas áreas específicas, mas, sim, de pesquisarem a aplicação dos princípios e valores da ECOSOL³⁰, nas formações realizadas nos empreendimentos pesquisados. E, também, se preocuparem em analisar até que ponto essas experiências de educação/formação, realmente, identificam-se e dão sentido à realidade dos/as trabalhadores/as. São exemplos: Neves (2009) – Subárea: Geografia, Pinheiro (2010) e Gontijo (2012) – subárea: Administração.

c) Em relação ao PPGs, a concentração de trabalhos, também como esperado, se dá em Programas de Pós-Graduação em Educação. No caso das teses, a totalidade das produções é em Educação, sendo que a única que não se enquadra é a de

²⁹ Fonte: <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>, acesso em: 01 mai 2017.

³⁰ Esse tema é abordado no capítulo “A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO NOS ESPAÇOS DE ECOSOL: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS CONCRETAS” desta pesquisa.

Portugal. Contudo, ressalta-se a presença de pesquisas sobre formação em economia solidária em outros 10 programas de outras áreas. **Dissertações:** Programa de Pós-Graduação em Administração (2): UFMG – PINHEIRO (2010) e GONTIJO (2012); Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (1): UNISINOS – LORENZETTI (2011); Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (1) - Centro de Educação e Ciências Humana: UFSCAR – OLIVEIRA (2012a); Programa de Pós - Graduação em Educação (6): UFPB – SILVA (2006); UFMG – SILVA (2007); USP – MASCARENHAS (2010); UFMT – POLINI (2011); UPF – GIROTTO (2012); UNEMAT – OLIVEIRA (2012b); Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social (1): UFMG – COELHO (2013); Programa de Pós-Graduação em Geografia (1): UNU – ALBUQUERQUE (2007); Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica - Instituto de Geociências (1): UNICAMP – NEVES (2009); Programa de Pós -Graduação em Psicologia Institucional (1): UFES – BRANDÃO (2012); Programa de Pós-Graduação em Psicologia (1): UFSC – GIRELLI (2012) . **Teses:** Programa de Pós-Graduação em Educação (7): UNICAMP – POLI (2006); UNISINOS – ADAMS (2007) e SCHMITZ (2009), UFMG – SILVA (2009), UFP – BERGONSI (2011), UFPB – SANTANA (2012), LINS (2013); Programa de Pós-Graduação em Sociologia Econômica e das Organizações – Internacional (1): ULISBOA – LEÃO (2014).

d) Em relação aos grupos e linhas de pesquisa³¹ dos trabalhos científicos analisados, muitas vezes esses se misturam e não são citados. Fora isso, a maioria dos trabalhos não informa sua linha de pesquisa (14 dos 23 trabalhos analisados), talvez por esta exigência ser feita, apenas, a partir de 2014, pela a ABNT³²; embora alguns

³¹ No que tange aos grupos de pesquisa e suas grandes áreas de atuação, conforme a tabela em anexo (anexo 1), a área das Ciências Humanas, desde 2006, pelo menos, tem o maior número de grupos de pesquisa. Até o ano de 2016, lidera em relação ao número de grupos de pesquisa no Brasil. Houve um aumento significativo nesses 10 anos, sendo este mais que o dobro dos informados no ano inicial. Percebemos que, em 2006, os grupos da área das Ciências da Saúde estavam com uma quantidade próxima aos das Ciências Humanas; o que em 2008 se altera, sendo as Ciências Humanas líder em grupos de pesquisas, tendo em 2016 o total de 8.091 grupos de pesquisas.

³² Fizemos uma pesquisa em documentos emitidos pela UFRGS com orientações para produções científicas. Com base na ABNT, a inclusão da linha de pesquisa foi inserida somente no ano de 2014 como obrigatória. Fonte: <<http://www.ufrgs.br/bibedu/2014%20ORIENTACOES%20PARA%20ELABORACAO%20DE%20TRABALHOS%20ACADEMICOS.pdf>>. Acesso em: 02 mai 2017.

trabalhos anteriores a este ano, desse universo pesquisado, tenham incluído esta informação. Há a repetição de duas linhas de pesquisas nas teses analisadas. Uma é a de “Educação e Processos de Inclusão Social” da UNISINOS – com os trabalhos de Adams (2007) e de Schmitz (2009). Outra é “Educação Popular”, da UFPB, também com dois trabalhos – Santana (2012) e Lins (2013). Em relação aos grupos de pesquisa, 15 dos 23 trabalhos científicos não citam se há vínculo ou não. Apesar desse número alto, há a repetição de dois grupos: o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), que aparece em 3 trabalhos: SANTANA (2012), LINS (2013) e SILVA (2006); e, PINHEIRO (2010) e GONTIJO (2012) do Grupo de Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas, vinculado ao Núcleo de Estudos de Gestão Pública.

Além disso, identificou-se a repetição de orientação em dois casos. A Profa. Dra. Ana Paula Paes de Paula, da UFMG, com duas dissertações – Pinheiro (2010) e Gontijo (2012), na área da Administração e o Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto, da UFPB, com dois trabalhos – Silva (2006) e Santana (2012), uma dissertação e uma tese, na área da Educação.

Outra constatação é a de que o maior número de trabalhos – 16 de 23 – foi elaborado por mulheres. Separando por tipo de produção científica: 5 teses foram produzidas por mulheres e 3 por homens, e 11 dissertações foram feitas por mulheres e 4 por homens. Conforme informações disponibilizadas pela CAPES, as mulheres são maioria na pós-graduação brasileira. Em 2015, registrou-se 175.419 mulheres com matrículas regulares e com os títulos de mestre e doutora. Em relação aos homens, o número reduz, passando para 150.236, um decréscimo de aproximadamente 15%³³. Não surpreende, portanto, esse dado evidenciado.

5.5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Tabela 3 – Metodologia

³³ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=45981>>. Acesso em 16 jun 2017.

	Autor/Área	Metodologia	Procedimentos
Administração	PINHEIRO (2010)	Triangulação de métodos; abordagem qualitativa e quantitativa. União dessas informações coletadas por complementaridade e, utilização do método dialético para confrontar respostas.	Análise documental, entrevistas, formulário padrão com informações gerais sobre o empreendimento, formulário sobre os grupos familiares, pesquisa etnográfica, survey nos dados quantitativos.
	GONTIJO (2012)	Pesquisa etnográfica	Pesquisa documental, observação participante, análise de conteúdo, e “etnografia e antropologia interpretativa” (p. 70).
<u>Ciências Sociais</u>	Dissertação: LORENZETTI (2011)	Pesquisa de Campo - Trabalho qualitativo	Revisão bibliográfica, estudo exploratório, pesquisa de campo que utiliza uma modalidade mista de pesquisa: campo com entrevista e questionário semi-estruturado.
	Tese: LEÃO (2014)	Investigação Ação Participativa (IAP)	Fotografias, gravações, partilha de escrita de textos, levantamento bibliográfico e transcrições.
<u>Educação</u>	Dissertações: OLIVEIRA (2012a)	Estudo de caso.	Revisão de bibliografia, entrevistas e observação, tanto direta como participante, análise documental - documentos de referência, projetos, relatórios e outras fontes e transcrições.
	SILVA (2006)	Pesquisa de campo.	Abordagem qualitativa de apreensão da realidade, análise dos dados e construção de novas realidades. entrevistas individuais semi-estruturadas, pesquisa bibliográfica, transcrições.
	SILVA (2007)	Pesquisa de campo.	Revisão bibliográfica de estudos, investigação junto aos próprios trabalhadores, por meio de entrevista e

			observação participante, transcrições.
	MASCARENHAS (2010)	Pesquisa de campo.	Análise bibliográfica, etnografia, baseando-se na observação aliada à interpretação observação do cotidiano de trabalho; acompanhamento de reuniões; entrevistas gravadas com membros (coletiva), diretoria e ex-diretoria (individuais), diário de campo, transcrições.
	POLINI (2011)	Estudo de caso.	Observações e participações sistemáticas, diário de campo, fotos, vídeos, um gravador de voz, entrevistas individuais, transcrições.
	GIROTTI (2012)	Pesquisa de campo.	Natureza bibliográfica, documental e também observação participante com diários de campo.
	OLIVEIRA (2012b)	Pesquisa de campo.	Pesquisa participante, observação participante e o diário de campo, questionário (dez questões, sendo sete de múltiplas respostas) e entrevistas construídas com os próprios sujeitos da pesquisa.
	COELHO (2013)	Pesquisa de campo.	Entrevista semi-estruturada e revisão bibliográfica. Para complementação dos estudos, foram realizadas: observação participante.
	Teses: POLI (2006)	Pesquisa de campo.	Análise documental e de entrevistas, visitas, formulário padrão com informações gerais sobre o empreendimento, formulário para censo dos grupos familiares.
	ADAMS (2007)	Pesquisa-formação – campo.	Diário investigativo, observação (com um dia de inserção na atividade do trabalho),

			entrevistas individuais, discussões grupais (encontros de formação-pesquisa com diálogos coletivos inspirados na técnica dos grupos focais).
	SCHMITZ (2009)	Pesquisa de campo.	Ergologia - autoconfrontação com fotografia, observação direta, pesquisa documental, recurso fotográfico, entrevistas em profundidade, grupo focal, Análise de conteúdo.
	SILVA (2009)	Pesquisa-formação – campo.	Observação participante, entrevistas semidiretivas e intervenção político-educativa.
	BERGONSI (2011)	Estudo de caso.	Análise de documentos sobre a associação, a entrevista semiestruturada, e observação.
	SANTANA (2012)	Pesquisa-formação – campo.	Análise documental, observação e entrevista semiestruturada realizada com seus educadores (professores, técnicos e estagiários). Análise hermenêutica-dialética.
	LINS (2013)	Estudo de caso.	Dados qualitativos e quantitativos, questionários, revisão bibliográfica.
<u>Geografia</u>	Dissertações: ALBUQUERQUE (2007)	Pesquisa de campo, com abordagem interdisciplinar.	Questionários dirigidos, materiais coletados pelos questionários foram organizados em categorias temáticas de análise.
	NEVES (2009)	Análise documental.	Revisão bibliográfica sobre conceitos centrais, além da análise dos conteúdos e das metodologias - currículo - dos cursos em EES.
<u>Psicologia</u>	Dissertações: BRANDÃO (2012)	Pesquisa de campo	Pesquisa qualitativa amparada na Ergologia. Observação direta da situação de trabalho, conversas com os trabalhadores, questionário autopreenchido e diário de campo. Dispositivo Dinâmico de Três Pólos.

	GIRELLI (2012)	Etnografia	Observação participante, grupo focal, recurso fotográfico e gravador. Análise de Discurso Iñiguez (2005) .
--	----------------	------------	--

Fonte: elaborado pela autora

O/as autores/as indicam que a metodologia utilizada é qualitativa e, em alguns casos, citam o uso de dados quantitativos em seus estudos. É o caso de Pinheiro (2010), de Oliveira (2012b), de Poli (2006) e de Lins (2013). Todas as pesquisas se apóiam em revisão bibliográfica e a maioria utiliza os seguintes procedimentos: visitas, entrevistas (gravadas e transcritas), questionários, formulários e diário de campo.

No *corpus* analisado, pode-se afirmar que predominam os trabalhos científicos de experiências específicas. Não foi encontrado nenhum estudo de maior abrangência ou do tipo estado da arte; apenas revisões bibliográficas teóricas ou de estudos sobre o *corpus* de pesquisa.

A categorização dos objetivos de pesquisa dos trabalhos científicos foi realizada a partir da leitura dos materiais, com apoio de procedimentos da técnica da análise de conteúdo. Identificou-se as categorias por frequência de palavras e sentido. As categorias que foram identificadas são: Formação técnica, política e ideológica; Emancipação; Potência da ECOSOL; Fundamentos teórico-metodológicos da formação em ECOSOL; Dimensão educativa do fazer; Trabalho como princípio educativo; Relações de socialização/formação pela experiência; Ergologia.

No quadro a seguir, os objetivos (considerou-se apenas os objetivos gerais ou questões norteadoras dos/as autores/as) estão dispostos por ordem de subárea do conhecimento: Administração – PINHEIRO (2010) e GONTIJO (2012); Sociologia – dissertação: LORENZETTI (2011) e tese: LEÃO (2014), Educação – dissertações: OLIVEIRA (2012a), SILVA (2006), SILVA (2007), MASCARENHAS (2010), POLINI (2011), GIROTTO (2012, OLIVEIRA (2012b), COELHO (2013) e teses: POLI (2006), ADAMS (2007), SCHMITZ (2009), SILVA (2009), BERGONSI (2011), SANTANA (2012), LINS (2013); Geografia – ALBUQUERQUE (2007) e Neves (2009); Psicologia – BRANDÃO (2012) e GIRELLI (2012). Ao lado, a categorização realizada e o número de

vezes que a categoria aparece no documento de cada autor.

Tabela 4 – Objetivos e categorias

OBJETIVO	CATEGORIA TEÓRICA	FREQUÊNCIA DE PALAVRAS
PINHEIRO (2010) – p. 20 – Objetivo geral: “Compreender se as ITCP’s que declaram desenvolver a educação política caminham para uma perspectiva de ressignificação do conhecimento gerencial, técnico ou organizacional, ou permanecem apenas no campo ideológico que sustenta a economia solidária.”	Formação técnica, política e ideológica.	Formação – 525 Formação técnica – 115 Formação política – 96 Ideológica – 46
GONTIJO (2012) – p. 21 – “[...] analisar qual vertente da economia solidária prevalece e quais os sentidos da emancipação emergem no curso estudado; analisar a proximidade ou não dessa abordagem e desses sentidos entre os momentos de pré-concepção, concepção e implementação do curso; e discutir as limitações e potencialidades tendo em vista essa proximidade ou não e as características do curso.”	Potencialidade Emancipadora.	Emancipação – 157
LORENZETTI (2011) – p. 77 – “[...] objetivo geral, o conhecimento das potencialidades da região de Sinop para o desenvolvimento da Economia Solidária. Queremos saber quais são as potencialidades desta região para entrar em um novo modelo de produção, mais justo, mais equilibrado e que possa inverter um padrão histórico de desenvolvimento.”	Potencialidade Emancipadora.	Potencialidade – 50
LEÃO (2014) – p. 8 – “[...] busca responder ao seguinte problema: que elementos configuram a Pedagogia da Autogestão na Educação Popular em Economia Solidária?”	Fundamentos teórico-metodológicos da formação em ES.	Formação – 556 Fundamentos – 24
OLIVEIRA (2012a) - p. 28 – “Baseado nas considerações principais apresentadas na proposição deste trabalho observando a importância da criação e utilização do conhecimento produzido pela INCOOP para direcionar seus objetivos, e tendo como perspectiva auxiliar os processos de construção e compartilhamento do conhecimento, esta dissertação tem como objetivo caracterizar e	Fundamentos teórico-metodológicos da formação em ES.	Fundamento – 10 Metodológico – 10 Formação – 80 Conversão do conhecimento – 73

analisar as conversões do conhecimento em uma incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária.”		
<p>SILVA (2006) - p. 19 - “O objetivo maior é compreender a dimensão educativa presente na mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras para a criação e desenvolvimento dessa Feira [Feira Agroecológica, na UFPB]. De forma específica, procuramos descrever o processo de mobilização que originou a atividade da feira, identificar os principais problemas enfrentados para que tal atividade se desenvolvesse e destacar as dimensões subjetivas marcantes do processo. [...]”.</p> <p>p. 20 - “Qual a dimensão educativa que essa experiência tem apresentado? Quais os caminhos trilhados por esses agricultores e agricultoras? Em que essa experiência vem contribuindo à organização dessas pessoas? Que aspectos subjetivos afloram nas relações da feira?”</p>	Potencialidade Emancipadora.	<p>Dimensão educativa – 4</p> <p>Educação – 115</p> <p>Fazer – 34</p> <p>Formação - 27</p>
SILVA (2007) – p.14 – “[...] construir uma reflexão acerca do significado da Economia Popular Solidária enquanto proposta política-educativa e movimento social dos trabalhadores face às transformações contemporâneas do mundo do trabalho.” A partir da ação educativa da Pastoral Operaria de Minas Gerais e outras entidades parceiras envolvidas no processo.	Potencialidade Emancipadora.	<p>Educação – 109</p> <p>Emancipação – 7</p>
MASCARENHAS (2010) – p. 25 – “[...] contribuir para uma análise das experiências de economia solidária, por meio do exame de uma experiência específica, enfocando os processos educativos não formais e com marcante influência freireana presentes em seu cotidiano, à luz dos fatores que influenciam o desenvolvimento, conforme proposto por Amartya Sen.”	Fundamentos teórico-metodológicos da formação em ES.	<p>Educativo – 52</p> <p>Formação – 35</p>
POLINI (2011) - p. 14 – “[...] compreender no trabalho coletivo das mulheres artesãs, a dimensão do trabalho como princípio educativo, como atividade humana e como se tecem os processos econômicos, sociais, produtivos e educativos desse fazer. Procuramos elencar os saberes presentes nas práticas cotidianas das mulheres artesãs, captando o princípio educativo dos seus modos de produção, articulando o universo simbólico deste	Dimensão educativa do fazer.	<p>Educativo – 42</p> <p>Fazer – 93</p>

coletivo.”		
GIROTTO (2012) - p. 8 - “[...] realizar um estudo sobre alguns princípios da Educação Popular e da Economia Popular Solidária que são discutidos atualmente, bem como sobre a concepção que embasa o trabalho do Centro de Educação Popular (CEPO), delimitando os quefazeres envolvidos na constituição das Associações de Catadores/Catadoras em Erechim/RS.”	Potencialidade Emancipadora.	Formação – 48 Educação – 236 Educativa – 8 Fazer – 18
OLIVEIRA (2012b) – p. 11 – “[...] analisar a pedagogicidade e a perspectiva de emancipação do trabalho coletivo e solidário desenvolvido na UNIVENS, procurando perceber como estas trabalhadoras encontram estratégias e ações com vistas à emancipação humana.”	Potencialidade Emancipadora.	Potencialidade – 4 Emancipação – 114
COELHO (2013) - p. 11 - “[...] objetivo foi verificar como se dá o processo de trabalho, aproximações e distanciamento com a reprodução da organização capitalista, bem como, compreender como se dá o ensino e a aprendizagem praticados pelas cooperadas, pois, partimos da hipótese de que este seja o seu diferencial.”	Potencialidade Emancipadora.	Emancipação – 3 Ensino – 19 Aprendizagem – 13 Educação – 83 Formação – 122
POLI (2006) – p. 2 – “O problema que me propus a esclarecer é como os camponeses envolvidos na criação e operação de agroindústrias familiares associativas ligadas à União Central da Agroindústrias Familiares do Oeste catarinense (UCAF), estão reelaborando suas experiências de vida e de trabalho a partir da implantação dessas unidades de produção?”	Dimensão educativa do fazer. Potencialidade Emancipadora.	Formação – 107 Experiência – 163 Potencialidade – 8
ADAMS (2007) – p. 15 – “Quais as mediações pedagógicas oportunizadas pelas experiências de trabalho associado que contribuem na formação de um <i>ethos</i> favorável ao processo de emancipação social?” Experiência da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos – ARDI	Dimensão educativa do fazer. Potencialidade Emancipadora.	Mediações pedagógicas – 160 Experiência – 169 Formação – 319 Educação – 392 Emancipação – 106
SCHMITZ (2009) – p. 5 – “objetiva estudar a (auto)gestão e os saberes produzidos em situação de trabalho associado, sob a perspectiva da ergologia, em uma empresa falida e transformada em cooperativa de produção, com vistas a contribuir com a	Ergologia.	Saberes – 217 Atividade – 294 Ergologia – 112 Trabalho associado –

consolidação destes campos de conhecimento na economia solidária.”		109
SILVA (2009) – p. 16 – “[...] este estudo focaliza o trabalho e os processos educativos ocorridos no interior das experiências de associativismo e cooperativismo popular constituídos por esses trabalhadores e interpreta os limites e o alcance da experiência de gestação da contra-hegemonia por parte das classes subalternas em direção à <i>outra economia</i> nessa região.”	Potencialidade Emancipadora.	Emancipação – 26 Trabalho – 398 Processos educativos – 47
BERGONSI (2011) – p. 18 – “O que pode impedir que os valores e princípios da Economia Solidária se concretizem e transformem as relações entre as pessoas na prática cotidiana? Por que o discurso sobre as práticas solidárias e cooperativas não é realmente internalizado pelos indivíduos?”	Dimensão educativa do fazer. Potencialidade Emancipadora.	Educação – 140 Formação – 117 Emancipação – 21 Experiência – 36
SANTANA (2012) – p. 22 – “Que componentes educativos encontram-se presentes na extensão desenvolvida por incubadoras de empreendimentos solidários populares?”	Potencialidade Emancipadora. Dimensão educativa do fazer.	Potencialidade – 7 Formação – 180 Experiência – 126
LINS (2013) – p. 20 – “[...] tecer conhecimento acerca da autogestão em seus aspectos históricos, filosóficos e empíricos, a fim de compreender a práxis para a autogestão em assentamentos rurais.”	Potencialidade Emancipadora. Dimensão educativa do fazer.	Potencialidade – 12 Formação – 129 Experiência – 134
ALBUQUERQUE (2007) – p. 14 – “[...] verificar se a percepção das ações solidárias de vocação sustentável, juntamente com as ações propiciadoras do sentimento de pertencer a um espaço cotidiano de vida e de trabalho, pode se tornar uma estratégia oportuna e confiável para pensarmos a formação de agentes solidários capazes de contribuir com a criação de formas de produção de bens e de circulação de produtos que redefinem as relações entre o trabalho humano e a preservação do meio ambiente.”	Potencialidade Emancipadora. Dimensão educativa do fazer.	Formação – 114 Educação – 88 Experiência – 41 Fundamentos – 8
NEVES (2009) - Pág. 2 - “O objetivo deste trabalho é analisar o tipo de capacitação para a gestão que tem sido oferecido aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) por instituições que se dedicam ao tema. Capacitação que se situa entre um extremo que tem por base os princípios da ES e da autogestão e outro que	Potencialidade Emancipadora. Fundamentos teórico-metodológicos da formação em ES.	Capacitação – 140 Metodologia – 36 Gestão – 217 Formação – 134 Educação – 173

se orienta segundo a lógica da economia capitalista e da heterogestão. O objetivo secundário é sugerir as linhas gerais do que poderá vir a ser um curso de capacitação para os EES, com base numa retrospectiva histórica focada no cooperativismo na autogestão e na contribuição de autores que abordam o tema.”		
BRANDÃO (2012) – p.115 – “[...] conhecer, na situação de trabalho junto com o grupo escolhido para a pesquisa, como as normas antecedentes e os valores dimensionados e não dimensionados do movimento da Economia Solidária se efetivam na organização de trabalho, considerando a dimensão política que habita toda atividade. Em outras palavras, estamos falando de situações de trabalho que possibilitem encontros, trocas, conversas, e que convoquem o trabalhador na atividade.”	Ergologia.	Organização do trabalho – 8 Trabalho – 490 Atividade – 128 Valores – 1477 Ergologia – 42
GIRELLI (2012) – p. 27 - “Como se caracterizam as relações de saber/poder em uma cooperativa inserida no movimento de economia solidária?”	Dimensão educativa do fazer.	Saber/poder – 54 Saber – 83 Poder – 153 Educação – 23 Experiência – 29 Formação – 26

Fonte: elaborado pela autora

Em relação ao conteúdo apresentado no quadro anterior, podemos fazer os seguintes agrupamentos:

Categoria Formação técnica, política e ideológica: inclui-se aqui apenas o trabalho de PINHEIRO (2010), o qual busca analisar como as ITCP's, objeto de seu estudo, desenvolvem a formação política no sentido de uma ressignificação de conhecimentos gerais da área da administração – conhecimento gerencial, técnico e organizacional.

Categoria Potencialidade Emancipadora: os/as autores/as dos trabalhos agrupados querem saber até que ponto a ECOSOL e a autogestão contribuem para uma postura crítica do/a trabalhador/a, em relação a sua produção, a sua força de trabalho e à organização do trabalho e da sociedade no capitalismo. Até que ponto a forma de organização do trabalho associado possibilita uma emancipação social e econômica dos trabalhadores em um contexto social hegemônico pelo capital. Nesse sentido, os autores/as abordam desde a potencialidade de uma região, passando por metodologias e ações de extensão universitárias, até a análise do que pode impedir essa potencialidade de emancipação e experiência contra-hegemônica nos EESs. Essa é a categoria que abarca o maior número de trabalhos (12), são eles: LORENZETTI (2011), COELHO (2013), SILVA (2007), NEVES (2009), LINS (2013), GONTIJO (2012), BERGONSI (2011), ADAMS (2007), SANTANA (2012), SILVA (2009), ADAMS (2007) e OLIVEIRA (2012b).

Categoria Fundamentos teórico-metodológicos da formação em ECOSOL: reúne trabalhos que enfocam perspectivas teóricas em relação à prática educativa, o saber produzido nos empreendimentos. Os objetivos dos trabalhos convergem entre si, no que diz respeito a análises de metodologias de educação/formação. Estão nesta categoria as seguintes produções científicas: LEÃO (2014), OLIVEIRA (2012), MASCARENHAS (2010), GIOTTO (2012) e NEVES (2009).

Categoria Dimensão educativa do saber: conforme já foi exposto no capítulo de metodologia, o material empírico, em sua maioria, retrata saberes e experiências – ou seja, aborda o tema educação/formação – nos locais de trabalho associado autogestionário. Consequentemente, esta categoria agrupa, também, um número

grande de produções científicas, já que ela representa os saberes que são vividos e reelaborados durante o processo de trabalho associado e como os componentes/dimensões pedagógicas/mediações acontecem nesses espaços. Estão nesta categoria os trabalhos de: POLI (2006), ADAMS (2007), BERGONSI (2011), SANTANA (2012), LINS (2013), SILVA (2006), GIROTTI (2012), ALBUQUERQUE (2007), POLINI (2011) e GIRELLE (2012).

Categoria Ergologia: Pelo fato da perspectiva ergológica fundamentar-se em aprendizagens, em normas, em lógicas, em valores presentes nas ações cotidianas dos/as trabalhadores/as, em seus locais de produção. Consequentemente o trabalho é considerado como um princípio educativo cotidiano, isto porque esta perspectiva trata a subjetividade, ou seja, o si (corpo-si) do/a trabalhador/a como histórica, intrínseca a sua atividade. Trata também a relativização das normas na execução do trabalho, além de questionamentos mais profundos e contemporâneos sobre o saber-fazer no trabalho, usos de si para si e para o outro, o conceito de atividade, entre outros. Estão neste grupo os seguintes trabalhos: SCHMITZ (2009) e BRANDÃO (2012).

Por meio da categorização realizada espera-se facilitar a visualização das características gerais das produções científicas, possibilitando identificar quais caminhos e objetivos de análise existem em comum entre os autores/as.

5.6 CONCEITOS, REFERENCIAIS TEÓRICOS E PARADIGMAS

Na tabela a seguir são apresentados os principais conceitos utilizados nos trabalhos científicos e suas frequências nos respectivos trabalhos; o referencial teórico mencionado e/ou que pode ser inferido a partir da análise das produções de cada pesquisa e o paradigma que o/a autor/a indicou – se o fez – como base teórica de seu trabalho. Registra-se que, algumas vezes, foi difícil a identificação, de forma clara, do paradigma teórico-metodológico que orientou a análise do/a autor/a.

Tabela 5 – Conceitos, referenciais teóricos e paradigmas

	Autor/Área	Conceitos e Frequência	Referencial teórico	Paradigma
Administração Dissertações:	PINHEIRO (2010)	Trabalho: 353 Formação (técnica e política): 525 Educação: 314 Economia solidária: 427	Arroyo e Schuch (2006); França e Laville (2004); Singer (2002); Vieitez e Dal Ri (2001); Gutierrez (1988, 1999a, 1999b), Gil (2006); Babbie (1999); Chizotti (2008).	Nomeado pelo autor: Teoria crítica
	GONTIJO (2012)	Economia solidária: 537 Emancipação: 157 Educação: 98 Formação: 121	Silva, Almeida, Guindani (2009); Bardin (2009); Minayo (1994); Chanial e Laville (2009); Singer (2002, 2004, 2009).	Nomeado pelo autor: Perspectiva crítica
Ciências Sociais	Dissertação: LORENZETTI (2011)	Economia solidária: 216 Potencialidade: 50 Educação: 88	Laville; Gaiger (2007,2009); Souza (2004, 2008a, 2008b); Santos (2002).	Nomeado pelo autor: Teórico-crítico
	Tese: LEÃO (2014)	Pedagogia da Autogestão: 164 Educação Popular: 301 Economia Solidária: 1094 trabalho associado: 186 Autogestão: 445	Documentos: CFES-NE (2010); FBES (2006 e 2012); Gaiger (2007,2009); Mance; Singer (2001, 2002); Nascimento (2010); Tiriba (2007).	Nomeado pela autora: Educação popular
Educação	Dissertações: OLIVEIRA (2012a)	Economia solidária: 323 Conhecimento: 870	Nonaka e Takeuchi (1997), Von Linsingen (2007); Hayashi, Hayashi, Furnival(2008), Singer (2002);	Nomeado pela autora: Histórico crítico

			Braga (2007).	
	SILVA (2006)	Feira Agroecológica: 40 Educação popular: 64 Economia solidária: 49	Freire (1992, 1996); Anderson (1995); Santos (2002); Petersen (1998), Singer (2002).	Nomeado pela autora: Proximidade crítica
	SILVA (2007)	Economia solidária: 169 Formação: 92 Economia popular: 140	Marx (1842, 1989); Antunes (2001); Pochmann (2006); Gaiger (2000); Nuñez (1997), Razeto (1993), Singer (1999, 2000), Tiriba (2004), Brandão (1981).	Nomeado pelo autor: Perspectiva histórico-crítica
	MASCARENHAS (2010)	Economia solidária: 178 Autogestão: 46 Formação: 35	Paul Singer, Paulo Freire e Amartya Sen(1999)	Inferência: Perspectiva histórico-crítica
	POLINI (2011)	Trabalho e educação: 18 Educação:108 Saber: 50	Gramsci, Marx, Tiriba, (YIN, 2004)	Nomeado pela autora: Materialismo histórico e dialético
	GIROTTTO (2012)	Educação popular: 144 Catadores:177 Economia solidária: 207	Hurtado,1993, Freire (2011, 2010, 1987), Brandão (2001), 2002,2009), Santos (2010) Singer (2010, 2000) Gadotti (2009)	Nomeado pela autora: Teórico-crítico
	OLIVEIRA (2012b)	Socioeconomia: 69 Economia solidária: 132 Emancipação: 114	Euclides Mance, Telmo Adams, Itsván Mészáros, Moisey Mikhailovich	Nomeado pela autora: Materialismo histórico

		Formação: 54	Pistrak e Karl Marx,	dialético
	COELHO (2013)	Trabalho: 334 Economia solidária: 159 Formação: 122 Autogestão: 83 Educação: 83	Gaiger (1999), Singer (2000), Corragio (2003), Arruda (2000)	Nomeado pela autora: Historico-critico
	Teses: POLI (2006)	Trabalho: 630 Economia solidária: 188 Experiências: 225	Thompson (1981, 1989), Demartini (1992), Ferraroti (1981), Ellen Wood, (2003), Leite (1994), Severino (2006)	Nomeado pelo autor: Materialismo histórico e cultural
	ADAMS (2007)	Educação popular: 81 Ethos: 290 Economia popular solidária: 127 Emancipação: 106	Luiz Razeto (1990 e 1999), Lia Tiriba (2004), Santos (2002a; 2002b; 2003; 2004; 2006), Moreira (1991); Martins (1997); Arruda (2003); Freire (2004) Brandão (2003)	Nomeado pelo autor: Dialético-hermenêutico
	SCHMITZ (2009)	Trabalho associado: 109 Atividade: 294 Gestão: 97 Saberes: 217 Autogestão: 150	Gaiger (2006), Juvenal (2006), Schwartz (2004, 2007), Freire (1996)	Nomeado pelo autor: Histórico-crítico Abordagem ergológica do trabalho
	SILVA (2009)	Trabalho: 398 Economia solidária: 174	Arendt (1991) Martins (1989) Laclau (1986)	Nomeado pelo autor: Indiciário ³⁴ .

³⁴ Paradigma indiciário é o “conjunto de **princípios e procedimentos** que contém a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma”. Fonte: <http://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/RODRIGUES,%20M.B.F.%20e%20COELHO,%20C.M.%20Paradigma>

		Experiência: 95	Brandão (1982) Santos (2001)	
	BERGONSI (2011)	Economia solidária: 194 Educação: 140 Formação: 117	L. S. Vygotski (1991), Singer (2003), Camargo e Bulgacov (2006), Zanella <i>et al.</i> (2007), Aguiar e Ozella (2006)	Nomeado pela autora: Histórico- cultural/ Materialista dialética
	SANTANA (2012)	Educação popular: 231 Economia solidária: 135 Formação: 109 Incubadoras: 170	Albuquerque (2003), Gramsci (1989), Mészáros (2008) Gil (2009) Lukács (1974), Minayo (2010a), Marx e Engels (2002)	Nomeado pela autora: Materialismo histórico.
	LINS (2013)	Educação popular: 133 Práxis: 189 Autogestão: 314 Formação: 105 Economia solidária: 164	Habermas (2001), Freire (1992, 2005), GAIGER (2000), Singer (2000,2005).	Nomeado pela autora: Histórico- dialético
Geografia Dissertações:	ALBUQUERQUE (2007)	Economia solidária: 238 Espaço: 80 Tempo: 60 Formação: 114	Milton Santos (1999, 2000, 2006), Boaventura de Sousa Santos (2004), Arruda (2003, 2004,2006), Singer (2002, 2003).	Nomeado pelo autor: Histórico-crítico

	NEVES (2009)	Economia solidária: 60 Gestão: 217 Capacitação: 140 Formação: 134 Educação: 173 Tecnologia social: 30	Marx (1866, 2000, 1996, 1888), Singer (2002a, 2002b, 2000), Mèzsáros (2005), Atlas de Economia Solidária (2006), Fischer; Tiriba (2009), Freire (2008, 2002), Nascimento (2005), Tiriba (2003, 2008).	Nomeado pelo autor: Histórico-crítico
Psicologia Dissertações:	BRANDÃO (2012)	Atividade: 128 Trabalho: 490 Economia solidária: 225 Valores: 147 Saberes: 75	Yves Schwartz. Durrive e Schwartz, 2008, França Filho, 2008, Arruda, 2005, Singer, 2002, Gaiger (2006), Gadotti (2009)	Nomeado pelo autor: Histórico-crítico
	GIRELLI (2012)	Economia solidária: 121 Saber: 83 Poder: 153 Trabalho: 463	Paul Singer (2002a), Iñiguez (2005), Foucault (1995/1997), Gatti (2005) Marx, Souza Santos, Rodríguez, Mance, Nascimento	Inferência: Combinação Histórico-crítico e outros.

Fonte: elaborado pela autora

Os referenciais teóricos foram identificados ou pelo que se pôde inferir, na leitura do trabalho, ou pela indicação dos próprios autores. Verificou-se que os principais autores utilizados são os que estudam as relações entre trabalho e educação, educação/formação e economia solidária. São autores que se teorizam acerca desses temas, numa perspectiva contra-hegemônica. Os referenciais utilizados pelos autores das teses e dissertações estão em consonância, em grande medida, com a base teórica que orienta os documentos do próprio movimento da Economia Solidária. Alguns autores presentes nos estudos também têm atuado, sistematicamente, nas elaborações teórico-metodológicas e políticas do Movimento, são eles: Cláudio

Nascimento, Lia Tiriba, Luiz Inácio Gaiger, Paul Singer.

Constatou-se a seguinte frequência do emprego dos seguintes vocábulos nos trabalhos: economia solidária (5.123 ocorrências); formação (2.828 ocorrências), trabalho (2.755 vezes), autogestão (1.038 vezes), educação (1.004 vezes), educação popular (821 vezes), saber (462 vezes) e emancipação (377 vezes). Estes são vocábulos frequentes nos fundamentos teórico-metodológicos e políticos dos documentos oficiais do Movimento e das Políticas Públicas da Ecosol. Os demais termos tiveram frequência abaixo de 462, o que significa que têm menos visibilidade no todo das produções científicas.

A perspectiva histórico-crítica, de acordo com a própria identificação dos/as autores/as, orientou quase todas as produções científicas analisadas (15 delas). Cinco indicaram, especificamente, o uso da “perspectiva materialista dialética”, do total de 23. No quadro anterior, é possível atentar para as múltiplas denominações dadas pelos/as autores/as à mirada “crítica” de seus trabalhos: perspectiva crítica, histórico crítico, proximidade crítica, perspectiva histórico-crítica, materialismo histórico-dialético, teórico crítico, educação popular, materialismo histórico-cultural, dialético-hermenêutica, materialismo histórico, histórico-dialético dialético-hermenêutica (ADAMS, 2007). Houve ainda um trabalho que indicou a perspectiva indiciária (SILVA, 2009) e outro que referiu a educação popular como um paradigma de análise (LEÃO, 2014).

Pode-se dizer que a perspectiva crítica materialista, de tradição marxista, é informada como orientação dos trabalhos, mas a utilização da metodologia dialética e de suas categorias não é, explicitamente, apresentada por todos. Os trabalhos que citam o uso da metodologia dialética, ou hermenêutica-dialética, e algumas de suas categorias são: SILVA (2007), OLIVEIRA (2012b) e SANTANA (2012). A maioria dos trabalhos traz a dialética como um instrumento de confrontação entre dados empíricos e teoria, como um processo entre a dimensão subjetiva e a sociedade, o sujeito e relações cotidianas e pedagógicas do trabalho. GIROTTO (2012) afirma utilizar a “espiral dialética” para análise do seu material empírico. Muitos utilizam a perspectiva dialética da educação/formação/ação educativa. Dos trabalhos que utilizam a abordagem ergológica, há 2 situações: BRANDÃO (2012) cita a relação dialética

presente no debate das normas prescritas o trabalho real, dizendo haver uma “dialética ergológica”, que não se baseia na contradição, mas, sim, nos movimentos que acontecem nos processos de trabalho. SCHMITZ (2009) cita a dialética como uma metodologia de análise, no sentido de análise das contradições das normas e das renormatizações da atividade de trabalho pelo/a trabalhador/a.

Os/as autores/as explicitam o uso de abordagens críticas, tanto da crítica materialista, com base em Marx – como, por exemplo, em MASCARENHAS (2010, p. 57) que afirma que “[...] o desenvolvimento da consciência política faz com que os trabalhadores se engajem mais criticamente no trabalho produtivo” – quanto da teoria crítica, fundamentada na escola de Frankfurt – neste caso, temos o exemplo de PINHEIRO (2010, p; 26) que esclarece que “[...] a crítica pode ser exercida por intermédio da dialética, colocando em questão as realidades que a circundam continuamente, em que cada síntese a que se chega precisa situar-se sob constante questionamento.” Há ainda o uso comum da palavra “crítica” na forma classificada pelo dicionário, que é utilizada por todos/as os/as autores/as. Entretanto há, também, alguns deles/as que não conceituam tal palavra em nenhuma das abordagens críticas mencionadas anteriormente. Nesses casos, consideramos como “uso comum” da palavra “crítica”, por exemplo, OLIVEIRA (2012a, p. 41), que diz que a “[...] pesquisa na universidade é vista como essencialmente voltada para a busca de novas técnicas e conhecimentos, e tendo como finalidade produzir, sistematizar, criticar e integrar o conhecimento, tornando-o disponível.” Essas reflexões merecem maior aprofundamento, contudo, nota-se, um campo interessante para reflexão dos usos dos conceitos em relação às metodologias utilizadas pelos autores/as das pesquisas científicas.

Podemos afirmar que, em sua maioria, as produções procuram realizar um processo de distanciamento do objeto na construção das análises dos materiais empíricos. Contudo, em alguns casos, fica mais explicitado pelos/as autores e autoras a necessidade de uma aproximação crítica do objeto de estudo. Isso acontece nos seguintes casos: LORENZETTI (2011), SILVA (2006), POLINI (2011), COELHO (2013), NEVES (2009), ADAMS (2007), SILVA (2009), SCHMITZ (2009) e BERGONSI (2012).

PINHEIRO (2010) suspeita, já em seu objetivo de pesquisa, da ideologização da educação nas incubadoras, ou seja, ele questiona o quanto efetivamente há uma reapropriação e uma ressignificação de conhecimentos pelos/as trabalhadores/as. Poderíamos dizer que todas as produções científicas preocupam-se em realizar uma análise crítica de seus objetos de pesquisa, num sentido de contribuir para o processo de desenvolvimento da Economia Solidária, não tendo sido visualizada uma perspectiva utópica e fetichizada da concepção dessa forma de organização do trabalho.

A combinação entre pesquisa de campo e utilização de revisão bibliográfica e análise documental é quase unânime nos trabalhos científicos. A grande maioria dos trabalhos menciona, claramente, a utilização de documentos do movimento da ECOSOL e da SENAES, para embasar suas elaborações, tanto sobre o processo histórico de constituição da Economia Solidária no Brasil, como para informar sobre diretrizes e princípios desta.

No próximo capítulo apresenta-se um tratamento analítico voltado especificamente para as pesquisas que tiveram como objeto de estudo experiências de educação/formação mais estruturadas, como cursos, oficinas, etc. Ou seja, os outros trabalhos do *corpus* de pesquisa que tiveram como foco a formação entendida como socialização – de caráter informal – não foram incluídos.

6. A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO NOS ESPAÇOS DE ECOSOL: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS CONCRETAS

Após o panorama geral das dissertações e teses que compuseram o universo da pesquisa, seguimos o aprofundamento da análise, identificando características de programas e/ou atividades de formação mais estruturadas realizadas pelos ou para os EESs. Foram selecionados cinco trabalhos que trazem experiências de programas, atividades, oficinas com proposta e metodologia pré-estruturadas de educação/formação, para ou pelos/as trabalhadores/as dos EESs.

O objetivo deste capítulo é identificar, nos trabalhos selecionados, as características dos programas e/ou atividades de formação realizadas pelos ou para empreendimentos econômicos solidários observando:

- programa e/ou atividade;
- objetivos;
- abordagem de formação;
- presença e/ou tratamento do tema dos saberes dos sujeitos;
- metodologia de formação;
- conteúdos trabalhados;
- quem realiza a formação;
- quem financia;
- relação com o movimento e/ou política nacional de economia solidária.

Nos trabalhos científicos analisados, compreende-se que a abordagem de educação/formação, em sua maioria, abrange direcionamentos econômicos, políticos e sociais para a consolidação de princípios e valores da Economia Solidária, como uma forma de disputa contra-hegemônica.

Na análise dos trabalhos, foi possível verificar que as metodologias utilizadas para o desenvolvimento das atividades de formação são variadas³⁵. Constata-se que,

³⁵ Isto será desenvolvido mais adiante.

em sua maioria, os cursos/formações/oficinas se propõem, numa abordagem assumida de educação popular, oferecer atividades para capacitação, específicas ou gerais, acerca da história do cooperativismo e da autogestão, no Brasil e no mundo. Evidenciou-se, na análise dos conteúdos trabalhados nos cursos, a tendência à retomada histórica do cooperativismo a partir da perspectiva inglesa, ao invés da perspectiva latino-americana. Além disso, há os que mencionam genericamente o conteúdo trabalhado, ou seja, mencionam um histórico do cooperativismo, mas não deixam claro sob qual perspectiva histórica-política estão trabalhando. Novaes (2009), já tinha evidenciado essa tendência, nos trabalhos científicos do seu universo empírico – entre 1999 e 2009. Já no *corpus* desta pesquisa, apenas no GAPI/UNICAMP, que é um curso de pós-graduação, aparece tendo como conteúdo a ser trabalhado o cooperativismo na América Latina.

Antes de apresentar os locais onde foram realizadas as formações analisadas e a maneira pela qual foi realizada a análise dos itens pré-estabelecidos, seguem algumas considerações prévias em relação aos documentos selecionados:

1) Os trabalhos selecionados foram: NEVES (2009) - dissertação de mestrado na área de Geociências; PINHEIRO (2010) - dissertação de mestrado na área da Administração; GONTIJO (2012) - dissertação de mestrado na área da Administração; COELHO (2013) - dissertação de mestrado na área de Educação e Inclusão Social; e, SANTANA (2012) - tese de doutorado na área de Educação.

2) É interessante observar que, apesar do foco de análise estar em produções que abordam locais específicos de educação/formação ou atividades de educação/formação para trabalhadores/as que participam de uma organização coletiva de trabalho, a maioria das pesquisas analisadas não pertencem ao campo da Educação, mas sim a outros campos de conhecimento. Em um dos 5 trabalhos analisados, há elementos de sua subárea, nos objetivos da pesquisa proposta. É o caso de PINHEIRO (2010), que se propõe compreender se há uma “perspectiva de resignificação” dos conhecimentos gerenciais, técnicos ou organizacionais dentro de uma “educação política” nas ITCP’s estudadas. As áreas de abrangência dos trabalhos científicos analisados são: dois da Educação (COELHO, 2013 e SANTANA, 2012);

NEVES (2009) da Geociências; PINHEIRO (2010) e GONTIJO (2012) da Administração. O que se pode pensar a respeito dessa constatação, é que os espaços e as atividades de educação/formação em ES estão cumprindo seu papel de, na prática, fomentar estudos científicos em múltiplas áreas do conhecimento. A educação popular tem esse caráter multidisciplinar, ainda mais numa sociedade em que tudo está cada vez mais interligado. As interações nos espaços de trabalho associado são de caráter multidisciplinar, portanto esse cenário composto por produções científicas de diversas áreas do conhecimento está condizente com as interações que acontecem nesses espaços. Poderíamos dizer, portanto, espaços de educação/formação permanentes e ao longo da vida.

3) Outro ponto interessante é que, apesar de tratarem de formações, cursos e atividades com metodologias específicas, a quantidade de professores, técnicos e estudantes (nos empreendimentos relatados pelas dissertações e tese) da área da educação ou da pedagogia é muito pequena.

4) Identificamos um trabalho que indica uma atividade de educação/formação em nível de pós-graduação e que exigia do participante, como pré-requisito, ter cursado o ensino superior. É o caso do curso “Economia Solidária e Tecnologias Sociais na América Latina”, oferecido pelo GAPI/UNICAMP.

5) O número de experiências de formação em incubadoras foi maior (8), nesse universo de pesquisa, do que o de formações pelos CFES (1). Principalmente no caso de Incubadoras, aqui analisadas, há a dependência de editais específicos para captação de recursos para que as atividades de educação/formação sejam realizadas.

6) As incubadoras analisadas são de universidades públicas.

Essas informações colaboram para uma visão geral do que encontramos nas análises dos materiais. Os objetivos de pesquisa, que já foram mencionados anteriormente, convergem para uma mesma linha de questionamento: qual a estrutura dos cursos analisados, no sentido de seus objetivos e seus princípios estarem em consonância com a Economia Popular e Solidária? E em qual vertente se enquadra(m)? Por qual metodologia são oferecidos? Ou seja, os trabalhos buscam

saber como está estruturada essa educação/formação oferecida em cursos para ou pelos EES, tanto no aspecto metodológico (NEVES, 2009; SANTANA, 2012) quanto no aspecto ideológico (PINHEIRO, 2010; GONTIJO, 2012; COELHO, 2013).

Durante a análise, os itens pré-estabelecidos para análise foram agrupados: **a)** programas, oficinas e/ou atividades e objetivos, quem realiza a formação, quem financia e, a relação com o movimento; **b)** metodologia de formação; **c)** abordagem de formação, presença e/ou tratamento do tema dos saberes dos sujeitos; **d)** conteúdos trabalhados. Esses agrupamentos foram realizados por considerarmos que as informações, contidas em cada item, conversam entre si.

- a)** Programas, oficinas e/ou atividades e objetivos, quem realiza a formação, quem financia e a relação com o movimento da ECOSOL

- PINHEIRO (2010)

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/UNEB) - Governo Estado da Bahia e extensão UNEB: surgiu de um processo iniciado pelo Programa de Tecnologia da Habitação (THABA), em 1975, no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED). A transferência do THABA para a UNEB ocorreu em setembro 1993. Atualmente, a ITCP/UNEB é um Programa de Pesquisa e Extensão, da Pró-Reitoria de Extensão da UNEB, que tem por objetivo assessorar a formação de cooperativas populares autogestionárias. É formada por: técnico-administrativos, estagiários, pesquisadores e docentes e declara, em seus documentos, estruturar-se de maneira autogestionária. São esses profissionais que compõem as formações. A incubadora é subsidiada financeiramente pelo Programa de Extensão da Universidade - PROEXT. Tem uma relação próxima com o movimento de Economia Solidária e com a produção das políticas nacionais para a área, participando de fóruns, auxiliando na construção de um banco popular entre as instituições incubadas, etc.

Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão da Universidade

Federal da Bahia (ITES/UFBA) - (Petrobras e extensão UFB): surgiu de um apoio oferecido pela Petrobras para a constituição de um projeto de desenvolvimento, no modelo de incubação de redes. O apoio é fruto de um processo judicial por danos ambientais, a partir do qual a empresa passou a investir em outras frentes, para além da questão habitacional para a comunidade atingida, dando origem a cinco redes incubadas. Ela adota a prática do aprender fazendo, criando cursos e oficinas que abrangem, além dos EES, toda a comunidade. Fazem parte da equipe: 3 professores, estudantes de graduação e pós-graduação e técnicos. O trabalho se sustenta a partir de editais do PRONINC e de parcerias com instituições privadas. A incubadora estava tentando ampliar sua participação na política pública do setor e no movimento de Economia Solidária.

Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCAR) - (Extensão UFSCAR e Prefeitura de São Carlos): surgiu do convite a um professor da UFSCar para participar de uma reunião com a Unitrabalho, da prefeitura de Santo André e de integrantes de outras incubadoras. Faz parte do Programa de Extensão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar, em abril de 1999. Atualmente, é responsável pelo acompanhamento de oito cooperativas em São Carlos, um grupo de assentamento rural e uma marcenaria, em Itapeva. Esse universo de empreendimentos é composto por sete empreendimentos de produção e um de consumo solidário. Oferece atividades que têm como objetivo a construção de uma nova cultura, que se baseia nos princípios da ECOSOL. Fazem parte da equipe: docentes, técnicos, estudantes de graduação e pós-graduação. Recebe auxílio do Programa de Extensão da Universidade e estabelece relação com o MEC, a exemplo da oferta de uma formação e da criação de uma especialização na área.

- GONTIJO (2010):

Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) de Belo Horizonte - União Brasileira de Educação e Ensino/Inst. Marista de Solidariedade (UBEE/IMS): o curso estudado na pesquisa de Gontijo é desenvolvido pelo CFES/BH. Dos centros

regionais de formação em Economia Solidária, o que atua na região Sudeste localiza-se em Belo Horizonte e está sob a responsabilidade da União Brasileira de Educação e Ensino/Instituto Marista de Solidariedade – UBEE/IMS. O objetivo dos CFESs é “formar formadores, educadores e gestores públicos que atuam com Economia Solidária, contribuindo para fortalecer seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória” (GONTIJO, 2010 p. 22). O autor, nos documentos da política pública analisada, destaca três importantes dimensões: social (inclusão social), econômica (viabilidade econômica) e emancipatória. Os cursos ofertados não são contínuos. O curso estudado pelo autor teve duração de 3 meses, sendo realizado em 3 módulos, um a cada final de semana de cada mês, em 3 dias (sexta, sábado e domingo). A equipe do curso analisado era formada por facilitadores do CFES e tinha relação direta com a política nacional, proporcionando interlocução do movimento de ES com a SENAES.

- COELHO (2013)

Cooperativa dos Recicladores e Grupos de Produtivos do Barreiro e Região (COOPERSOLI/Barreiro): a autora analisa o curso recebido pela cooperativa estudada, realizado na Redesol, que é uma cooperativa de materiais recicláveis, no município de Barreiro em Belo Horizonte (MG). A Prefeitura de BH selecionou moradores dos conjuntos habitacionais para galpões de reciclagem. Os critérios adotados foram: ser mulher, chefe de família, e participar do Bolsa Família. Inicialmente, a prefeitura realizou capacitações junto às catadoras, para dar-lhes as primeiras instruções quanto ao desenvolvimento do trabalho cooperativo. Participar das capacitações era critério, definido pela cooperativa, de permanência na cooperativa. Concluído esse processo inicial com apoio da prefeitura, constitui-se a Coopersoli, no ano de 2003, tendo como atividade econômica a separação e a venda de materiais recicláveis. Começado o trabalho, as cooperativadas perceberam que as formações realizadas pela prefeitura não foram suficientes para que elas aprendessem as técnicas necessárias para gestão, ou mesmo para a efetivação do processo de trabalho, que consistia na triagem dos materiais. Elas, então, foram ao encontro da Redesol, a qual tem atividades voltadas

para o assessoramento de empreendimentos do segmento da reciclagem que estão em processo de se tornarem autogestionários e viáveis economicamente. Para tanto, a Redesol atua na apresentação de propostas de captação de recursos, para aquisição de maquinários, meio de transporte dos materiais recicláveis, capacitação e formação política dos cooperados. As formações são realizadas por catadores da Redesol e por técnicos do projeto CATAFORTE, que tem parceria com a Unitrabalho/SENAES/Ministério do Trabalho. Recebe apoio do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), do Banco do Brasil (BB) e, da SENAES.

- NEVES (2009)

Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA): foi fundada em 1988, é uma associação civil e sem fins lucrativos. Atua na gestão da produção, da comercialização e na educação para o trabalho dos setores populares, dentre os quais, a ES. “Sua missão é contribuir para a afirmação cidadã do trabalho e para o desenvolvimento social da economia dos setores populares, ancorado em critérios éticos de eficácia econômica, eficiência administrativa, cooperação e justiça” (NEVES, 2009, p. 77). O curso de extensão “Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos” é oferecido em parceria com o Núcleo de Estudos do Trabalho da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Ele tem como objetivo principal formar assessores/educadores dos empreendimentos de Economia Popular Solidária, capazes de desenvolver e utilizar instrumentos, conhecimentos e práticas adequadas à realidade econômica e gestonária desses empreendimentos. A equipe é formada por pessoas das áreas de sociologia, economia, psicologia e engenharia. Não foi possível identificar, no estudo, os meios de captação de recursos da cooperativa e sua relação com o movimento de ECOSOL.

Verso Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Consultoria (VERSO): foi criada em 2001 e é uma cooperativa de trabalho educacional. Oferece ensino, pesquisa e consultoria a “ONGs, empresas, Prefeituras, sindicatos e cooperativas de trabalhadores, elaboração de projetos; oficinas, cursos e palestras; levantamentos,

pesquisas etc.” (NEVES, 2009, p. 73). Ainda que exista na cooperativa “um órgão de administração, eleito pelos sócios, para coordenar as atividades cotidianas”, não existe a separação entre “sócios-proprietários” e “trabalhadores-empregados”, no empreendimento. Esse aspecto é importante por nortear as ações dos cursos, com base nessa “não separação” (NEVES, 2009, p. 88). O curso estudado visa uma formação para ECOSOL. As áreas de atuação das pessoas envolvidas na cooperativa são: Administração, Ciências Sociais, Sociologia, Ciências Contábeis, Ciências Jurídicas e Sociais, Gestão e Desenvolvimento Regional, Psicologia Social e do Trabalho, Direito do Trabalho, Ciência Ambiental, Engenharia ambiental, Agronomia, Engenharia de Produção, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Mecânica e Política Científica e Tecnológica. Em relação aos recursos, tem parceria com a Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária (ABPES) e a Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários (Unisol).

Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG): Criada em 1994, a ANTEAG surgiu em um momento de “abertura do mercado nacional ao internacional e apogeu da chamada 3ª reestruturação industrial, com seu avanço tecnológico e a substituição da força humana pela automação” (NEVES, 2009, p. 92). Possui vários cursos de capacitação, que fazem parte do projeto “Educar para a autogestão: promover a inteligência coletiva dos trabalhadores”. Esse projeto busca, desde os primeiros passos, “a valorização do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos [...]. O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa empresa coletiva, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade, qualidade de vida e de consumo, solidariedade entre os cidadãos, relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, mudando a escala de valores e as práticas decorrentes da cultura em que predominam o individualismo o isolamento a submissão e a competição sem limites.” (NEVES, 2009, p.190). Não é

citado pela autora qual é e se há formação específica dos trabalhadores e educadores da associação.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNICAMP): foi fundada em 2002, a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a UNICAMP. O objetivo inicial é oferecer cursos de capacitação a grupos de cooperativas do município. Os profissionais atuantes são das áreas de exatas, humanas e saúde. Os recursos são disponibilizados pela UNICAMP.

Grupo de Análise de Política de Inovação da Universidade Estadual de Campinas (GAPI/UNICAMP): multidisciplinar e multiinstitucional. Capacitação de gestores públicos. Cursos de acordo com temas relacionados à área de pesquisa do grupo de pesquisa, formado por alunos de pós-graduação, do Departamento de Política Científica e Tecnológica, da UNICAMP. A realização de cursos com temas relacionados à área de pesquisa do grupo está entre suas atividades. Esse é o caso do curso “Economia Solidária e Tecnologias Sociais na América Latina”. Apesar de não abordar conteúdos de gestão imediata e saberes necessários, tem como diferencial a abordagem do movimento histórico do cooperativismo e da autogestão (NEVES, 2009, p. 99). É a única instituição, do estudo de NEVES (2009), que menciona profissionais da área da educação. As áreas de profissionais que atuam nos cursos são: Economia, Sociologia, História, Educação, Engenharia. Tem relação com a comunidade acadêmica que pesquisa a ECOSOL, mas não especifica o grau de relação com o movimento de Economia Solidária.

Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), surgiu em 1972 para, “estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento do Brasil” (NEVES, 2009, p. 102). Trata-se de uma entidade privada, sem fins lucrativos, que tem missão de “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte” (NEVES, 2009, p. 91). Oferece um curso *online*. Não é informado quem elaborou o curso, apenas que há monitores disponíveis para auxílio

nos módulos. É custeado pelo SEBRAE e é divulgado pela prefeitura, mesmo não tendo relação com esta. Além disso, a autora propõe uma proposta de curso a partir da análise dos cursos das 6 instituições.

- SANTANA (2012)

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco (INCUBACOOP/UFRPE): desde sua criação é vinculada ao Programa de Associativismo para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (PAPE), criado em 1989, com a ajuda de fundo canadense. Tem um projeto de agricultura familiar, além da Cooreplast, que produz a reciclagem do plástico em primeiro estágio, para a indústria. Há a colaboração de pedagogos, sociólogos, agrônomos e administradores. É subsidiado pelo Programa de Extensão da Universidade e o maior projeto dessa incubadora é o Centro de Formação em Economia Solidária (CEFs), que tem um membro da equipe da INCUBACOOP, responsável pela coordenação da região Nordeste.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ): primogênita das incubadoras no Brasil, foi criada em 1985. Assessora outras universidades no tema da incubação, além do programa de extensão de incubação. Modalidades educacionais: formal, técnica, gestonária, cidadã e informática. É realizado por projeto de extensão ligado à pós-graduação de engenharia da universidade, mas não especifica todos os profissionais envolvidos, nem a relação com o movimento da ECOSOL.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP): No ano de 1997, foi criado um grupo de trabalho de economia solidária na Fundação Unitrabalho, sob a coordenação dos professores Paul Singer, Candido Vieitez e Newton Briand. Em 1998, por iniciativa da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE), da USP, foi criada a

ITCP/USP, sob a coordenação de Paul Singer. Em agosto de 1999, houve o lançamento público da ITCP/USP, enquanto projeto CECAE, mas sua portaria de criação data de agosto de 2001 e dispõe sobre a criação do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP/USP). Essa mudança de projeto para programa possibilitou que a incubadora tivesse maior autonomia e reconhecimento institucional. Atualmente, a ITCP/USP é um programa de cultura e extensão com vínculo institucional com o CECAE, órgão ligado à Pró-Reitoria da USP. A formação é coletiva. Trabalha com o princípio da interdisciplinaridade. A incubadora busca atuar com profissionais e estudantes de formação diferenciada e tecer discussões ou espaços integrados entre eles, contudo não especifica as áreas.

Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES/UFPB): foi criada a partir de um Grupo de Trabalho que tecia discussões sobre relações de trabalho. Assim, constituiu-se, em 2001, como um Programa de Extensão da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), da UFPB. Inicialmente, teve apoio institucional e integrou-se à UNITRABALHO, por meio de convênio entre esta instituição e a UFPB, com financiamento PRONINC/FINEP. Até 2005, funcionou com dois núcleos: um no Campus I, em João Pessoa, e outro no Campus III, em Bananeiras. No Campus III, no final de 2005, foi criada uma nova incubadora, sob a coordenação do professor Genysson Evangelista. Cursos presenciais e EAD. Apoio da UNITRABALHO. É composta por professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação dos diversos cursos da UFPB.

Após essa contextualização geral dos locais estudados, constata-se que:

- São 8 incubadoras universitárias, todas em instituições públicas, um CFES (BH), um programa privado (SEBRAE), 2 cooperativas (COOPERSOLI/Barreiro, somente de ensino - Verso) e uma associação nacional para ensino/assessoria de empreendimentos (ANTEAG).

- Além disso, em COELHO (2013) o estudo é referente à formação realizada com

a Coopersoli, contudo a instituição que promove o curso é a Redesol.

- Os trabalhos abrangem, em sua maioria, incubadoras tecnológicas. Essa tendência talvez se efetive em função da relação estabelecida entre as incubadoras e as universidades, facilitando o contato com a pós-graduação e, conseqüentemente, as pesquisas nesses locais.

b) Metodologia de formação

As metodologias dos cursos apresentadas nas pesquisas variam entre: a) não presencial: online³⁶ (SEBRAE); b) mistura presencial e não presencial: EAD³⁷ (INCUBES/UFPB); c) presenciais: por fases mesmo que, algumas, explicitem que não há ordem definida (ITCP/UNEB, CFES/BH, INCUBACOOPE/UFRPE, ITCP/UFRJ); pesquisa-ação (GAPI/UNICAMP), auto-organização/autogestão (ITES/UFBA, ANTEAG, ITCP/USP, INCUBES/UFPB), redes solidárias (INCCOP/UFSCAR); demandas em reuniões para auxílio de solução (COOPERSOLI/BARREIRO, oferecido pela REDESOL); tradicional, no sentido de ser pré-elaborado sem colaboração dos participantes (CAPINA); e mescla de um modelo tradicional com um modelo participativo (VERSO, ITCP/UNICAMP).

c) Abordagem de formação, presença e/ou tratamento do tema dos saberes dos sujeitos

As instituições (aqui exclui-se o SEBRAE) têm uma visão crítica do capitalismo e algumas possuem o intuito de criar um novo projeto societário (NEVES, 2009 e SANTANA, 2012). Outras têm o intuito de formar para a gestão dos empreendimentos, tentando dar conta de necessidades mais imediatas (NEVES, 2009 e SANTANA, 2012). Há também instituições que têm sua abordagem mais voltada para a autogestão do curso e sem conteúdos pré-determinados (GAPI/Unicamp, ITCP/USP, Coopersoli-Barreiro, INCUBES/UFPB).

³⁶ O curso do SEBRAE é totalmente *online*, definição de documentos do próprio curso e não há módulo presencial.

³⁷ A INCUBES/UFPB tem módulos dos cursos que podem ser realizados via plataforma *online*, ou seja, há módulos de Educação à Distância, que podem ser acessados de qualquer lugar do Brasil.

No caso do SEBRAE, a abordagem é totalmente voltada para uma educação pró-capitalista e mercantil, não levando em conta a história da ECOSOL e seu contexto. Em GONTIJO (2010) há destaque para a afirmação de que o curso tem uma abordagem “crítica ao capitalismo” e expõe duas vertentes da ECOSOL identificadas pelo autor, a saber: uma dominante e outra que não levaria em conta apenas produção, mas também a comercialização e o consumo de acordo com princípios solidários, apresentando contrapontos sobre elas.

Poderíamos considerar que, basicamente, nos trabalhos científicos analisados, há quatro abordagens de educação/formação:

1) equivalência: que propõe uma dialética entre a teoria e a prática. Encontramos em ITCP/UNEB, CAPINA, GAPI/UNICAMP e ITCP/COOPE/UFRJ;

2) foco no empreendimento: a formação busca tratar de necessidades de aprendizagem de gestão local dos EES em questão, contudo situando os saberes de gestão com o histórico do cooperativismo mundial. Ou seja, apesar da abordagem das necessidades de educação/formação mais imediatas, procuram relacionar o contexto histórico e social dos empreendimentos: ITES/UFBA, COOPERSOLI/BARREIRO, VERSO, ANTEAG, INCUBACOOPE/UFRPE; ITCP/COPPE/UFRJ.

3) emancipação: propõem uma abordagem com elementos críticos ao sistema capitalista, analisando (inclusive) contradições que existem no próprio movimento como parte da abordagem da formação. Nesse tipo de formação predomina uma metodologia autogestionada pelos/as educadores/as e pelos/as trabalhadores/as (não só nas instituições que recebem a formação, mas também nas que realizam): CFES/BH, ITCP/UNICAMP, ITCP/USP e INCUBES/UFPB.

4) mercantil: enquadra os empreendimentos numa lógica capitalista mercantil, não levando em conta suas particularidades e suas diferentes formas de organização que não, necessariamente, buscam o lucro, mas sim, atender necessidades de renda e sobrevivência, além de valores da ECOSOL: SEBRAE.

d) Conteúdos trabalhados

Em relação aos conteúdos, podemos verificar que há a preocupação em elevar o

nível do saber técnico-científico (INCOOP/UFSCar, COOPERSOLI/BARREIRO, CAPINA, VERSO, GAPI/UNICAMP, CAPINA, INCUBA/COOPE/UFRJ); do saber crítico/histórico (CFES/BH, VERSO, GAPI/UNICAMP, ITCP/COPPE/UFRJ); do saber de gestão dos empreendimentos (COOPERSOLI/BARREIRO, ANTEAG, INCUBES/UFPB); do saber administrativo/estratégico/marketing (CAPINA, SEBRAE, ITCP/COPPE/UFRJ); do saber de autogestão (ANTEAG, INCUBES/UFPB); dos saberes para consolidação do empreendimento e para o fortalecimento da união dos trabalhadores/as (ITCP/UNEB, ITES/UFBA, INCUBA/COOPE/UFRJ, INCUBES/UFPB); de leis, legislação e legalização da cooperativa/associação (VERSO, ANTEAG, ITCP/COPPE/UFRJ).

A ITCP/UNICAMP e a ITCP/USP não pré-estabelecem os conteúdos das formações. As atividades são elaboradas conforme as necessidades dos/as trabalhadores/as.

Podemos afirmar que há a intenção de contribuir com a superação do trabalho alienado, por parte da maioria (salvo SEBRAE) das atividades formativas analisadas nos trabalhos científicos. Os cursos também parecem auxiliar na reflexão acerca das contradições vividas pelos/as trabalhadores/as ao vivenciarem outras formas de organização, cujo centro é o trabalho – e não o capital – numa sociedade hegemonizada por este.

A estrutura desses cursos/atividades/formações enquadra-se numa perspectiva de Educação Popular – exceção do SEBRAE, apresentando metodologias que atendem esse campo político-educacional e que colaboram para uma reflexão crítica da prática imediata e do contexto econômico, político e social, no qual as experiências de trabalho são desenvolvidas. Nos trabalhos analisados, a educação/formação cumpre o papel de auxiliar os/as trabalhadores/as na constituição de saberes imediatos necessários, tendo por base uma reflexão crítica do contexto econômico, político e social. Contudo, isso “não significa que necessariamente os trabalhadores irão se desalienar automaticamente e que o movimento social deixe de se burocratizar” (NEVES, 2009, p. 32).

As abordagens desses cursos/atividades apontam para uma intenção de dar conta das múltiplas necessidades de aprendizagens, nessas unidades de produção de

uma outra economia, que estão em processo de desenvolvimento e de consolidação dentro da hegemonia capitalista. Essas unidades, muitas vezes, não surgem a partir de um planejamento, mas, sim, pelas necessidades de sobrevivência de um determinado grupo. Tal característica dos empreendimentos corrobora a importância de garantia dessa educação/formação, seja ela com enfoque técnico, político, cultural, histórico; ou na tentativa de integrá-los.

As experiências de educação/formação que foram expostas são as experiências possíveis nesses locais, onde se está experimentando outras formas de trabalhar, para além do trabalho assalariado. Conforme ressalta Novaes (2009)³⁸, experiências desse tipo contribuem para uma superação do trabalho alienado, porém, para chegarem a contribuir para a emancipação humana, ainda é necessário suprir necessidades humanas mais imediatas e consolidar políticas públicas de garantia de direitos e de educação da ECOSOL. Portanto, há uma tentativa das formações/atividades de educação dar conta do caráter de fortalecimento emancipatório, que a política nacional (apresentada no capítulo 3) de educação destaca como um processo permanente de busca, sendo esse seu princípio básico.

Apesar de a diretriz de formação em ECOSOL e EJA dispor sobre a qualificação dos/as trabalhadores/as que frequentam essa modalidade de ensino, não foi evidenciada – no universo empírico analisado – uma produção acadêmica em que essa experiência tenha sido objeto de estudo dos/as pesquisadores/as.

Em relação à utilização de documentos da política nacional e do movimento ECOSOL, nas produções científicas analisadas, esses servem tanto como referencial teórico, quanto como elementos de contexto ou de apresentação do processo histórico do movimento, no Brasil. Sua utilização se dá de forma mista.

No contexto atual de incertezas em relação à política nacional e à garantia de

³⁸ Novaes (2009, p. 33) registra em sua pesquisa, já citada neste trabalho, que “o cooperativismo e o associativismo cumprem um papel que apontaria para a emancipação humana, no entanto, no atual contexto, eles vêm cumprindo um papel mais modesto, ao permitir que parcelas dos trabalhadores, principalmente os mais precarizados ou desempregados, tenham direito à sobrevivência num contexto de avanço da barbárie social. No entanto, num momento ofensivo, o cooperativismo e os processos educativos inerentes a ele poderá cumprir um papel na superação do trabalho alienado”.

recursos para continuidade das ações de educação/formação na ECOSOL, as produções científicas analisadas ilustram a importância que tais ações têm para a consolidação de uma perspectiva contra-hegemônica, na prática e na vivência cotidiana contraditória desses/as trabalhadores/as que experimentam uma nova economia e organização do trabalho, dentro do capitalismo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um ano o rumo da Economia Solidária tornou-se incerto, devido à conjuntura de crise sócio-político-econômica e ética brasileira. Por falta de renovação de recursos, em abril de 2017, encerraram-se as atividades destinadas à educação/formação pela SENAES. O movimento nacional da Economia Solidária uníssono ao repudiar tal medida e a exigir a continuidade dos recursos, com a afirmação de que a ECOSOL é uma ferramenta de enfrentamento da crise que se instaura (ambiental, social, econômica e política). Esta pesquisa se propôs a contribuir com um estado da arte de teses e dissertações entre 2006 e 2014, que abordam a educação/formação em espaços de ES. No meio da realização desta pesquisa de mestrado, justamente pelas mudanças já sinalizadas, fazer este tipo de estudo ganhou outro peso, porque mais do que contribuir com o campo acadêmico, especialmente, da área Trabalho-Educação, essa pesquisa contribui para a divulgação e para a tomada de consciência de ações de educação/formação que vêm sendo realizadas nos espaços de ECOSOL, que têm como horizonte transformar as relações de trabalho.

Sendo a formação/educação constitutiva do movimento da ECOSOL desde o seu início, essa é uma de suas diretrizes estratégicas e está baseada na educação popular e nos estudos críticos sobre as relações entre trabalho e educação.

Verificamos, nos trabalhos analisados, a importância da ECOSOL no Brasil, tanto como uma experiência de exercitar, na prática, possibilidades de outra economia, cuja centralidade é o trabalho e, portanto, o valor de uso e não o de valorização do capital, quanto como uma educação/formação crítica voltada a esses objetivos e, portanto, que oferece subsídios críticos aos trabalhadores e as trabalhadoras, para entender o novo processo de organização do trabalho em contrapartida ao capital. Assim, sendo o trabalho um princípio educativo, identificamos que ele é vivenciado cotidianamente pelos/as trabalhadores/as no processo de consciência da exploração do capital e nesse novo saber/fazer no trabalho associado.

Como já tratado, o espaço de visibilidade na sociedade e o significado da Economia Solidária no cenário econômico e político ainda estão por ser conquistados.

O fato de pesquisadores que são referência no campo da sociologia do trabalho, como Ricardo Antunes, que, ao tratar das tendências das metamorfoses do trabalho (ANTUNES, 2009) não cita a ECOSOL como uma dessas tendências, apesar de seu processo histórico-cultural de criação e de conquista de espaço no território brasileiro, vem reforçar a constatação da pequena visibilidade. Contudo, as dificuldades vão além da falta de visibilidade. Existem também as dificuldades em lidar com a autogestão X a heterogestão (aprendida socialmente no capitalismo), além da contradição do sentimento de liberdade X ter alguém responsável pelo processo produtivo (gerente, dono do negócio, professor/a), conforme apresentamos na introdução.

Considerando que, como concluímos no capítulo 3, o conceito de educação tem um movimento que acompanha as transformações norteadoras da sociedade, podemos dizer que a política pública da SENAES, que assegura as atividades e os cursos que foram aqui estudados, evidencia esse caráter de movimento do conceito de educação. Ele segue, cada vez mais, complexificando-se junto com a evolução de novas formas de organização de subsistência e sobrevivência dos setores populares, na hegemonia do capital. Acredita-se que, umas das possibilidades para o avanço dessa política de educação/formação seja um estreitamento, ascendente, com a EJA, tanto para a qualificação dos/as trabalhadores/as que frequentam a Modalidade EJA, quanto para a formação de agentes em ECOSOL, para a qualificação de formadores/as e educadores/as que assessoram, acompanham e apóiam EESs. Outra alternativa, seria o complemento na formação dos/as educandos/as regulares dessa modalidade, no sentido de possibilitar uma outra perspectiva de organização de trabalho, ou, até mesmo, uma alternativa ao desemprego.

Em relação a um mapeamento dos dados sobre a educação/formação realizados nos EESs, há uma lacuna a ser preenchida, em nível nacional. Evidenciam-se produções de pesquisas bibliográficas, no âmbito da pesquisa acadêmica, porém nos mapeamentos de ECOSOL, feitos pela SENAES, a questão específica de como se dá a formação nos empreendimentos não é abordada. Alguns aspectos talvez possam colaborar com a dificuldade em se realizar tais mapeamentos. Seriam eles: a época de implementação dos CFES não é regular. Alguns tiveram sua implementação após 2008,

ano em que se iniciaram as atividades (BRASIL, 2002a, p. 149); além disso, as entidades que gerenciam esses CFES são diferentes, muitas vezes, empregando metodologias diferentes, o que poderia dificultar a união de dados e a realização de relatórios de âmbito nacional.

Em relação ao aspecto geral das 23 pesquisas analisadas, há uma diversidade nas metodologias utilizadas para a execução das pesquisas, o que garante uma diversidade de coleta e análise de dados, assim como a abrangência do período de 8 anos entre as produções (2006-2014). Identificamos, também, que caberia um estudo aprofundado, hermenêutico-dialético, acerca do uso do vocábulo “crítica” e de como, nas produções das análises feitas pelos/as autores/as das dissertações e teses, o conteúdo da “crítica” se realiza. Esse, como outros termos acabam sendo utilizados de forma, por vezes, naturalizada, sem explicitação teórica e metodológica – uso comum. Na esteira dessa reflexão, estão termos como “dialética”. Esta não se trata de uma questão acadêmica e política menor, especialmente, quando o objeto das pesquisas é a ECOSOL, que é uma prática social contemporânea, que demanda análises densas, no sentido de se refletir, na radicalidade da crítica, o seu potencial emancipatório.

A base teórica-metodológica, das dissertações e teses analisadas, é condizente com o campo da Educação Popular, que é o campo que alimenta teoricamente esses espaços de educação/formação e de trabalho associado e autogestão. Os conceitos, destacados pelo nível de frequência (no capítulo 4), estão diretamente relacionados aos campos empíricos estudados, além de convergirem para o paradigma histórico-crítico, onde se situa a maioria dos autores utilizados pelas pesquisas científicas, muitos deles, inclusive, com pesquisas produzidas sobre Trabalho-Educação, Economia Solidária, Autogestão.

Sobre a educação/formação dos cinco trabalhos analisados de forma específica, apenas um CFES (BH) aparece no universo pesquisado. Isso pode estar relacionado ao fato de as incubadoras estarem inseridas em universidades e em contato com projetos de extensão destas. Porém, sabe-se que as atividades de formação nos CFES estão diretamente relacionadas à assessoria dada por universidades para estes. Além disso, todas as incubadoras analisadas (8) são de universidades públicas. Outro ponto

interessante é a quantidade muito pequena de professores/as, técnicos/as e estudantes/as da área de educação e pedagogia, nos empreendimentos relatados pelas dissertações e tese. Por sua vez, a atividade de educação/formação, em nível de pós-graduação, o curso “Economia Solidária e Tecnologias Sociais na América Latina”, que é oferecido pelo GAPI/UNICAMP, evidencia um alargamento do espaço de uma formação/educação para o nível superior, o que auxilia no processo de consolidação e emancipação desses/as trabalhadores/as da ECOSOL. Mesmo que, provisoriamente, ainda haja a necessidade de uma formação acadêmica anterior, esse é um passo significativo para a consolidação de um espaço desse campo em outros locais, diferentes que os específicos da ES.

Ainda em relação à metodologia das atividades/cursos, a presença dos saberes dos/as trabalhadores/as é, ainda, muito pequena. Isso no sentido da organização e estruturação do curso. Salvo as 4 experiências de auto-organização/autogestão (ITES/UFBA, ANTEAG, ITCP/USP, INCUBES/UFPB), o restante dos cursos/atividades já pré-estabelecem os conteúdos a serem trabalhados. Por mais que, durante o curso, dúvidas e questões específicas possam ser abordadas, em sua gênese a construção é “de cima para baixo”.

Como projeção, podemos pensar que uma maior articulação entre os CFES, no sentido de mapear metodologias de cursos/atividades e conteúdos destes, com o intuito de contribuir para um descortinamento de desafios e de avanços necessários de forma mais clara e objetiva, seja um dos caminhos. Além disso, tal articulação poderia consolidar o que já vem sendo produzido e colocado em prática pelos centros.

Portanto, podemos afirmar que a educação/formação da ECOSOL e a política nacional desta, no período estudado, estava em seu pleno desenvolvimento. Tendo sido implementados os CFES, em 2008, e com as incubadoras, que já tinham iniciado suas atividades antes dessa política pública, as experiências trazidas para esse trabalho são apenas indícios de um processo mais complexo e dinâmico que emergia no país. Elas contribuem para uma cultura do trabalho que é construída na práxis e promovem processos educativos que possibilitam, minimamente, uma formação contrária à lógica do “ser empregado” e favorável ao “ser dono/senhor” do seu próprio

trabalho (TIRIBA, 2011).

O *corpus* pesquisado é muito pequeno em relação à quantidade de espaços de educação/formação de ECOSOL, no Brasil e podemos afirmar que há muitas possibilidades de desenvolvimento de pesquisa dos processos educativos nesse campo. Fica claro um avanço em políticas públicas a partir do mapeamento, que foi exposto no capítulo 3, assim como a necessidade da consolidação e da continuidade dessas experiências de educação/formação para que esse processo continue a evoluir. No momento atual do nosso país, essa proposta de uma outra economia deve, ainda mais, ser respaldada pelo movimento, pela SENAES e pelos pesquisadores desse campo, em contrapartida à desarticulação dos setores populares. Mais uma vez, nos encontramos em um momento de retrocesso de políticas públicas que garantem os direitos trabalhistas e sociais aos desfavorecidos da nossa sociedade, portanto, mais uma vez, é necessária uma rearticulação para que esses direitos não sejam perdidos.

8. CORPUS DA PESQUISA

ADAMS, T. **Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado** na associação dos recicladores de dois irmãos, 1994-2006. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

ALBUQUERQUE, L. M. **Aprender com o Buriti**: Tempos e Espaços na Formação de Agentes da Economia Solidária no Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BERGONSI, S. S, S.. **Economia solidária**: uma proposta de educação não formal. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BRANDÃO, A. Tecendo **atividades entre valores, tramas, saberes e urdiduras**: a contribuição da ergologia na análise da situação de trabalho no contexto da economia solidária. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

COELHO, A. C. **Os limites e desafios da formação em Economia Popular Solidária** – Educar para a prática da autogestão. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

GIRELLI, S. **Entre “desabrochar para o mundo” e “produzir mais e melhor”**: relações de saber/poder em uma cooperativa de costureiras. Florianópolis, 2012. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

GIROTTTO, J. C. **Educação popular na construção de alternativas de economia solidária**: um estudo de associações de catadores em Erechim/RS. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

GONTIJO, F. M. C. **Qual Economia Solidária?** Os sentidos da emancipação em um curso de formação. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LEÃO, C. V. M. **Educação Popular:** Ausências e Emergências dos Novos Conhecimentos e Sujeitos Políticos da Economia Solidária. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Econômica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

LINS, L. T. **Autogestão e utopia na práxis dos movimentos sociais.** Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LORENZETTI, J. P. **O desenvolvimento da região de Sinop:** a alternativa solidária e o papel da educação. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MASCARENHAS, T. S. **O caráter educativo da economia solidária:** o caminho do desenvolvimento como liberdade a partir da experiência da Cooperafis. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NEVES, E. F. **A capacitação para gestão de empreendimentos de economia solidária:** experiências e propostas. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

OLIVEIRA, M. C. S. B. **Conversão do Conhecimento:** estudo de caso em incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2012a.

OLIVEIRA, R. P. **A Socioeconomia Solidária e a Univens** - Pedagogia Do Trabalho Coletivo e Solidário e sua Articulação com a Emancipação dos Sujeitos. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação

da Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres, 2012b.

PINHEIRO, D. C. **A educação e a gestão na economia solidária um estudo sobre os processos de formação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.** Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas – Departamento de Ciências Administrativas – da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

POLI, O. L. **Economia solidária e formação humana:** experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

POLINI, I. N. C. **Associação “arte da terra”:** Das mãos das mulheres artesãs às relações educativas construídas no processo de autogestão do trabalho. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

SANTANA, C. R. S. **Educação em economia popular solidária:** o discurso educativo de incubadoras de empreendimentos solidários populares. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SCHMITZ, V. R. **Microgestão e Produção de saberes:** desafios para a autogestão em iniciativas de trabalho associado. Um estudo da cooperativa de produção Cristo Rei LTDA. – COOPEREI. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SILVA, N. B. **Educação Popular e Subjetividade na Feira Agroecológica.** Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SILVA, L. M. **Economia Popular Solidária:** os Processos Formativos Populares e a Construção de uma Nova Cultura do Trabalho. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, L. A. Trabalho e processos educativos no associativismo e cooperativismo popular solidário da região do vale do aço / MG. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

AMORIN et ali. **Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária**. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2016.

AFONSO, A. J. **Sociologia da educação não-formal: reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática?** In: PARK, M.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIRCHALL, J. The International Co-Operative Movement. Machester: Manchester University, 1997 In: SOUZA, André Ricardo. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y (Orgs.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo federal – 2003/2010**. Brasília: SENAES, 2012a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Conselho Nacional de Economia Solidária. **Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária – Recomendação nº8**, de 4 de julho de 2012. Brasília: SENAES/CNES, 2012b.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4685. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de

Economia Solidária e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 8 nov. 2012b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 24 jun 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Termo de Referência da Política Nacional de Economia Solidária** – Apoio à Implantação de Ações Integradas de Economia Solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza. Brasília, v. 01, 2013.

CANÁRIO, R. **Educação de adultos: Um Campo e uma Problemática**. Educa. Formação; 7: 2000.Coimbra/Portugal.

ClAVATTA, M.; TREIN, E. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, set/out/nov/dez, 2003.

BRASIL, MTE SENAES/ CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015 – 2019)**: Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Conselho Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2015. Disponível em http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/plano_nacional_de_ecosol.pdf Acesso em 21/06/2016.

BRASIL, MTE SENAES. Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária. Recomendação Nº 8, de 04 de julho de 2012. Brasília: MTE/SENAES, 2012. Disponível em: http://www.editoramagister.com/legis_23721042_RECOMENDACAO_N_8_DE_4_DE_JULHO_DE_2012.aspx Acesso em: 21/06/2016.

CORDEIRO, B. **Educação Popular e Estado: abordagens em teses de doutorado nos anos 2000**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COOPERAÇÃO E APOIO A PROJETOS DE INSPIRAÇÃO ALTERNATIVA (CAPINA). Disponível em: http://www.capina.org.br/port/interna/index.asp?cod_menu=28, acesso em 15/12/2008. In: NEVES, E. F. **A capacitação para gestão de empreendimentos**

de economia solidária: experiências e propostas. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**. São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FISCHER, M. C. B. **Notas de pesquisa**. Porto Alegre: 2017. Não publicado.

FISCHER, M. C. B.; TIRIBA, L. Saberes do trabalho associado. *In*: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.- L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional de Outra Economia: Série políticas sociais**. Coimbra e São Paulo: Edições Almedina, 2009.

FISCHER, M. C. B.; FRANZOI, N. L. **Saberes do trabalho: situando o tema no campo trabalho-educação**. Revista Trabalho necessário: ano 13, Nº20/2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, L. I. (coord.). **A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: uma análise de dados nacionais**. Editoria OIKOS: Brasil, 2014.

LIBÂNEO, J. C.. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo:Cortez, 1998.

MARX, K. **O Capital:** crítica da Economia Política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 31ª edição.

MANFREDI, S. Educação Popular. *In*: PARK, M.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

MINAYO, M. C. S (Org.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, C. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Revista Outra Economia**, v. II, n. 3, 2º semestre 2008.

_____. **Autogestão**. Formação. São Paulo, SP: HEP, 2011.

_____. Experiências político-pedagógicas de construção de Projetos Populares. In: STRECK, D. **Os lugares da educação popular**: territórios de resistência e criatividade. Rio de Janeiro: VOZES, 2013.

NOVAES, H. T. **A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.5, n.1, dez 2009.

OSORIO, A. R. **Educação permanente e educação de adultos**. Coleção Horizontes Pedagógicos/ 119: Instituto Piaget. Lisboa: Portugal.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editora, 2001.

PARK, M.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

RAZETO, L.; *et al.* **Las organizaciones economicas populares 1973-1990**. In: ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

_____. Economia de solidariedade e organização popular. In: ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, set-dez, 2006, p. 37-50.

ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

RUBIM, A. A. C. **Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil**. In: NASCIMENTO, Claudio. **Autogestão**. Formação. São Paulo, SP: HEP, 2011.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. 01, jul 2009.

SILVESTRE, C. A. S. **Educação/formação de adultos – como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo**. Coleção Horizontes pedagógicos – nº 98: Instituto Piaget. Lisboa/Portugal.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.) **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. pp.13-20.

_____. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **IPEA: Revista Mercado de Trabalho**, n. 39, mai 2009.

_____. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **IPEA: Revista Mercado de Trabalho**, n. 56, fev. 2014.

SOUZA, A. R. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y (Orgs.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

TIRIBA, L. **Economia Popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

_____. **Notas para um conceito de “reprodução ampliada da vida”**: O que ela não é, parece ser e pode vir a ser. Em produção. 2017

VERSO COOPERATIVA DE ENSINO, PESQUISA E CONSULTORIA (VERSO). Disponível em: <http://www.versocoop.org/autogest%C3%A3ocooperativa>, acesso em 06/11/2008. *In*: NEVES, E. F. **A capacitação para gestão de empreendimentos de economia solidária**: experiências e propostas. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

WIRTH, I. G.; FRAGA, L.; NOVAES, H. T. **EDUCAÇÃO, TRABALHO E AUTOGESTÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**. *In*: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. Trabalho , Educação e Reprodução Social – As contradições do capital no século XXI. Bauru, SP: Canal 6, 2013.

10. ANEXOS

ANEXO 1

Grande área do conhecimento	2006		2008		2010	
	Grupo	%	Grupo	%	Grupo	%
C. Exatas e da Terra	2.460	11,7	2.515	11,0	2.934	10,7
Ciências Agrárias	2.041	9,7	2.177	9,6	2.699	9,8
Ciências Biológicas	2.624	12,5	2.696	11,8	3.108	11,3
Ciências Humanas	3.679	17,5	4.219	18,5	5.387	19,6
Ciências da Saúde	3.610	17,2	3.961	17,4	4.573	16,6
Engs. e Computação	2.844	13,5	3.027	13,3	3.548	12,9
Ling., Letras e Artes	1.265	6,0	1.448	6,4	1.836	6,7
Soc. Aplicadas	2.501	11,9	2.754	12,1	3.438	12,5
Outras	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	21.024	100	22.797	100	27.523	100

Grande área do conhecimento	2014		2016	
	Grupo	%	Grupo	%
C. Exatas e da Terra	3.494	9,9	3.579	9,5
Ciências Agrárias	3.292	9,3	3.355	8,9
Ciências Biológicas	3.650	10,3	3.668	9,7
Ciências Humanas	7.408	20,9	8.091	21,5
Ciências da Saúde	5.609	15,8	5.877	15,6
Engs. e Computação	4.676	13,2	4.965	13,2
Ling., Letras e Artes	2.454	6,9	2.655	7,1
Soc. Aplicadas	4.841	13,7	5.363	14,3
Outras	0	0,0	87	0,2
Total	35.424	100	37.640	100

Notas:

^{1/} Em 1993, a grande área corresponde à grande área de atuação do primeiro líder do grupo. Além disso, não estão computados 274 grupos de pesquisa sem informação sobre a grande área.

^{2/} Não estão computados 88 grupos da UEM cadastrados na base após a tabulação dos dados.

[Download XML](#)

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/producao-c-t-a1>

ANEXO 2

Atlas Digital da Economia Solidária

Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).
Mapeamento realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), finalizado em 2013.

Se o empreendimento teve acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação

*Mostrando resultados de Brasil agrupado por macrorregiões.
Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento.*

Local	Assistência técnica a/ou gerencial	Qualificação profissional, técnica, gerencial	Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	Assistência jurídica	Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	Assessoria na constituição, formalização ou registro	Elaboração de projetos	Incubação	Nº EES
Centro-oeste	523	656	234	88	88	102	185	358	59	2.021
Nordeste	3.467	2.827	1.410	392	497	567	620	1.232	112	8.040
Norte	941	840	534	200	215	213	208	431	84	3.127
Sudeste	1.329	1.480	1.207	408	504	631	659	574	216	3.228
Sul	1.281	1.267	781	326	344	372	423	534	145	3.292
Total	7.541	7.070	4.166	1.414	1.648	1.885	2.095	3.129	616	19.708

API Atlas Digital SIES

Dados brutos desta aplicação também estão disponíveis via web service. É possível reusar os dados para desenvolvimento de outras aplicações como esta ou para fins de pesquisa. Veja a documentação da API do Web Service.

URL do web service para esta requisição

Formato JSON-LD (JSON Linked Data), ideal para aplicações web. Semântico
<http://api.sies.org.br/questoes/apo143/0/macrorregioes?format=jsonld>